

Relatório e Contas

2016

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL
DE 27 DE MARÇO DE 2017

Índice

| | | |
|-------|--|-----|
| I. | Mensagem da Presidente | 2 |
| II. | A Agência | 4 |
| | Introdução | 4 |
| | Estratégia e Posicionamento | 5 |
| | Governo da sociedade | 6 |
| | Estrutura Orgânica | 7 |
| | Estrutura Acionista | 9 |
| III. | Relatório de Gestão | 10 |
| | Atividade desenvolvida | 10 |
| | ▪ Institucional | 10 |
| | ▪ Editorial | 14 |
| | ▪ Produção | 15 |
| | ▪ Atividade comercial | 20 |
| | ▪ Comunicação e Marketing | 26 |
| | ▪ Inovação/modernização | 27 |
| | ▪ Recursos humanos | 29 |
| | Análise económica e financeira | 31 |
| | Pendências Judiciais | 36 |
| | Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º | 37 |
| | Proposta de aplicação de resultados | 38 |
| IV. | Demonstrações financeiras | 39 |
| V. | Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 | 45 |
| VI. | Cumprimento de orientações legais | 82 |
| VII. | Grelha de práticas de boa governação societária | 98 |
| VIII. | Relatório e parecer do Conselho Fiscal | 108 |
| IX. | Certificação legal de contas | 109 |
| X. | Ata do Conselho de Administração | 110 |

I. Mensagem da Presidente



O ano de 2016 foi o ano das comemorações dos 30 anos da Lusa. Um micro site comemorativo desta efeméride esteve disponível durante todo o ano de 2016 e, ainda, durante o primeiro trimestre de 2017, continuarão a ser disponibilizados conteúdos relativos aos 30 anos de atividade da agência: 30 anos de notícias em vários formatos, texto, áudio, fotografia e vídeo. Rever a História do país e do mundo nos últimos 30 anos permite-nos colocar os acontecimentos em perspetiva e encarar o presente e o futuro neste mundo global.

Depois de um ano particularmente difícil, mas também de preparação para a mudança, 2016 foi também o ano em que o Governo atribuiu à Lusa, para cumprimento da prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público, um valor de indemnização compensatória superior em 20% relativamente ao ano anterior. Neste sentido a Lusa entrou, finalmente, num período de estabilidade financeira e de tesouraria, de que há muito precisava.

Com estabilidade financeira, com uma organização mais adequada às novas exigências culturais e tecnológicas e onde a perspetiva da modernidade no cumprimento do serviço público esteve sempre presente, a Agência ganhou uma nova confiança no futuro.

No entanto, o atraso verificado na aprovação do Plano de Atividades em Orçamento, que acabou apenas por acontecer no final de setembro, impediu a concretização de alguns aspetos da estratégia de crescimento, renovação e inovação que é imperioso a Lusa enveredar no triénio 2016/2018.

Mesmo assim muito aconteceu em 2016.

A Lusa ganhou, através do programa “Digital News Initiative Innovation” da Google, o projeto “Portuguese News Hub”, um projeto ambicioso que coloca a LUSA a organizar, processar e disseminar informação sobre o mundo lusófono através de uma plataforma digital, tecnologicamente inovadora. Foi dado início ao projeto em outubro.

Verificou-se um aumento na produção, invertendo o sentido dos últimos três anos em que esta, nos seus vários formatos, vinha decaindo.

Foi dado início a um programa de melhoria de processos internos nas áreas Financeira e Comercial. A acompanhar estes processos foram realizadas auditorias internas e formação em novas funcionalidades e processos.

Transversal a todas as direções destacou-se o evento Web Summit Lisboa 2016, pela primeira vez em Portugal, e ao qual a LUSA se juntou como Media Partner. Uma equipa de mais de 60 jornalistas credenciados cobriu o evento. Foi igualmente importante uma participação institucional e comercial forte da agência, através da presença com um stand alusivo aos 30 Anos Lusa e de uma parceria com a Secretaria de Estado da Indústria, oferecendo as notícias do serviço temático Web Summit.

Pela primeira vez a Lusa faz parte do Conselho de Administração da EANA (European Alliance of News Agencies), o que projeta a marca Lusa com uma presença mais forte a nível europeu.

E muito mais poderíamos acrescentar. Mas tudo o que se conseguiu foi graças ao esforço, dedicação e disponibilidade dos trabalhadores da Lusa.

Os resultados da Lusa em 2016 são extremamente positivos. Os mesmos devem-se a uma criteriosa gestão dos recursos, quer humanos quer técnicos, mas também devido ao facto de a Agência ter tido uma indemnização compensatória de cerca de €2 milhões acima do valor de 2015 e não ter tido oportunidade, por falta de aprovação, para concretizar novas contratações previstas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2016, quer para o quadro quer para a rede de correspondentes.

Olhando para 2017 os desafios continuam. A Lusa tem de recuperar o seu atraso relativo em termos de desenvolvimento digital, seja para dar resposta às solicitações dos seus atuais clientes de media e empresariais, seja para se dar a conhecer ao mundo, garantindo desta forma a possibilidade de alargar o seu leque de serviços, conquistando novos clientes, chegando a novos públicos e a novos mercados. O projeto "Portuguese News Hub" é claramente um primeiro passo nesse sentido.

Com o digital, a marca LUSA ganha uma dimensão global. Um novo núcleo editorial, com capacidade de edição e gestão de conteúdos multimédia mais inovadores, permitirá potenciar a informação existente e criar um novo leque de serviços informativos, quer especializados quer agregados, que ganharão grande potencial junto de antigos e novos clientes.

2017 terá de ser o ano de viragem da Lusa. Acreditamos que o destino da Agência está nas mãos de todos e de cada um dos seus trabalhadores, dos órgãos representativos dos mesmos, dos órgãos sociais da agência e das Tutelas, Ministério da Cultura e Ministério das Finanças, cujo apoio à Agência é fundamental para que esta possa prosseguir o cumprimento da sua missão de serviço público, garantido que a Lusa é, e continuará a ser, uma empresa de referência no sector dos media em Portugal e nos países de língua portuguesa.

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2016 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

Este Conselho tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa em 19 de janeiro de 2015, tendo sido nomeado para o triénio 2015-2017. Foi-lhe incumbida a missão de modernizar a Agência e de recuperar algum do terreno que esta perdeu nos últimos anos, fruto das dificuldades que o país atravessou, mas também de iniciar um novo ciclo e, com um esforço adicional, dar resposta às necessidades do presente e aos desafios do futuro para a comunicação social em Portugal e também no Mundo.

Em 2016, o Governo atribuiu à Lusa um valor de Indemnização Compensatória (IC) de €15.838.364 (com IVA) para cumprimento da prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público, o que representou um incremento percentual na ordem dos 20% face a 2015.

O valor de IC previsto foi integralmente pago no ano de 2016. No entanto, o Plano de Atividades e Orçamento para 2016, que tinha por base a estratégia desenhada para o triénio 2016-2018, e que estava plasmada no Contrato Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (CPSNIIP) para aquele triénio, acabou por ser apenas aprovado em reunião de Assembleia Geral de 26 de setembro, o que atrasou a implementação de algumas propostas veiculadas naquele documento.

Por outro lado, a não assinatura do CPSNIIP durante o ano de 2016 deixou também em aberto a aprovação da estratégia proposta pelo Conselho de Administração da Lusa para o triénio em causa.

Mesmo assim foi possível reiniciar um processo de modernização ao nível dos meios técnicos, tendo o investimento em 2016 sido superior em 506% relativamente a 2015.

Também, como se poderá ver no decurso do relatório, outros projetos foram desenvolvidos no sentido de se modernizar a agência, introduzindo novos procedimentos e sistematizando produtos que fossem de encontro às necessidades dos clientes.

Estratégia e Posicionamento

A estratégia para o ano de 2016 foi a que se encontra consagrada no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, apresentada pelo Conselho de Administração para o triénio 2016-2018, e que agora ficará consignada no triénio 2017-2019. Tendo como palavras chave “independência editorial”, rigor, autonomia, credibilidade, e “serviço noticioso e informativo de interesse público”, baseia-se em três pilares de abordagem:

Primeiro Pilar: Geografias e Mercados

A Lusa tem de estar presente e assegurar a cobertura noticiosa do território nacional, das comunidades falantes de língua portuguesa e das geografias e mercados que tenham interesse estratégico nacional, dos pontos de vista político e diplomático, económico, histórico e cultural. Deve, proativamente, disponibilizar informação aos portugueses e aos cidadãos falantes de língua portuguesa que responda às necessidades resultantes da sua presença nas diferentes regiões do Mundo.

A agência deve ainda prosseguir uma política de parcerias com entidades governamentais e também com entidades não-governamentais que desempenhem atividades económicas e sociais a nível nacional e internacional, de forma a melhor assegurar a sua missão e atingir os objetivos a que se propõe.

Segundo pilar: Produtos e Clientes

A Lusa tem de se comprometer a diversificar os seus produtos tendo em conta as novas tecnologias, as exigências dos mercados e as expectativas dos seus diferentes clientes quanto à prestação do serviço público.

Os conteúdos informativos devem ser distribuídos aos órgãos de comunicação social tradicionais, mas também integrar plataformas multimédia e redes sociais, com o objetivo de fornecer um serviço noticioso e informativo global de interesse público.

Terceiro Pilar: Organização e estrutura

É importante ter plataformas de influência de cobertura noticiosa regional, presença local, mobilidade, flexibilidade, reforço de parcerias e sinergias, que permitirão à Lusa ser mais abrangente na informação que produz e distribui no âmbito do serviço público, nomeadamente através de:

- Uma rede nacional capaz de cobrir Portugal Continental e Ilhas;
- Uma rede internacional que garanta a cobertura dos países de língua oficial portuguesa, das comunidades de falantes de língua portuguesa espalhadas pelo Mundo e dos países mais relevantes, em termos geoestratégicos, para o país.

E, no mundo atual, em que não podemos falar sobre estratégia digital, mas sim de uma estratégia num mundo digital, assume particular relevo o reforço da área digital e do jornalismo multimédia, como instrumentos fundamentais para a Lusa cumprir com as atuais necessidades do serviço público a prestar em Portugal e restantes países, sobretudo os de língua oficial portuguesa, e também para dar resposta às solicitações das organizações

económicas e políticas espalhadas pelas várias geografias do Mundo com maior relevância estratégica para Portugal.

Governo da sociedade

Mesa da Assembleia Geral

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|-----------------|--------------------------------|------------|-----------|
| Presidente | Elsa Maria Roncon Santos | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Vice-Presidente | António Manuel Simões da Silva | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Secretário | Rita Maria Góis de Carvalho | 19.01.2015 | 2015-2017 |

Conselho de Administração

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|-----------------------|--|------------|-----------|
| Presidente | Maria Teresa Prata Macias Marques | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Vice-Presidente | João Manuel Pintado Silveira Lobo | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Vogais não executivos | Luís Paulo Mah Silva | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| | José Carlos Barbosa Lourenço | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| | Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 19.01.2015 | 2015-2017 |

Conselho Fiscal

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|-----------------------|--|------------|-----------|
| Presidente | Paula Alexandra Caetano da Silva | 31.03.2016 | 2015-2017 |
| Vogal | Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Vogal e ROC Efetivo: | Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338 | 19.01.2015 | 2015-2017 |
| Vogal e ROC Suplente: | António Magalhães & Carlos Santos, SROC N.º 53, representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães, ROC N.º 179 | 19.01.2015 | 2015-2017 |

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor Leste.

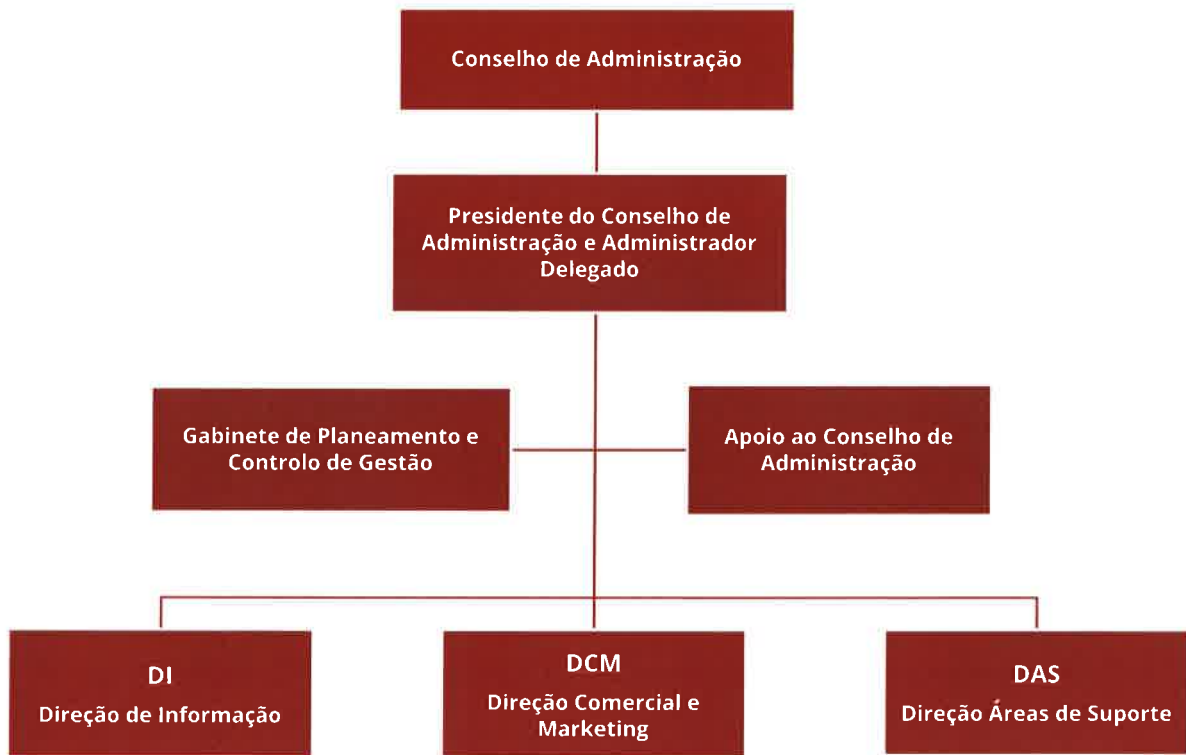
A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Durante o ano de 2016 foi identificada a necessidade de uma maior eficiência e eficácia nas áreas de suporte da empresa, tendo sido anunciada, em 23 de dezembro, uma mudança na estrutura da empresa. Assim, os órgãos de estrutura de primeira linha passaram então a enquadrar três direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Direção Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Direção Áreas de Suporte, com a responsabilidade das áreas da Contabilidade e Tesouraria, dos Sistemas de Informação, das Compras e Recursos Humanos;
- O Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que através da produção de informação de gestão assegura um melhor planeamento e controlo na gestão das diversas áreas da empresa;
- O apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Organograma

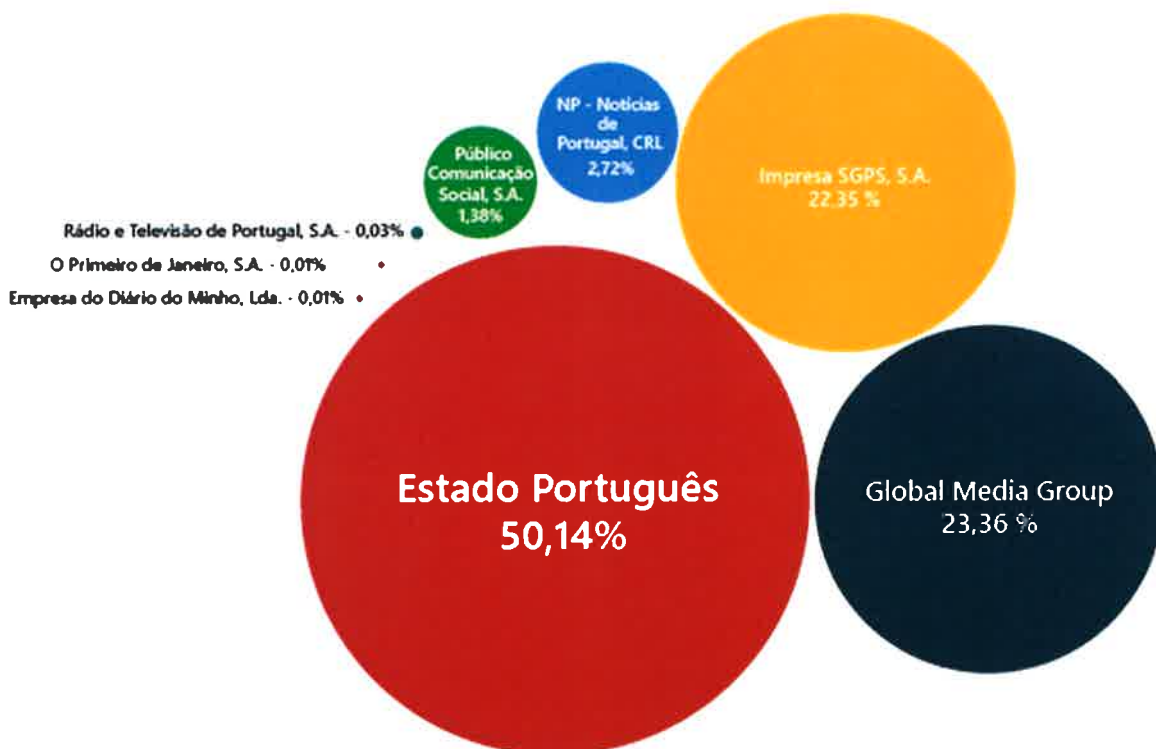


Estrutura Acionista

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de **€5.325.000** representado por 2.130.000 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

Estrutura de Capital

| Acionistas | N.º Ações | % | Euros |
|--|-----------|-------|--------------|
| Estado Português | 1.068.000 | 50.14 | 2.670.000,00 |
| Global Media Group | 497.420 | 23.36 | 1.243.550,00 |
| Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | 476.064 | 22.35 | 1.190.160,00 |
| NP-Notícias de Portugal, CRL | 58.000 | 2.72 | 145.000,00 |
| Público-Comunicação Social, S.A. | 29.307 | 1.38 | 73.267,50 |
| Radio e Televisão de Portugal, S.A. | 674 | 0.03 | 1.685,50 |
| O Primeiro de Janeiro, S.A. | 310 | 0.01 | 775,00 |
| Empresa do Diário do Minho, Lda. | 225 | 0.01 | 562,50 |



III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

A Lusa manteve, em 2016, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

Neste âmbito destaca-se o reforço de meios técnicos, na Lusa, para Angola e Moçambique.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia salienta-se:

- Participação da Presidente do Conselho de Administração na XXXII Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em maio, na cidade do Porto.
- Reuniões do Administrador Executivo da ANGOP - Agência de Notícias Angola Press para Área de Gestão de Marketing e Negócios com a Presidente do Conselho de Administração e o Diretor de Informação, em outubro, na Lusa, para a apresentação de um pedido de apoio para a formação, de jornalistas da ANGOP, em cobertura de atos eleitorais.
- Participação da Presidente do Conselho de Administração no Encontro de Trabalho promovido pela Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), sobre a Criação da futura UMEIA-CPLP - União dos Médias, Instituições e Agências de Comunicação Social dos Países da CPLP, em novembro.
- Participação do Editor Lusofonia e Mundo no Encontro de Reflexão estratégica sobre o futuro da agência noticiosa cabo-verdiana Inforpress - "Os desafios da Agência Cabo-Verdiana de Notícias na era da convergência tecnológica", em dezembro, na cidade da Praia, Cabo Verde.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa, em 2016, manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- **EPA – European Pressphoto Agency** (de que a Lusa é acionista fundadora), participação da Presidente do Conselho de Administração na Assembleia Geral extraordinária, em 31 de outubro, em Amesterdão.
- **AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies**, apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.

- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
 - Eleição da Presidente do Conselho de Administração para Membro do Conselho de Administração da EANA, em Assembleia Geral de 23 de setembro de 2016. A Lusa integra pela primeira vez o Conselho de Administração da EANA.
 - Presença nas reuniões semestrais da aliança: participação da Presidente do Conselho de Administração na reunião de abril, em Londres, sobre o tema *The future of news media and the role of news agencies*, e que incluiu uma visita ao BBC Television Centre; e participação na Assembleia Geral e reunião de setembro que teve como tema *Securing Independent News Agencies in a Digital World*, em Bratislava.
 - Primeira reunião do novo Conselho de Administração da EANA, realizada em novembro, na sede Lusa.
- **Minds International** (de que a Lusa é acionista fundadora), colaboração, a nível institucional através da participação em *newsletters* e inquéritos de opinião sobre temáticas comuns a todas as agências.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Almoço de Trabalho com o Ministro da Cultura, Dr. João Soares, em janeiro.
- Visita, a convite, ao *Data Center* da Microsoft, em Dublin, Irlanda, em janeiro – Diretor de Operações e Sistemas.
- Participação da Presidente do Conselho de Administração no painel “A Diversidade nas Empresas”, no âmbito da conferência da Mercer *When Women Thrive*, em março.
- Lançamento, em março, do *microsite* comemorativo dos 30 anos de atividade da Lusa com disponibilização de conteúdos em diversos formatos: 30 anos de notícias em texto, áudio, fotografia e vídeo.
- Conferência Comemorativa dos 30 Anos da Lusa, «Portugal entre o Rigor e a Audácia», em março, na Fundação Calouste Gulbenkian.
- Assinatura, em abril, de um Protocolo de Colaboração entre o *NewsMuseum* e a Lusa.
- Visita de cortesia, à sede da Lusa, do Embaixador de Itália, em abril.
- Almoço na Embaixada da China oferecido pelo Embaixador da China ao Conselho de Administração da Lusa, em maio.
- Conferência sobre Jornalismo Regional realizada pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e a Lusa, em maio, em Vila Real, durante a qual foi apresentada a Pós-Graduação em Jornalismo Regional UTAD/LUSA, com início em setembro de 2016.

- Encontro de Trabalho com o Presidente da agência noticiosa espanhola EFE, em maio, na sede Lusa.
- Visita à sede Lusa do Presidente da WAN (*World Association of Newspapers and News Publishers*), em maio.
- Assinatura de um acordo de cooperação entre a Lusa e o maior jornal chinês, Diário do Povo, que prevê intercâmbio noticioso, formação e assistência, no âmbito de uma visita do Presidente do Diário do Povo e do Embaixador da China à agência, em junho.
- Participação do Diretor de Informação, a convite da agência TASS, no *St. Petersburg International Economic Forum (SPIEF-2016)*, que teve lugar em junho, em São Petersburgo, Rússia.
- Visita à sede da Lusa do Ministro da Cultura, Dr. Luís Filipe Castro Mendes, em junho.
- Audição da Presidente do Conselho de Administração na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, em julho, acompanhada pelo Vogal do Conselho de Administração Dr. José Carlos Lourenço e pelo Diretor de Informação.
- Participação da Presidente do Conselho de Administração no Fórum “Belt and Road”, a convite jornal chinês Diário do Povo, que teve lugar em julho, em Pequim.
- No âmbito da visita à sede da Rádio Internacional da China, realizada em julho, a convite daquela rádio, a Presidente do Conselho de Administração falou sobre o tema “A Presença da Lusa na China” em entrevista para o programa “Sala de Visitas”.
- Visita à Lusa do Embaixador do Egito no âmbito da preparação da visita do Presidente da República egípcio a Portugal e proposta de estabelecimento de um Memorando de Entendimento entre a Lusa e a agência egípcia MENA, em setembro.
- Conferência realizada pela Lusa, em setembro, no âmbito das comemorações dos seus 30 anos, sobre o tema “Revolução Digital e Jornalismo. Que Futuro para as Empresas de Media?”, no Fórum de Tecnologia TechDays, em Aveiro.
- Participação da Presidente do Conselho de Administração e da Diretora Comercial e Marketing, a convite da Agência Noticiosa do Azerbaijão (AZERTAC), no 5.º Congresso Mundial das Agências Noticiosas (*NAWC - News Agencies World Congress*), que se realizou em novembro, em Baku.
- Assinatura do Memorando de Cooperação entre a Agência Noticiosa do Bahrain (BNA) e a Lusa, durante o *News Agencies World Congress*.
- Lançamento, em dezembro, de um inteiro postal (selo, postal e um carimbo) comemorativo dos 30 anos da Lusa, em parceria com os CTT.
- Prestação do serviço de «hosting» de fotografia, à Presidência da República Portuguesa, no âmbito da visita oficial do Rei de Espanha a Portugal, em novembro.

- Realização de parceria, promovida pelas direções Editorial e Comercial e Marketing, com consórcio de media europeus para apresentação de proposta de trabalho jornalístico a concurso promovido pela DG Agricultura, da Comissão Europeia, no âmbito da Europa 2020, sobre a política Agrícola Comum, em dezembro.
- Assinatura de protocolo com a RTP para o fornecimento de serviços de comentário e análise, para rádio e televisão, efetuados pelos jornalistas da rede nacional e internacional da Lusa.
- A Lusa aderiu ao Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, tornando-se parte ativa deste movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e da competitividade da economia portuguesa que atualmente já inclui cerca de 850 entidades de vários quadrantes da economia portuguesa.

Grandes eventos

O ano de 2016 foi marcado pela existência de grandes acontecimentos que exigiram da Lusa a alocação de especial de recursos, humanos e/ou financeiros. Entre eles, especial destaque para:

- Os Jogos Olímpicos de 2016, no Brasil;
- O Campeonato Europeu de Futebol 2016, em França, incluindo a cobertura noticiosa de todo o trabalho de preparação da seleção nacional;
- As eleições presidenciais portuguesas de 2016;
- A Volta a Portugal em bicicleta 2016;
- A Web Summit, evento que contou com a Lusa como um dos seus principais apoiantes, dado o seu inquestionável interesse jornalístico, para além do indiscutível interesse nacional. A agência assinou uma parceria com a organização da Web Summit, no âmbito da qual a Lusa montou um stand no evento e colocou no terreno uma equipa de mais de 60 jornalistas credenciados para cobrir o evento. Foi igualmente importante uma participação institucional e comercial forte, através da presença com um stand alusivo aos 30 Anos Lusa e de uma parceria com a Secretaria de Estado da Indústria (ME), oferecendo as notícias do serviço temático Web Summit aos 67 vencedores do Road 2 Web Summit, uma iniciativa destinada a destacar e premiar as 67 startups com projetos mais relevantes para o ecossistema digital. Em números, o Web Summit contou com 270 fotografias colocadas no nosso serviço de fotografia, mais de 50 vídeos e 30 peças de áudio e ainda mais de 300 notícias (no evento e sobre o evento).

Distinções

- Prémio atribuído à Lusa, pelos serviços de informação prestados, pela Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR), no âmbito da comemoração dos 15 anos desta instituição.
- Atribuição à Lusa da Medalha Honorífica de Vila Nova de Gaia, no âmbito das comemorações dos 32 anos da elevação de Vila Nova de Gaia a Cidade.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano, e o Prémio “Barão da Cunha” promovido pelo Aero Club de Portugal.

Responsabilidade Social

A Lusa continuou, em 2016, a apoiar a CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos projetos e atividades daquela associação.

Em junho, a Lusa organizou, junto dos seus trabalhadores, uma recolha de material escolar para a associação de voluntariado e empreendedorismo social Sonha, Faz e Acontece, destinado a projetos educativos na Ilha do Príncipe, em São Tomé.

▪ Editorial

A Direção de Informação (DI) dedicou em 2016 uma parte significativa da sua capacidade de trabalho à consolidação de uma estratégia editorial adequada aos desafios do mundo digital, alinhando o desenvolvimento futuro da sua produção editorial com os objetivos estratégicos assumidos pela empresa. Um esforço que se traduziu, de forma particular e em colaboração com as restantes áreas da agência, na definição, desenho e levantamento de requisitos do «Portal Digital de Informação em Língua Portuguesa», projeto que a Lusa candidatou, com sucesso, ao financiamento do DNI, programa de um consórcio liderado pela Google que tem por objetivo promover a inovação nos meios de comunicação social europeus. Um projeto que permitirá à Lusa recuperar do atraso tecnológico em que se encontra, diversificar e aumentar o valor dos serviços que oferece, chegar a mais clientes em Portugal e no estrangeiro, aumentar a sua relevância no espaço da lusofonia, reforçar o peso da língua portuguesa no mundo e aumentar a visibilidade do mundo lusófono na comunidade internacional.

No âmbito deste projeto, foram lançadas as bases do novo serviço «Agenda Financeira», com o início dos trabalhos de recolha da informação que constituirá a sua base de dados e com a

sua colocação em teste junto de potenciais clientes, para afinação dos conteúdos editoriais disponibilizados.

Mas 2016 foi também o ano em que a Lusa deu início às comemorações do seu 30º aniversário, tendo a agência criado um site especial (www.30anoslusa.pt) onde podem ser vistos inúmeros conteúdos jornalísticos, sobre a totalidade do território nacional e em diferentes formatos, que retratam a evolução do País ao longo das últimas três décadas. Um trabalho notável, realizado com o esforço conjunto das redações de Lisboa e Porto e de jornalistas de toda a rede nacional, que é parte integrante de um plano mais vasto de ações editoriais que se prolongarão por 2017, mas que contaram já em 2016 com a realização de uma grande conferência em Lisboa e duas conferências regionais, uma na TechDays de Aveiro e outra na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Num ano que fica marcado por inúmeros acontecimentos de grande interesse noticioso para os portugueses – nos campos económico, político, social e desportivo, entre outros – e também por muitos outros de interesse global – como o terrorismo ou os refugiados –, a Lusa respondeu com um aumento da sua produção jornalística, mesmo num contexto de contínua redução de recursos humanos.

Destaque ainda para a excelente cobertura editorial de todo o espaço da Lusofonia, sobretudo nas áreas que tiveram em 2016 maior interesse jornalístico, como Angola, Brasil ou Moçambique, além do caso especial da Venezuela, país que esteve e está sob atenção do Mundo e em especial de Portugal, atendendo à importante comunidade portuguesa ali residente.

Por último, de registar o regresso da Cultura, enquanto secção autónoma, à estrutura da Direção Editorial da Lusa. Uma decisão que traduz não apenas o reconhecimento da importância da área no contexto da oferta noticiosa da agência, mas também o papel que pode desempenhar na consolidação da Lusa como grande agência do espaço lusófono.

▪ Produção

A Direção de Informação alcançou indicadores de produção editorial muito positivos em diversas áreas, com destaque para a cobertura das eleições presidenciais em Portugal e a Web Summit Lisboa, o Europeu de Futebol em França ou os Jogos Olímpicos no Brasil, acontecimentos que mobilizaram recursos humanos e técnicos assinaláveis. Da mesma forma, o peso da atualidade económica em Portugal, da situação política em países da lusofonia como Angola, Brasil e Moçambique, a crise política, económica e social da Venezuela e o fenómeno global do terrorismo marcaram também a produção noticiosa da agência.

A produção editorial da Lusa totalizou 227.821 conteúdos únicos, como se pode ver no quadro seguinte, o que se traduz numa média diária de 622 conteúdos únicos:

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Foto | 48.634 | 45.655 | 47.567 |
| Áudio | 10.685 | 10.014 | 9.881 |
| Misto | 1.456 | 1.288 | 1.516 |
| Texto (Todos os Géneros) | 159.129 | 160.468 | 163.764 |
| Vídeo | 5.548 | 5.374 | 5.093 |
| Total | 225.452 | 222.799 | 227.821 |

Ao contrário do que se tinha registado em 2015, em 2016 a Lusa conseguiu aumentar a sua produção anual total de conteúdos face ao ano anterior, alcançando inclusivamente um valor superior ao obtido em 2014. Inverteu-se, desta forma, a quebra de produção que se verificava na agência desde o último triénio.

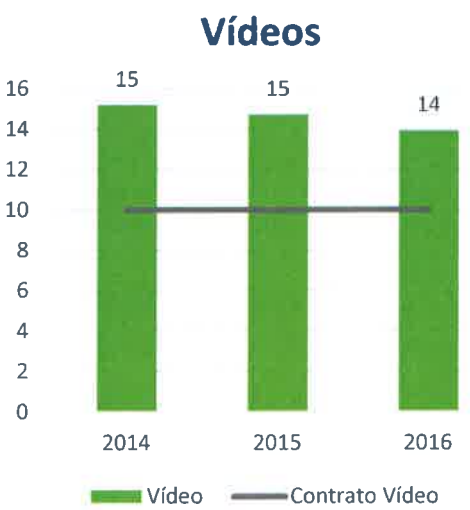
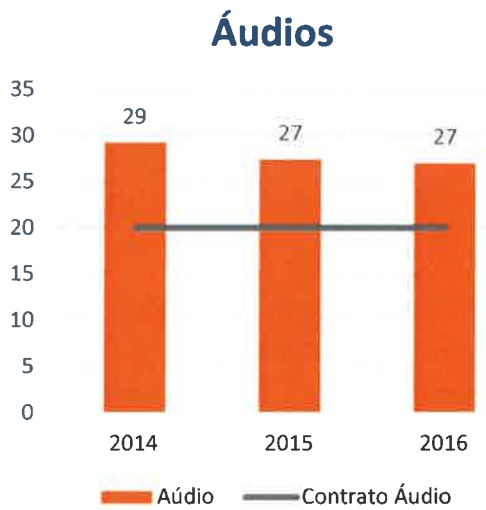
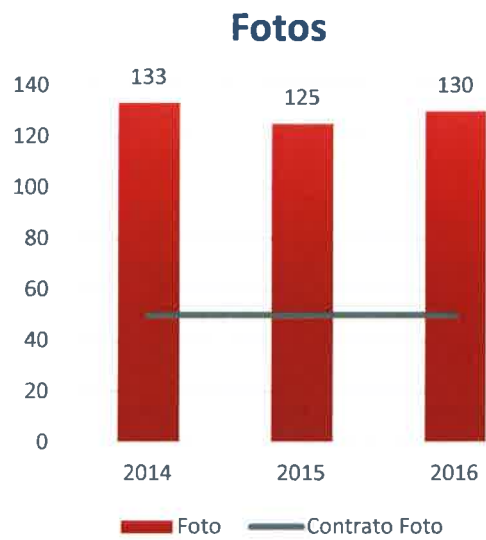
Fotografia, conteúdos mistos e, sobretudo, as notícias em texto, que representam mais de metade da produção, foram os motores da recuperação de produção face a 2015. De forma inversa, voltaram a registar-se decréscimos ao nível da produção de vídeos e áudios, uma tendência que será revertida em 2017.

Média Diária

| Tipo de Conteúdo | 2014 | 2015 | 2016 | Contrato Serviço Público |
|--------------------------|------|------|------|--------------------------|
| Foto | 133 | 125 | 130 | 30 a 50 |
| Áudio | 29 | 27 | 27 | 10 a 20 |
| Texto (Todos os Géneros) | 436 | 440 | 447 | 300 a 400 |
| Vídeo | 15 | 15 | 14 | 5 a 10 |

Como se pode verificar na tabela anterior e também nos gráficos abaixo, a agência ultrapassou os objetivos de serviço público que lhe foram atribuídos pela Declaração de Compromisso assinada em 30 de dezembro de 2016 para colmatar a inexistência de Contrato nesse ano.

Média Diária de Produção



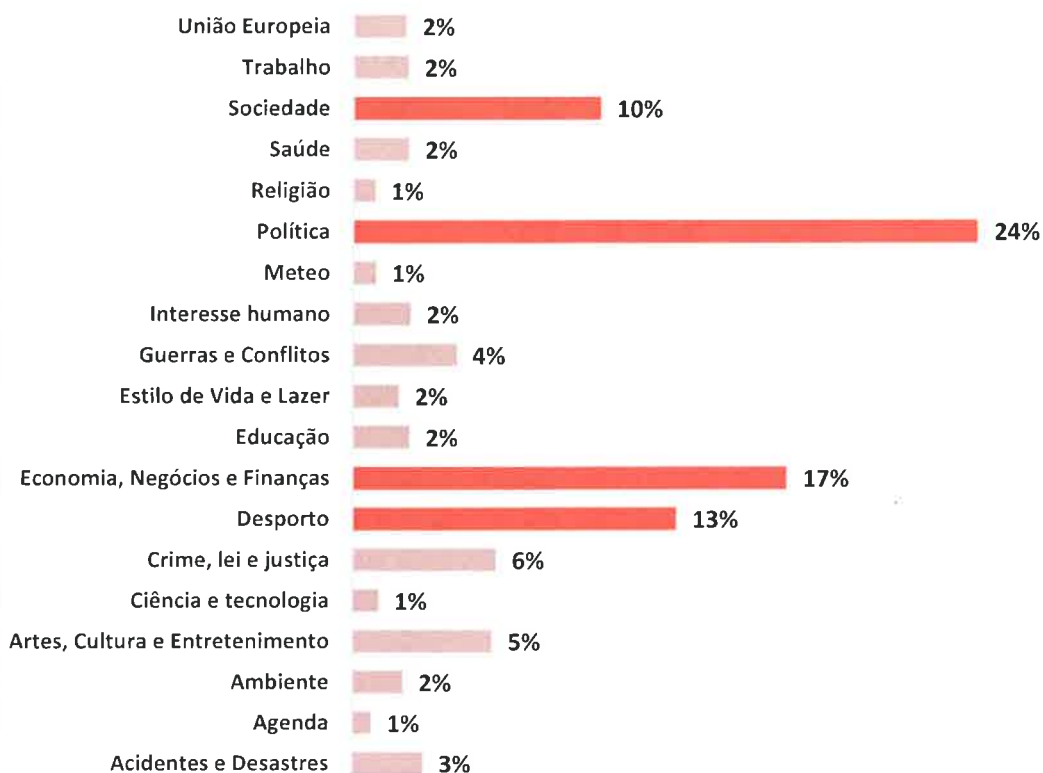
O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da agência em 2016*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

| Temas | Foto | Áudio | Story | Texto | Vídeo | Total |
|--|---------------|---------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| <i>Acidentes e Desastres</i> | 1.964 | 299 | 58 | 9.201 | 81 | 11.603 |
| <i>Agenda</i> | 353 | | | 2.816 | 1 | 3.170 |
| <i>Ambiente</i> | 639 | 552 | 30 | 6.923 | 139 | 8.283 |
| <i>Artes, Cultura e Entretenimento</i> | 6.147 | 949 | 267 | 14.900 | 581 | 22.844 |
| <i>Ciência e tecnologia</i> | 570 | 241 | 13 | 3.389 | 94 | 4.307 |
| <i>Crime, lei e justiça</i> | 1.209 | 638 | 11 | 21.440 | 198 | 23.496 |
| <i>Desporto</i> | 16.065 | 1.175 | 485 | 33.714 | 1.435 | 52.874 |
| <i>Economia, Negócios e Finanças</i> | 6.127 | 4.044 | 80 | 58.492 | 2.106 | 70.849 |
| <i>Educação</i> | 1.049 | 506 | 12 | 7.540 | 195 | 9.302 |
| <i>Estilo de Vida e Lazer</i> | 674 | 315 | 15 | 6.337 | 193 | 7.534 |
| <i>Guerras e Conflitos</i> | 1.171 | 404 | 93 | 15.182 | 207 | 17.057 |
| <i>Interesse humano</i> | 1.097 | 399 | 43 | 7.626 | 274 | 9.439 |
| <i>Meteo</i> | 586 | 171 | 44 | 2.978 | 17 | 3.796 |
| <i>Política</i> | 19.571 | 6.549 | 172 | 73.839 | 1.959 | 102.090 |
| <i>Religião</i> | 867 | 119 | 94 | 2.492 | 49 | 3.621 |
| <i>Saúde</i> | 762 | 559 | 8 | 7.597 | 191 | 9.117 |
| <i>Sociedade</i> | 1.432 | 2.306 | 95 | 35.685 | 962 | 40.480 |
| <i>Trabalho</i> | 1.189 | 657 | 11 | 6.903 | 264 | 9.024 |
| <i>União Europeia</i> | 217 | 721 | | 7.476 | 241 | 8.655 |
| Total | 61.689 | 20.604 | 1.531 | 324.530 | 9.187 | 417.541 |

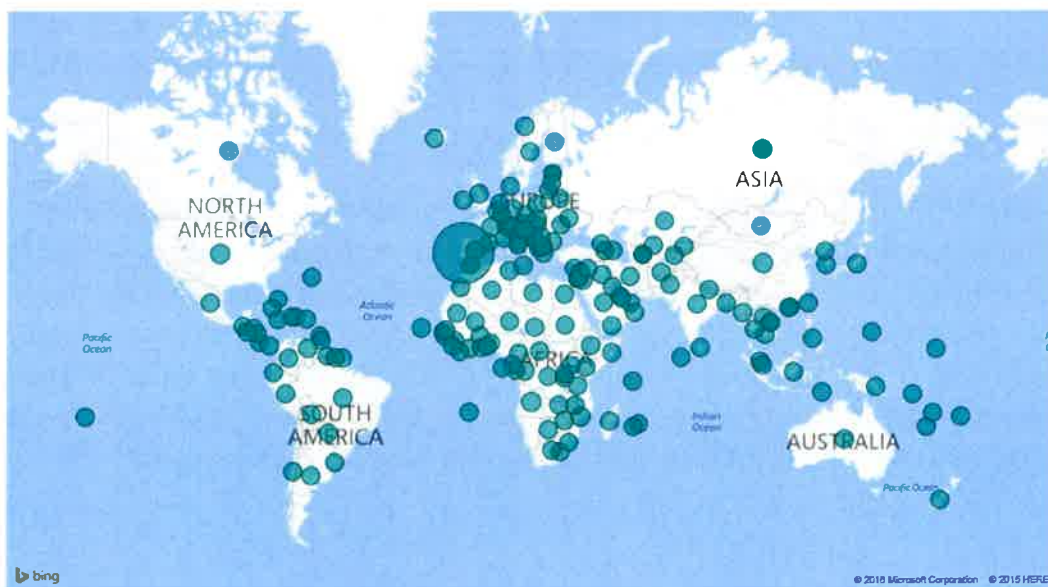
* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção.

No conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se, como é possível verificar no quadro seguinte, os textos que abordam temas de natureza política nacional e internacional (24%), Economia (17%), Desporto (13%) e Sociedade (10%). Um resultado que reflete, desde logo, a relevância que a comunidade atribuiu a estas áreas ao longo do ano, mas que revela também que o peso que estes temas tiveram em 2016, de cerca de 64% da totalidade dos textos noticiosos distribuídos, acaba por estar em linha com o verificado em anos anteriores, confirmando uma estabilidade temática do fio noticioso que vem desde 2012.

Total de Produção por Temas 2016



O mapa em baixo mostra graficamente a produção de conteúdos por País, merecendo destaque não só o volume da informação nacional como também o peso significativo da soma de conteúdos sobre países da lusofonia, sobretudo aqueles onde a Lusa tem um papel relevante e de referência enquanto fonte de informação local e internacional.



▪ Atividade comercial

O ano de 2016 confirmou uma tendência de restrição no crescimento e nas perspectivas de vendas. Relativamente ao nosso mercado natural, a Comunicação Social, esta tendência é fortemente marcada pela continuação do encerramento de meios de comunicação social impressa, pela pressão de renegociação de contratos, em baixa, dos Clientes existentes, também eles sujeitos a pressões de otimização e racionalização orçamental, e ainda pelo advento dos meios de comunicação social digital, de raiz ou em substituição de meios de comunicação social impressa, que originam receitas menores.

A chegada de novas tecnologias e novos conceitos de distribuição de conteúdos revolucionou a forma de comunicar com os leitores, espetadores e ouvintes. A explosão do “digital”, enquanto ferramenta de produção e consumo de media, trouxe acrescidos desafios aos meios de comunicação social em geral. Consta-se que o negócio da Comunicação Social está a mudar – a maneira como os consumidores (leitores, espetadores e ouvintes) consomem conteúdos, e o tipo de conteúdos que consomem e privilegiam, implicaram um decréscimo muito acentuado dos suportes em papel, numa estratégia de troca para serviços digitais, com especialmente ênfase em determinados segmentos de mercado.

A Lusa segmenta a sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- c) Empresas
- d) Institucional
- e) Grande Público
- f) Mercado Externo

Durante o exercício de 2016, a Lusa gerou receitas próprias no valor de €3.857.375, correspondendo a um decréscimo de 6,6% face ao período homólogo, e colocando este valor em consonância com as receitas de 2014.

Na globalidade das Receitas Próprias, o Mercado Nacional contribuiu com 84,50%. Os segmentos Empresas e Institucionais apresentaram crescimentos face ao ano anterior, de 4,0% e 4,5%, respetivamente. Por oposição, os segmentos Grandes Órgãos de Comunicação Social, Pequenos Órgãos de Comunicação Social e Mercado Externo apresentaram perdas de receita em 7,2%, 8,7% e 15,4% respetivamente, sendo a perda do Mercado Externo especialmente relevante devido a rescisões de Clientes de Macau.

| ÁREAS DE NEGÓCIOS | 2015 | 2016 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL | 2.334.706,09 | 2.166.921,45 |
| PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL | 282.677,07 | 258.196,37 |
| EMPRESAS | 415.340,92 | 432.149,97 |
| INSTITUCIONAL | 384.047,36 | 401.425,89 |
| GRANDE PÚBLICO | 3.161,92 | 0,00 |
| OUTROS | 5.498,97 | 866,00 |
| MERCADO EXTERNO | 706.480,58 | 597.815,71 |

Este ano registou um aumento da atividade comercial na venda de avulsos – fotografias, Dossiers Especiais e Reportagens Especiais, representando um total de €152.512, ou seja, um aumento de 49,9% face ao ano anterior.

Estratégia, Clientes e Serviços

Durante o ano de 2016, a Lusa continuou em cumprir os seus desígnios de fidelização de atuais Clientes e angariação de novos Clientes, através do desenvolvimento de ofertas adequadas a novos mercados, tanto geográficos como de segmento, de forma a levar o serviço LUSA a novos mercados.

Campanhas

Em termos de atividade comercial, o ano de 2016 foi marcado por Campanhas Temáticas (das quais se destacam as Campanhas dos Jogos Olímpicos 2016, Volta a Portugal e Europeu 2016) e por ações de angariação junto de segmentos de Clientes, que visaram a promoção dos serviços da Lusa a segmentos não-media.

Relativamente a Campanhas Temáticas, destacamos:

- Pacote Autarquias: continuação do esforço de aquisição de Clientes Municipais, através de uma oferta especialmente desenhada para a informação local e destinada ao executivo camarário;
- Campanha Jogos Olímpicos, Campanha Europeu 2016 e Campanha da Volta a Portugal 2016: campanhas temáticas desportivas, com cobertura especial de fotografia, destinadas a websites desportivos e meios de comunicação social generalistas;
- Pacote de Fim De Ano 2016: pacote especial de fotografia de 2016, assim como compilação das efemérides de 2016 e 2017.

Este ano foi igualmente marcado por um esforço de promoção dos serviços da Lusa e angariação junto de segmentos de Clientes, consubstanciado em Campanhas de Angariação.

Estas ações, cujos segmentos alvo foram Clientes não pertencentes aos meios de comunicação social, incluíram segmentos como Ordens Profissionais, Consultoras, Agências

de Comunicação, Autarquias, Consulados e Embaixadas da Lusofonia, entre muitos outros. Os resultados comerciais foram discretos (mas existentes), sendo que o maior ganho foi ao nível da notoriedade da Lusa como fornecedora de conteúdos informativos com interesse empresarial.

Desenvolvimento de Produtos Informativos

Na área de Desenvolvimento de Ofertas de Produtos e Serviços Informativos, e especialmente enquadrado no âmbito do Projeto Google, 2016 ficou marcado pelo desenvolvimento da Agenda Financeira, um serviço transversal a todos os segmentos (mas dedicado especialmente a segmentos não-media), que permite planear a ação e a decisão das empresas com base na produção de registos de agenda com carácter informativo nas áreas financeira e económica.

O desenvolvimento desta oferta materializou-se em metodologias ágeis de desenvolvimento de produtos, tendo a Lusa optado por um modelo de Clientes Piloto segmentados para o efeito. Desta forma, a Lusa pode receber comentários sobre a oferta, destacando-se a usabilidade da plataforma, pertinência de informação, áreas temáticas a desenvolver no futuro e perspectivas de crescimento da oferta.

Os Clientes Lusa em Números

Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 categorias:

- Alertas
- Temáticos
- Notícias
- Agenda
- Arquivo
- Fotos
- Vídeo
- VIP
- Foto galerias
- Títulos
- SMS
- Áudio
- Infografia

Estes serviços são subscritos pelos nossos Clientes, também denominados Subscritores; cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

Em termos numéricos, em 2016 a Lusa celebrou 56 novos contratos de avença, dos quais destacamos 6 novos municípios, no âmbito da campanha de angariação “Pacote Autarquias”, totalizando 33 Câmaras Municipais no final de 2016.

Novos Clientes em 2016

| DESCRIÇÃO | NOVOS CLIENTES |
|---------------------------------------|----------------|
| COMUNIDADES | 2 |
| EMPRESAS | 11 |
| GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 17 |
| PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 16 |
| GRANDE PÚBLICO | 1 |
| INSTITUCIONAIS | 9 |

No final de 2016, o **Total de Subscritores** era o seguinte:

| DESCRIÇÃO | 2015 | 2016 |
|---------------------------------------|------|------|
| COMUNIDADES | 174 | 177 |
| INSTITUCIONAIS | 144 | 139 |
| GRANDE PÚBLICO | 6 | 5 |
| EMPRESAS | 64 | 74 |
| GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 140 | 147 |
| PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 164 | 178 |

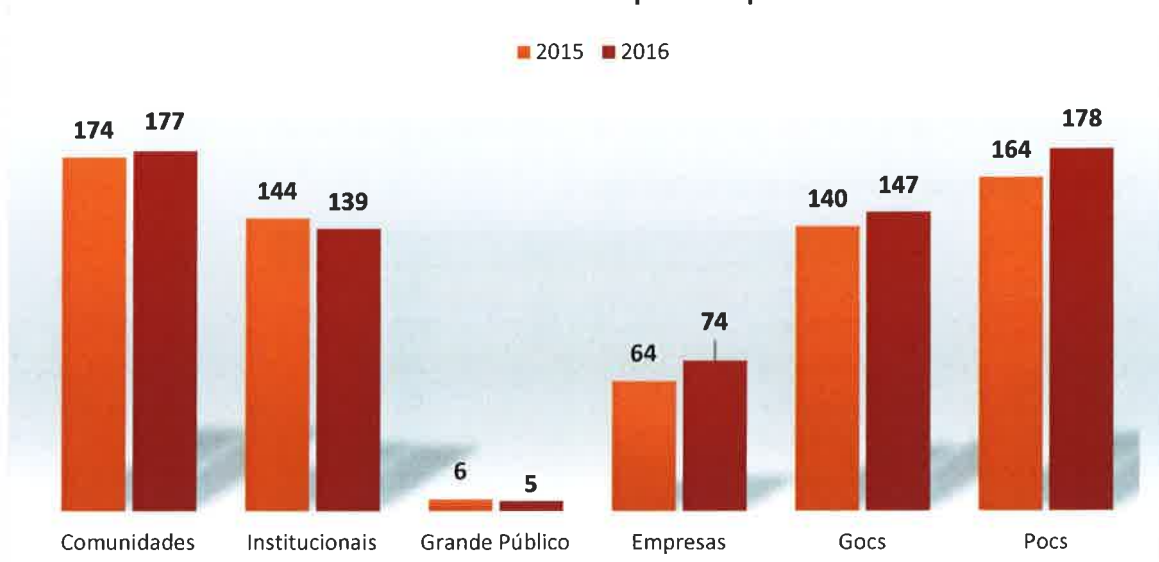
A diferença entre 2016 e 2015 apresenta um saldo positivo de 28 novos subscritores, já deduzidas as desativações de subscritores e suspensões de serviço (*churn*).

Tal como no ano anterior, ao longo do ano a Lusa teve, em média, 50 potenciais clientes em período experimental médio de um mês.

Em 2016 a Lusa teve um total de 720 subscritores de serviços, continuando (tal como no passado) a merecer especial destaque as Comunidades e Institucionais, que representam aproximadamente 44% da totalidade dos subscritores.

Total de Subscritores por Área de Negócio

Subscritores por Tipo



Conforme se pode verificar pelo mapa abaixo, Portugal continua a ter a maior expressividade em número de subscritores (488 subscritores). No entanto, a dispersão dos subscritores pelo mundo é grande, como se pode aferir pela seguinte divisão em áreas geográficas:

- EUROPA: 75,68%
- ÁFRICA: 7,80%
- ÁSIA: 4,03%
- AMERICA DO NORTE: 8,19%
- AMÉRICA DO SUL: 3,38%
- OCEANIA: 0,91%

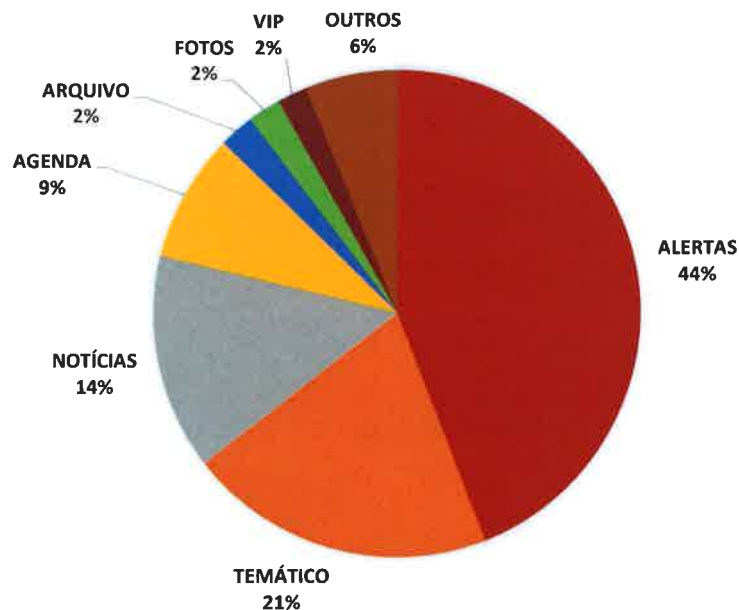


Serviços

Os subscritores da Lusa têm um total de 587 serviços ativos, distribuídos pelas 13 categorias de serviço previamente elencadas. As categorias com maior expressividade são, tal como no ano anterior, os serviços Alertas e Temáticos, que em conjunto representam aproximadamente 65,75% da totalidade dos serviços ativos. De notar que, face a 2015, a categoria de serviços Notícias apresentou um crescimento positivo de 13,15%.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

| Categoria | Total de Serviços |
|--------------|-------------------|
| Alertas | 264 |
| Temático | 122 |
| Notícias | 86 |
| Agenda | 51 |
| Arquivo | 14 |
| Fotos | 13 |
| VIP | 12 |
| Vídeo | 8 |
| Títulos | 6 |
| Fotogalerias | 5 |
| SMS | 3 |
| Audio | 2 |
| Infografia | 1 |
| | 587 |

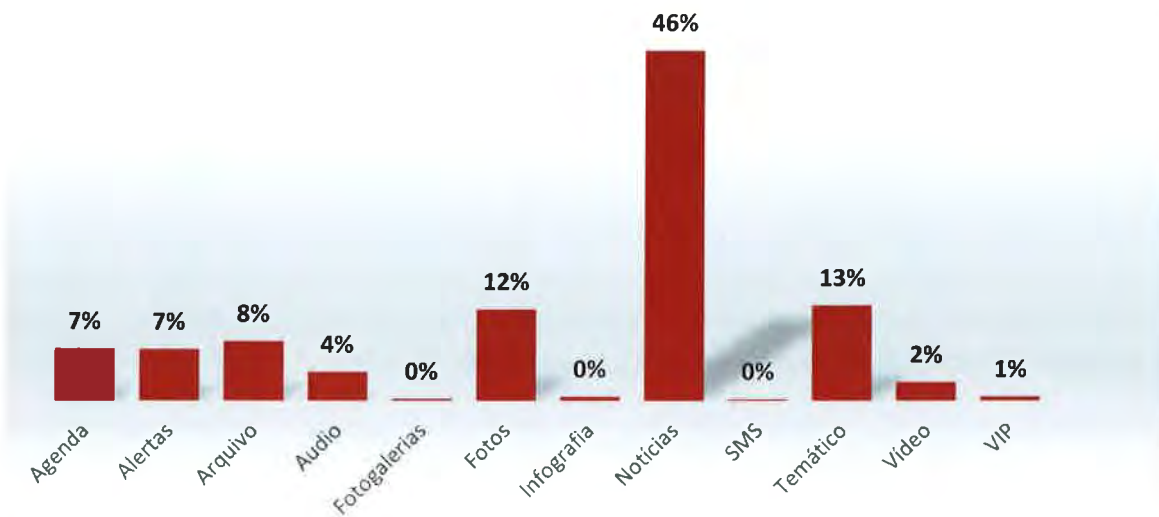


Subscrições

Ainda relativamente aos Subscritores, estes têm um total de 2325 subscrições, distribuídas pelas suas 13 categorias de serviços. Face a 2015, 2016 apresentou um crescimento de subscrições na ordem dos 21%.

As categorias Notícias (46% das subscrições), Temáticos (13% das subscrições) e Fotos (12% das subscrições), são as que apresentam maior expressividade na distribuição, contribuindo estas três categorias com 71% da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços



▪ Comunicação e Marketing

No que toca às áreas de Comunicação e Marketing, 2016 foi um ano marcado pelo início das comemorações dos 30 Anos Lusa e pela participação em eventos de caráter institucional, enquanto *media partner*.

30 Anos Lusa

A comemoração dos 30 Anos da Agência Lusa foi marcada por várias iniciativas, das quais destacamos:

- Criação de um website temático www.30anoslusa.pt, constituído por uma infografia cronológica interativa e histórias diárias sobre o que se passou há 30 anos atrás, bem como novos olhares sobre acontecimentos passados;

- Conferência “Portugal Entre o Rigor e Audácia”, que teve lugar em março na Fundação Calouste Gulbenkian, e que juntou um painel de oradores oriundos das áreas política e económica do nosso país, para pensar a atualidade de Portugal;
- Conferência UTAD/LUSA “Jornalismo Regional na Idade da Globalização”, em maio na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, um evento comemorativo do lançamento da Pós-Graduação em Jornalismo Regional;
- Conferência “Revolução Digital e Jornalismo. Que futuro para as empresas de media?”, que teve lugar em setembro, no âmbito do TechDays Aveiro;
- Cerimónia Comemorativa CTT/LUSA do lançamento do Postal Inteiro dos 30 Anos Lusa, uma edição limitada, composta por um Postal dos CTT, um Selo Postal de tarifa nacional e um carimbo, todos alusivos aos 30 Anos da Lusa, e com o respetivo logotipo.

Presenças Institucionais

Em março a Lusa participou como media partner no QSP Summit, uma das mais prestigiadas conferências da Europa no debate de questões relevantes nas áreas da Gestão, do Marketing e Branding, com o tema “Compreender o Consumidor”.

Novembro trouxe-nos o evento Web Summit Lisboa 2016, pela primeira vez em Portugal, iniciativa à qual a LUSA se juntou como Media Partner. A Lusa teve uma participação institucional e comercial forte no evento, através da presença com um stand alusivo aos 30 Anos Lusa e de uma parceria com a Secretaria de Estado da Indústria (Ministério da Economia), oferecendo as notícias do serviço temático Web Summit aos 67 vencedores do Road 2 Web Summit, uma iniciativa destinada a destacar e premiar as 67 startups com projetos mais relevantes para o ecossistema digital. Em números, o Web Summit contou com 270 fotografias colocadas no nosso serviço de Fotografia, mais de 50 vídeos e 30 peças de áudio, e ainda mais de 300 notícias (no evento e sobre o evento).

Em dezembro, a DCM – Direção Comercial e Marketing participou na Convenção Nacional da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, destinada a promover os serviços Lusa e a Campanha Autarquias.

▪ Inovação/modernização

Como maior agência noticiosa em língua portuguesa, com correspondentes e delegações em todos os países onde se fala o português e ainda com uma rede de jornalistas residentes nas cidades com fortes comunidades de falantes nesta língua, a Lusa procurou aproveitar e

potenciar esta situação privilegiada e candidatou-se ao programa Digital News Initiative Innovation, lançado pela Google, com o **projeto “Portuguese News Hub”**.

Em termos estratégicos, o projeto tem como objetivo colocar a Lusa a organizar, processar e disseminar informação para e sobre o mundo lusófono através de um portal digital que comporte plataformas tecnologicamente inovadoras, passando por uma transformação fundamental: a integração de um site B2B (business-to-business) já existente, e que continuará a existir (www.lusa.pt), num portal de última geração, associado a microsites temáticos, Carta de Portugal, Info 3E e Agenda Financeira, que divulgará e promoverá a distribuição dos serviços da agência aos 266 milhões de falantes em português nas diversas zonas do mundo.

Tendo esta candidatura sido selecionada e aprovada no âmbito deste programa, a Lusa deu início ao projeto “Portuguese News Hub” em outubro de 2016, prevendo-se a sua conclusão em novembro de 2017.

O arranque do projeto marcou significativamente o trabalho desenvolvido ao longo de 2016 por várias áreas funcionais da agência – da Administração e respetivo gabinete de apoio às direções de Informação, Comercial e Marketing e Técnica.

No âmbito da modernização da Agência e procura de inovação, foram também desenvolvidas as seguintes ações:

- Encontro de trabalho entre a Direção de Informação da Lusa e grupo de professores/investigadores da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova, em junho, que deu início ao processo de elaboração conjunta de um projeto de tradução automática que foi apresentado à segunda vaga de financiamentos do DNI Fund, da Google.
- Parceria com a start-up Istrion Box, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Lisboa, para apresentação de proposta à segunda vaga de financiamentos do Digital News Initiative, da Google, no âmbito da tradução automática, em julho.

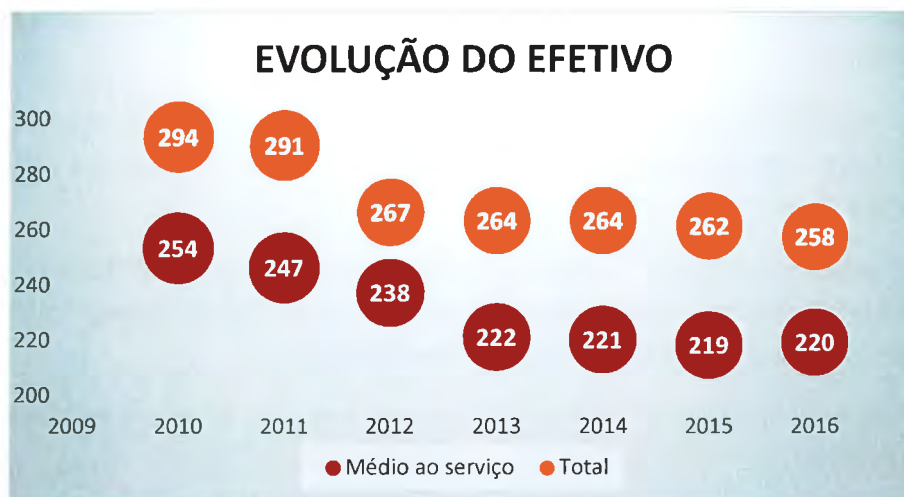
Investimentos

Os investimentos efetuados em 2016 ascenderam a €316 mil, representando um aumento de 506% face ao exercício anterior. Com recurso na sua totalidade ao autofinanciamento, foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático e fotográfico, no reforço da área digital e multimédia (*hardware* e *software*) e na substituição de equipamento de transporte, por obsolescência, nas delegações de Díli, Luanda e Praia. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

▪ Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2016, o total de efetivos da Agência é de 258, que compara com 262 no ano anterior.

Entre os 258 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 8 requisitados e licenças sem retribuição e 24 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 220, que compara com 219 em 2015.



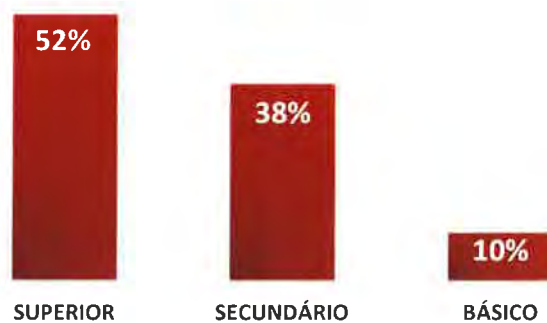
Do efetivo total, 20,2% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (25,8% em 2015), 21,3% trabalham na Lusa há menos de dez anos (25,6% em 2015), e 51,9% são mulheres (50,8% em 2015).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 202 elementos, correspondente a 78,3% de todos os trabalhadores, dos quais 183 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (183 em 2015), 11 estão em situação de pré-reforma e 8 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

Qualificação

No universo de 258 trabalhadores da Lusa, 51,9% têm como qualificações o nível do ensino superior, 38,4% o nível do ensino secundário, 7,4% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,3% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Qualificação



Formação profissional

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Em 2016 foram despendidas 1.659 horas de formação envolvendo várias áreas organizacionais da empresa, destacando-se as seguintes ações de formação:

| NOME DA AÇÃO | FUNÇÃO | N.º DE PARTICIPANTES | DATA DA AÇÃO |
|---|---|----------------------|---|
| Perdas por Imparidade e Créditos Incobráveis em IVA e IRS | Chefe de Departamento da Direção Administrativa e Financeira | 1 | 11/02/2016 |
| Técnicas de Venda | Funcionária da Direção Comercial e Marketing | 1 | 15 a 17/02/2016 |
| Ciberdúvidas em Língua Portuguesa | Jornalistas | 7 | 05/04/2016 |
| Projeto Multi - Infos | Chefe de Departamento e funcionários da Direção Administrativa e Financeira | 5 | 19/04 e 27/04/2016 |
| Orçamento de Estado 2016 - Alterações Fiscais | Chefes de Departamento e Técnico Superior da Direção Administrativa e Financeira e Gabinete Controlo Gestão | 3 | 22/04/2016 |
| Jornalismo de Agência | Jornalistas e documentalistas | 119 | 12 a 13/04/2016; 19 a 20/04/2016, 26 a 27/04/2016 e 04 a 05/05/2016 |
| Microsoft Excel 2013 - Utilização Básico | Jornalistas e Funcionários da DAF, DCM e DOS | 18 | 19 a 20/05/2016 e 26 a 27/10/2016 |
| Microsoft Excel 2013 - Utilização Avançada | Funcionários da DI, DAF, DOS e GPCG | 13 | 23 a 25/05/2016 e 30/05 a 01/06/2016 |
| Amianto - Localização, aplicação e risco | Técnico de Manutenção da DOS | 1 | 14/07/2016 |
| Encerramento de contas 2016 | Chefe de Departamento e funcionárias da Direção Administrativa e Financeira | 3 | 02/12/2016 |
| Gestão Eficaz de Cobranças | Funcionário da Direção Administrativa e Financeira | 1 | 12/12/2016 |
| Auditoria Financeira | Funcionária do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão | 1 | 29/09 a 04/10/2016 |
| Reinventar as empresas na Era Digital | Funcionária do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão | 1 | 23/09 a 07/12/2016 |

Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2016 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2015 com contas reexpressas, consequência do registo das responsabilidades futuras com pré-reformas.

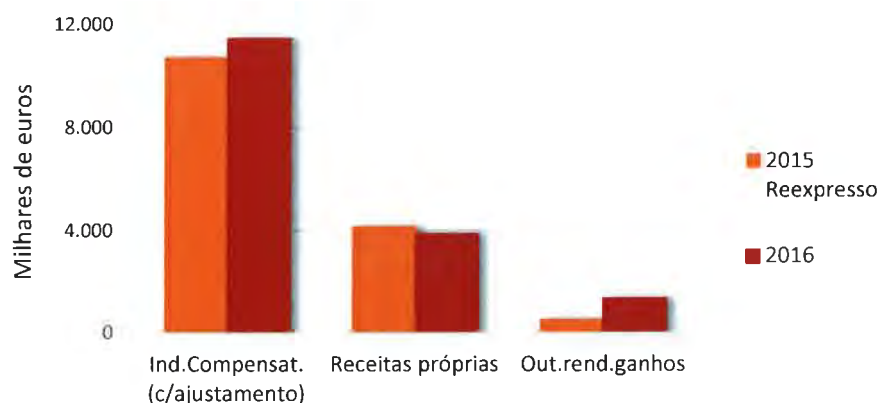
Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €16,7 milhões o que traduz um acréscimo de €1,3 milhões (8,5%) relativamente a 2015, fundamentalmente como efeito da reversão de parte da provisão estimada com o processo do IVA 2001 e 2002 (processo judicial em curso), por via do benefício resultante da adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), o que deu lugar a um perdão parcial de juros.

Foi atribuída à Lusa uma indemnização compensatória de €12,9 milhões (sem IVA). Em 30 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração assinou uma declaração de compromisso que visou colmatar a inexistência de contrato para esse ano. Todavia, esta declaração é omissa no que diz respeito ao método de cálculo do custo do serviço público. Assim, por prudência, foi considerado um ajustamento no montante de €1,4 milhões, com base no método de cálculo do contrato a vigorar no triénio 2017-2019, uma vez que era expectável que vigorasse ainda em 2016. Ainda assim, verificou-se um aumento de €756 mil relativamente a 2015.

As receitas próprias registaram uma diminuição na ordem de €275 mil (6,6%), fruto da continuação da instabilidade económica do setor da comunicação social que não foi totalmente compensada pelo acréscimo de novos clientes de outros setores de atividade económica.

RENDIMENTOS E GANHOS



Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €14,3 milhões, o que reflete um acréscimo de €86 mil (0,6%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

- Diminuição de FSE em €35 mil, sobretudo nos gastos com conservação e reparação, rendas e alugueres e comunicação;
- Incremento nos gastos com pessoal de €421 mil, por via das reversões nas reduções remuneratórias e das indemnizações por rescisões de mútuo acordo;
- Decréscimo das perdas por imparidade de dívidas a receber, em €283 mil, como resultado do reforço de imparidades em 2015 e da melhoria na atividade de cobrança;
- Aumento de €173 mil em provisões como efeito da constituição de uma provisão mensal referente à atualização do valor dos juros compensatórios respeitantes ao processo do IVA (que se refere aos exercícios de 2001 e 2002), até novembro, uma vez que, em dezembro, a Lusa aderiu ao PERES, a constituição de uma provisão referente ao previsível pagamento de uma coima à Autoridade Tributária e a constituição de uma provisão para o encerramento da sucursal do Brasil;
- Diminuição de €91 mil em outros gastos e perdas, sobretudo como efeito do decréscimo verificado em diferenças cambiais e serviços bancários;
- Redução de €86 mil, nas depreciações de ativos fixos tangíveis resultante essencialmente da alienação do edifício em Macau, em 2015;

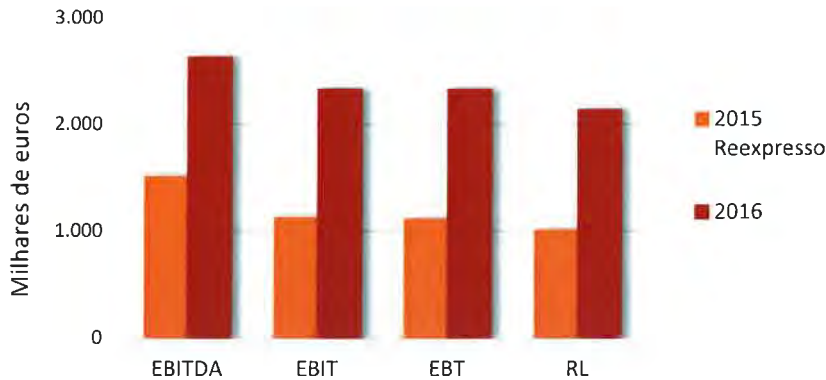


Resultados

O resultado líquido que ascendeu a €2,1 milhões, apresentou, face ao período homólogo, um aumento de €1,1 milhões (112,2%), pelo efeito conjugado entre os aumentos decorrentes do benefício resultante da adesão ao PERES, acima referida, e do valor da IC, e o aumento nos gastos com o pessoal.

| RESULTADOS | (milhares de euros) | | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------|-------|
| | 2016 | 2015 Reexp. | VAR. |
| Operacionais | 2.329 | 1.124 | 1.205 |
| Financeiros | -5 | -14 | 9 |
| Antes de impostos | 2.324 | 1.110 | 1.214 |
| Imposto sobre o rendimento do período | -190 | -104 | -86 |
| Líquidos | 2.135 | 1.006 | 1.129 |

RESULTADOS



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €11,9 milhões, registou um ligeiro aumento de €84 mil relativamente ao ano transato, efeito essencialmente das seguintes variações:

- Diminuição dos outros investimentos financeiros em €400 mil, devido à renegociação e extinção do depósito com o Banco Popular que servia de colateral ao contrato mútuo que termina em agosto de 2017;
- Diminuição da dívida de clientes conta-corrente, em €190 mil, fruto de uma melhor atividade na recuperação de crédito;
- Redução nos ativos por impostos diferidos em €216 mil resultante da diminuição da responsabilidade com pré-reformados;
- Aumento da dívida do Estado, em €153 mil, por via do imposto a recuperar relativo à alienação do imóvel de Macau, que será deduzido aquando da existência de coleta suficiente;
- Aumento nas disponibilidades em €834 mil resultante do aumento da indemnização compensatória.

O capital próprio na ordem de €2,6 milhões regista, face ao período homólogo, um acréscimo de €2,1 milhões, por via do resultado líquido do exercício e do resultado líquido do exercício de 2015 reexpresso, decorrente da utilização da provisão para pré-reformados. Com esta variação a empresa não está em conformidade com o artigo 35.º do CSC por apenas €93 mil.

No passivo, registou-se uma diminuição de cerca de €2,1 milhões resultante das seguintes variações:

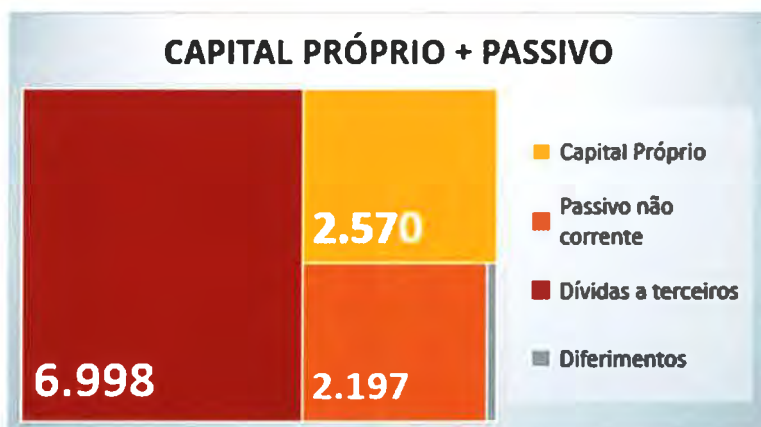
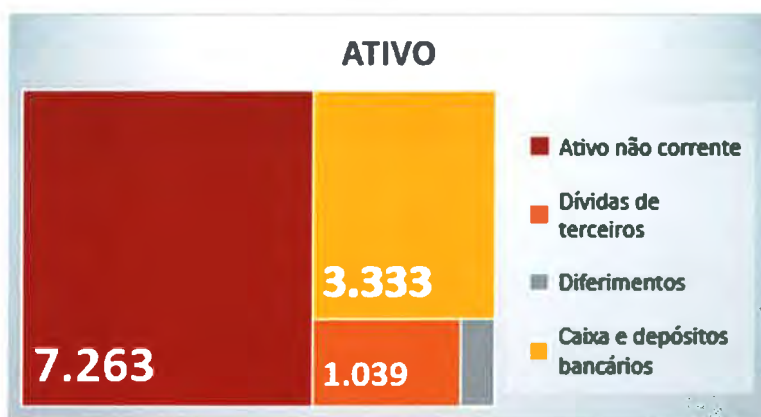
- Diminuição das provisões em €5,4 milhões resultante, por um lado, da adesão ao PERES (€3,9 milhões), da utilização da provisão para pré-reformas (€964 mil), do pagamento de IRC relativo ao desconhecimento do arquivo de imagem (€707 mil) e, por outro lado, da constituição de provisões no montante de €210 mil (conforme acima referido, nos "Gastos e Perdas");
- Aumento de €2,6 milhões em dívidas a pagar ao Estado referente à adesão ao PERES (pagamento em 36 prestações), valor que anteriormente estava registado em provisões;

- Aumento em €1,3 milhões, face a 2015, em outros credores diversos, fruto do ajustamento da indemnização compensatória.

(milhares de euros)

| BALANÇO | 2016 | 2015 Reexp. | VAR. |
|--|---------------|---------------|-----------|
| Ativo não corrente | 7.263 | 7.862 | -599 |
| Dívidas de terceiros | 1.039 | 1.141 | -102 |
| Diferimentos | 237 | 286 | -49 |
| Caixa e depósitos bancários | 3.333 | 2.499 | 834 |
| TOTAL DO ATIVO | 11.872 | 11.788 | 84 |
| CAPITAL PRÓPRIO | 2.570 | 435 | 2.135 |
| PASSIVO: | 9.302 | 11.353 | -2.051 |
| Passivo não corrente | 2.197 | 7.752 | -5.554 |
| Dívidas a terceiros | 6.998 | 3.533 | 3.465 |
| Diferimentos | 106 | 68 | 38 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 11.872 | 11.788 | 84 |

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo



Principais Indicadores

| <i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i> | 2016 | 2015 | $\Delta\% 15$ |
|---|--------|------------|---------------|
| | | Reexpresso | Reexp./16 |
| Proveitos operacionais | 16.655 | 15.352 | 8 |
| EBITDA | 2.626 | 1.507 | 74 |
| Resultado operacional | 2.329 | 1.124 | 107 |
| Resultado líquido | 2.135 | 1.006 | 112 |
| Resultado líquido por ação (euro) | 1,00 | 0,47 | 112 |
| VAB | 11.496 | 10.979 | 5 |
| Investimento | 316 | 52 | 506 |
| Margem EBITDA | 17% | 10% | + 7 p.p. |
| Margem Operacional | 14% | 7% | + 7 p.p. |
| Margem líquida | 13% | 7% | + 6 p.p. |
| VAB / Efetivo médio (euro) | 52.256 | 50.133 | 4 |
| Ativo líquido | 11.872 | 11.788 | 1 |
| Capital próprio | 2.570 | 435 | 491 |
| Capital social | 5.325 | 5.325 | - |
| Rendibilidade do Capital Próprio (ROE) | 83% | 231% | - 148 p.p. |
| Liquidez Geral | 65% | 109% | - 44 p.p. |
| Autonomia Financeira | 22% | 4% | + 18 p.p. |
| Solvabilidade | 28% | 4% | + 24 p.p. |
| Cobertura do imobilizado | 66% | 104% | - 38 p.p. |

| <i>Recursos humanos</i> | 2016 | 2015 | $\Delta\% 15/16$ |
|--|------|------|------------------|
| Número de trabalhadores a 31 de dezembro | 258 | 262 | -1,5 |
| Jornalistas | 183 | 183 | - |
| Assessores | 3 | 3 | - |
| Técnicos Superiores | 13 | 12 | 8,3 |
| Assistentes Administrativos | 23 | 23 | - |
| Assistentes Técnicos | 1 | 1 | - |
| Pessoal de Apoio | 3 | 3 | - |
| Requisitados e Licenças sem Retribuição | 8 | 9 | -11,1 |
| Pré-reformados | 24 | 28 | -14,3 |
| Efectivo médio ao serviço | 220 | 219 | 0,5 |

| <i>Produção de notícias</i> | 2016 | 2015 | $\Delta\% 15/16$ |
|-----------------------------|---------|---------|------------------|
| Foto | 47.567 | 45.655 | 4,2 |
| Áudio | 9.881 | 10.014 | -1,3 |
| Conteúdos mistos | 1.516 | 1.288 | 17,7 |
| Texto | 163.764 | 160.468 | 2,1 |
| Vídeo | 5.093 | 5.374 | -5,2 |
| Total | 227.821 | 222.799 | 2,3 |

Pendências Judiciais

Em 31 de dezembro de 2016 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo n.º 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. De referir que ao abrigo da adesão ao PERES houve um perdão de juros que se encontra refletido nas contas, pelo que a Empresa aguarda pela atualização da garantia bancária bem como da decisão final, dado que já foi concluída toda a inquirição de testemunhas;
- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à impugnação judicial contra o ato de liquidação de IVA referente ao exercício fiscal de 1992 no valor de €338.674 (Processo n.º 56/2003 TTL);
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB).
- Ação interposta por terceiros contra a empresa, no valor de €30.001.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes (superiores a €15 mil):

| Cliente | Tipo Processo | Valor |
|-------------------|------------------|----------------|
| Gráfica Açoreana | Ação Executiva | 93.999 |
| Megafin | Ação Executiva | 90.522 |
| Jornal I | Ação Executiva | 65.378 |
| Jornal Sol | Ação Executiva | 63.637 |
| S.T.&S.F. | Ação Executiva | 53.145 |
| Diário dos Açores | Ação Declarativa | 58.309 |
| Descobrirpress | PER | 16.375 |
| Total | | 441.365 |

Nota: Os valores apresentados incluem juros.

Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º

O Conselho de Administração, no decurso do ano de 2016, procedeu à regularização da situação descrita nas reservas da Certificação Legal das Contas de 2015, tendo registado os ajustamentos efetuados na conta de resultados transitados. Foi constituída, assim, em maio (com efeitos a janeiro), uma provisão para responsabilidades futuras com trabalhadores em situação de pré-reforma, que teve por base o acordo efetuado em 2010.

Com o registo desta provisão, a empresa ficou sujeita ao disposto no artigo 35.º do CSC, uma vez que o capital próprio se tornou inferior a metade do capital social, em 2016. Conforme compromisso do Conselho de Administração da Lusa constante do R&C 2015, teriam de ser apresentadas propostas aos acionistas tendo em vista a resolução desta situação.

A Lusa informou de imediato o acionista Estado e foi convocada uma Assembleia Geral para o dia 29 de junho. Nessa Assembleia Geral, que foi, no entanto, suspensa, a proposta do Conselho de Administração para a resolução desta situação passava pela redução do Capital Social da empresa. A 26 de setembro realizou-se nova Assembleia Geral, não tendo a proposta acima referida sido aprovada.

Em 31 de dezembro de 2016 a empresa encontra-se ao abrigo do artigo 35.º do CSC por apenas €93 mil. É assim expectável que esta situação seja revertida durante o ano de 2017.

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2016, no montante de €2.134.544, o Conselho de Administração propõe:

- A transferência de €106.727 para Reservas Legais;
- A transferência de €2.027.817 para Resultados Transitados.

IV. Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

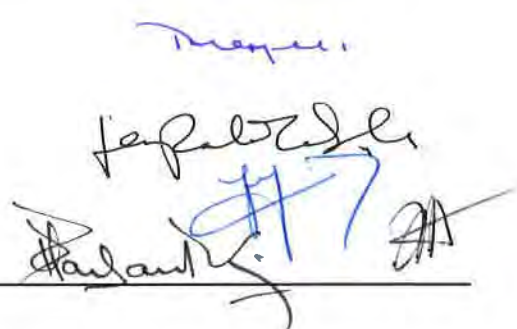
| RUBRICAS | NOTAS | DATA | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 (reexpresso) |
| Euros | | | |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 8 | 1.493.641 | 1.493.641 |
| Edifícios e outras construções | 8 | 4.896.597 | 5.044.721 |
| Equipamento básico | 8 | 278.087 | 245.483 |
| Equipamento de transporte | 8 | 115.749 | 40.630 |
| Equipamento administrativo | 8 | 777 | 886 |
| Ferramentas e utensílios | 8 | 0 | 0 |
| Novos projetos | 8 | 22.364 | 40.388 |
| Outros não especificados | 8 | 846 | 86 |
| Subtotal ativos fixos tangíveis | | 6.808.061 | 6.865.837 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 8 | 73.440 | 0 |
| Ativos intangíveis | | | |
| Trespasse (<i>goodwill</i>) | 7 | 0 | 0 |
| Projetos de desenvolvimento | 7 | 0 | 0 |
| Programas de computador | 7 | 0 | 0 |
| Outros ativos intangíveis | 7 | 0 | 0 |
| Subtotal ativos intangíveis | | 0 | 0 |
| Outros investimentos financeiros | | | |
| EPA | 9 | 105.000 | 105.000 |
| IPPS-IUL | 9 | 10.000 | 10.000 |
| Fundo de compensação do trabalho | 9 | 2.258 | 961 |
| Outras aplicações financeiras | 9 | 0 | 400.000 |
| Subtotal outros investimentos financeiros | | 117.259 | 515.961 |
| Ativos por impostos diferidos | 6 | 264.074 | 480.382 |
| Total do ativo não corrente | | 7.262.834 | 7.862.179 |
| Ativo corrente | | | |
| Clientes | | | |
| Clientes c/c | 10 | 721.555 | 911.624 |
| Clientes - cobrança duvidosa | 10 | 0 | 23.733 |
| Subtotal clientes | | 721.555 | 935.357 |
| Estado e outros entes públicos | | | |
| Imposto sobre o rendimento | | | |
| Pagamentos especiais por conta | 11 | 30.464 | 0 |
| Retenções efetuadas por terceiros | 11 | 4.295 | 0 |
| Imposto a recuperar | 11 | 117.166 | 0 |
| IVA | 11 | 3.412 | 2.613 |
| Subtotal Estado e outros entes públicos | | 155.337 | 2.613 |
| Outros créditos a receber | | | |
| Fornecedores c/c | 11 | 0 | 976 |
| Pessoal | 11 | 10.079 | 22.875 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 11 | 461 | 505 |
| Outros devedores diversos | 11 | 151.092 | 178.234 |
| Subtotal outras créditos a receber | | 161.632 | 202.590 |
| Diferimentos | | | |
| Gastos a reconhecer | 11 | 236.947 | 286.314 |
| Caixa e depósitos bancários | | | |
| Depósitos bancários | | | |
| À ordem | 4 | 3.325.940 | 2.492.457 |
| Outros | 4 | 2.380 | 2.282 |
| Caixa | 4 | 5.106 | 4.409 |
| Subtotal caixa e depósitos bancários | | 3.333.425 | 2.499.148 |
| Total do ativo corrente | | 4.608.896 | 3.926.022 |
| TOTAL DO ATIVO | | 11.871.730 | 11.788.200 |

| RUBRICAS | NOTAS | DATA | |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 (reexpresso) |
| Euros | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 12 | 5.325.000 | 5.325.000 |
| Reservas | | | |
| Reservas legais | 12 | 411.332 | 411.332 |
| Resultados transitados | 12 | (5.549.305) | (6.562.849) |
| Excedentes de reaval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis | | | |
| Antes de imposto sobre o rendimento | 12 | 314.773 | 324.625 |
| Impostos diferidos | 12 | (67.480) | (69.697) |
| Outras variações no capital próprio | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | 12 | 1.057 | 772 |
| | | 435.377 | (570.818) |
| Resultado líquido do período | | 2.134.544 | 1.005.910 |
| Total do capital próprio | | 2.569.921 | 435.092 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 17.3 | 2.129.922 | 7.533.744 |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Empréstimos bancários | 13 | 0 | 133.333 |
| Locações financeiras | 15 | 0 | 14.976 |
| Subtotal financiamentos obtidos | | 0 | 148.310 |
| Passivos por impostos diferidos | 6 | 67.480 | 69.697 |
| Outras tributações | | 1.250.977 | 0 |
| Total do passivo não corrente | | 3.448.379 | 7.751.751 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 14 | 267.948 | 321.594 |
| Adiantamentos de clientes | | 0 | 0 |
| Estado e outros entes públicos | | | |
| Imposto sobre o rendimento (IRC) | 16 | 0 | 62.874 |
| Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS) | 16 | 176.526 | 164.851 |
| IVA | 16 | 499.361 | 458.305 |
| Contribuições para a segurança social | 16 | 203.117 | 194.436 |
| Tributos das autarquias locais | 16 | 0 | 616 |
| Outras tributações | 16 | 1.318.947 | 122 |
| Subtotal Estado e outros entes públicos | | 2.197.951 | 881.205 |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Empréstimos bancários | 13 | 133.333 | 200.000 |
| Locações financeiras | 15 | 14.953 | 55.012 |
| Subtotal financiamentos obtidos | | 148.286 | 255.012 |
| Outras dívidas a pagar | | | |
| Fornecedores de investimentos | 14 | 126.915 | 23.957 |
| Credores por acréscimos de gastos | 16 | 1.417.098 | 1.749.767 |
| Pessoal | 16 | 4.217 | 1.404 |
| Outros credores diversos | 16 | 1.584.937 | 300.538 |
| Subtotal outras dívidas a pagar | | 3.133.168 | 2.075.666 |
| Diferimentos | | | |
| Rendimentos a reconhecer | 16 | 106.077 | 67.881 |
| Total do passivo corrente | | 5.853.430 | 3.601.357 |
| Total do passivo | | 9.301.809 | 11.353.108 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 11.871.730 | 11.788.200 |

A Contabilista Certificada,



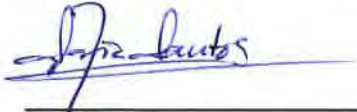
O Conselho de Administração,



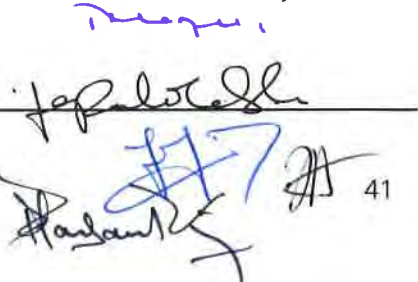
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODO | |
|--|---------|--------------------|--------------------|
| | | 2016 | 2015 (reexpresso) |
| Euros | | | |
| Vendas e serviços prestados | | | |
| Contrato com o Estado | 20 | 11 456 201 | 10 699 904 |
| Outras | 20 | 3 857 375 | 4 131 913 |
| Subtotal vendas e serviços prestados | | 15 313 576 | 14 831 817 |
| Subsídios à exploração | 21 | 0 | 10 499 |
| Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos | 21 | 2 | 0 |
| Fornecimentos e serviços externos | 22 | (3 817 166) | (3 852 659) |
| Gastos com o pessoal | | | |
| Remunerações dos órgãos sociais | 23 | (124 042) | (122 428) |
| Remunerações do pessoal | 23 | (7 485 170) | (7 342 942) |
| Encargos sociais e outros | 23 | (2 143 572) | (1 867 081) |
| Subtotal gastos com o pessoal | | (9.752.784) | (9.332.451) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | | |
| Clientes | 17.1/21 | (27 574) | (300 539) |
| Outros devedores | 17.1/21 | (4 357) | (13 321) |
| Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | (31.931) | (313.860) |
| Imparidades em Investimentos financeiros (perdas/reversões) | 21 | 0 | (35.000) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 17 3/21 | 846 542 | (24 768) |
| Aumentos/reduções de justo valor | 21 | (100) | 0 |
| Outros rendimentos | | | |
| Rendimentos suplementares | 21 | 14 958 | 16 045 |
| Rendimentos em investimentos não financeiros | | | |
| Alienações | 21 | 7 852 | 374 616 |
| Sinistros | 21 | 0 | 2 022 |
| Outros | | | |
| Descontos | 21 | 10 583 | 16 922 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 21 | 27 893 | 52 110 |
| Reembolsos diversos | 21 | 7 259 | 6 520 |
| Diversos | 21 | 174 634 | 20 886 |
| Subtotal outros rendimentos | | 243.179 | 489.120 |
| Outros gastos | | | |
| Impostos | 21 | (36 492) | (43 545) |
| Dívidas incobráveis | 21 | (7 246) | (15 925) |
| Gastos em investimentos não financeiros | | | |
| Alienações | 21 | (384) | 0 |
| Abates | 21 | (6) | (701) |
| Outros | | | |
| Quotizações | 21 | (20 631) | (27 915) |
| Insuficiência da estimativa para impostos | 21 | (6.905) | (6 300) |
| Despesas não documentadas | 21 | (23) | (1 568) |
| Outros não especificados | | | |
| Serviços bancários | 21 | (46 479) | (73 132) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 21 | (22 969) | (61 639) |
| Multas e penalidades | 21 | (9 211) | (32 850) |
| Diversos | 21 | (24 669) | (2 170) |
| Subtotal outros gastos | | (175.017) | (265.746) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 2.626.301 | 1.506.950 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 21 | (297 130) | (383 002) |
| Ativos intangíveis | 21 | 0 | 0 |
| Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização | | (297.130) | (383.002) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 2.329.171 | 1.123.949 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | |
| De depósitos | 24 | 13 | 2 518 |
| Outros | 24 | 0 | 323 |
| Subtotal juros e rendimentos similares obtidos | | 13 | 2.841 |
| Juros e gastos similares suportados | | | |
| Com empréstimos bancários | | | |
| Curto prazo | 24 | (11) | 0 |
| Médio e longo prazo | 24 | (3 474) | (12 042) |
| Com leasing | 24 | (1 394) | (4 893) |
| Com outros financiamentos | 24 | 0 | (4) |
| Subtotal juros e gastos similares suportados | | (4.879) | (16.938) |
| Resultado antes de impostos | | 2.324.305 | 1.109.851 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 6 | (189.761) | (103.941) |
| Resultado líquido do período | | 2.134.544 | 1.005.910 |

Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,

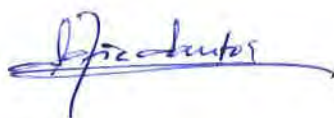


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Euros

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODO | |
|---|-------|------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 (reexpresso) |
| Vendas e serviços prestados | 20 | 15.313.576 | 14.831.817 |
| Custos das vendas e dos serviços prestados | | (10.591.030) | (9.983.972) |
| Resultado bruto | | 4.722.546 | 4.847.845 |
| Outros rendimentos | 21 | 1.342.626 | 520.345 |
| Gastos de distribuição | | (282.967) | (233.058) |
| Gastos administrativos | | (1.063.321) | (1.181.653) |
| Gastos de investigação e desenvolvimento | | 0 | 0 |
| Outros gastos | | (2.389.714) | (2.829.530) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos) | | 2.329.171 | 1.123.949 |
| Gastos de financiamento (líquidos) | 24 | (4.866) | (14.098) |
| Resultado antes de impostos | | 2.324.305 | 1.109.851 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 6 | (189.761) | (103.941) |
| Resultado líquido do período | | 2.134.544 | 1.005.910 |
| Resultados por ação | 25 | 1,00 | 0,47 |

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

| Descrição | Notas | Euros | | | | | | |
|--|-------|-----------|---------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | | Capital | Reserva Legal | Excedentes de revalorização | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Total do capital próprio |
| Saldo em 01 de Janeiro de 2016 | 12 | 5 325 000 | 411 332 | 254 928 | (6 562 849) | 772 | 1 005 910 | 435 092 |
| Alterações no período | | | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | 284 | | 284 |
| Ajustamentos de reexpressão | | | | | | | | |
| Ajustamentos de excedentes de revalorização | 12 | | | (9 851) | 9 851 | | | (0) |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 6 | | | 2 217 | (2 217) | | | 0 |
| Aplicação de resultados | | | | | 1 005 910 | | (1 005 910) | |
| | | 5 325 000 | 411 332 | 247 293 | (5 549 305) | 1 057 | | 435 377 |
| Resultado líquido do período | | | | | | | 2 134 544 | 2 134 544 |
| Resultado integral | | | | | | | 2 134 544 | 2 569 921 |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 12 | 5 325 000 | 411 332 | 247 293 | (5 549 305) | 1 057 | 2 134 544 | 2 569 921 |

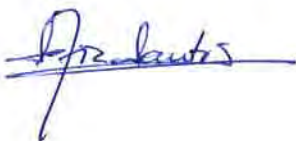
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (reexpresso)**

| Descrição | Notas | Euros | | | | | | |
|--|-------|-----------|---------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | | Capital | Reserva Legal | Excedentes de revalorização | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Total do capital próprio |
| Saldo em 01 de Janeiro de 2015 | 12 | 5 325 000 | 411 332 | 1 045 131 | (3 074 994) | 1 216 | (802 415) | 2 905 270 |
| Alterações no período | | | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | (443) | | (443) |
| Ajustamentos de reexpressão (i) | | | | | (4 074 998) | | | (4 074 998) |
| Ajustamentos de excedentes de revalorização | 12 | | | (1 173 130) | 1 173 130 | | | 0 |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 6 | | | 382 926 | (ii) 216 427 | | | 599 354 |
| Aplicação de resultados | | | | | (802 415) | | 802 415 | |
| | | 5 325 000 | 411 332 | 254 928 | (6 562 849) | 772 | | (570 818) |
| Resultado líquido do período | | | | | | | 1 005 910 | 1 005 910 |
| Resultado integral | | | | | | | 1 005 910 | 435 092 |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 12 | 5 325 000 | 411 332 | 254 928 | (6 562 849) | 772 | 1 005 910 | 435 092 |

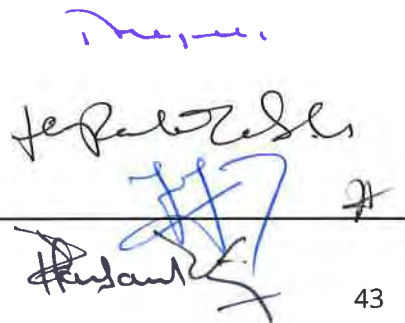
(i) Este valor diz respeito maioritariamente à provisão para pré-reformas constituído pelos valores de €3 009 619, responsabilidades de 2016 a 2021 de pré-reformas, €1 012 426 de gastos com pessoal de pré-reformas pagos em 2015 e o restante relativos a valores de PEC de anos transatos.

(ii) O valor de €216 427 resulta do valor negativo de €263 954 (cf mapa de 2015 não reexpresso) e do valor positivo de AID relativo às pré-reformas de €480.382

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,




**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

Euros

| | NOTAS | EXERCÍCIO | |
|---|-------|------------------|------------------|
| | | 2016 | 2015 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 16.865.703 | 15.286.052 |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.976.287) | (3.609.643) |
| Pagamentos ao pessoal | | (10.887.095) | (10.245.536) |
| Caixa gerada pelas operações | | 2.002.322 | 1.430.873 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (804.770) | (964.456) |
| Outros recebimentos/pagamentos | | (355.207) | (115.920) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 842.344 | 350.498 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (209.843) | (69.914) |
| Investimentos financeiros | | (1.296) | (400.693) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 10.938 | 1.470.727 |
| Investimentos financeiros | | 400.000 | 0 |
| Subsídios | | 84.000 | 0 |
| Juros e rendimentos similares | | 13 | 3.151 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | 283.812 | 1.003.271 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (200.000) | (200.000) |
| Amortização de contratos de locação financeira | | (55.170) | (92.715) |
| Juros e gastos similares (i) | | (35.652) | (16.938) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | (290.823) | (309.654) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | 835.334 | 1.044.116 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | (1.057) | (443) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 2.499.148 | 1.455.475 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 4 | 3.333.425 | 2.499.148 |

(i) - Para além dos juros pagos, em 2016, foi também considerado o valor de serviços bancários nesta rubrica.

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



V. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa. Em 18 de dezembro de 2015, foi celebrado um Aditamento ao Contrato em que as partes acordaram prorrogar a sua vigência até 30 de junho de 2016.

Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pela Tutela, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2016. A referida declaração contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado. No entanto, tendo em conta que a mesma não refere especificamente o método de cálculo de custo do serviço público a aplicar, considerou-se que o mesmo deverá ser efetuado com base no Anexo I ao novo Contrato, atendendo à expectativa que se tinha deste entrar em vigor no triénio 2016-2018. Durante o ano de 2016 foi registada nas contas da Lusa a devolução da IC, que teria lugar se o contrato estivesse em vigor naquele ano.

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2016 foram aprovadas as contas da Lusa relativas ao exercício de 2015, com as reservas constantes da Certificação Legal das Contas, datada de 16 de março de 2016. O Conselho de Administração, no decurso do ano de 2016, e tendo por base as orientações do acionista Estado, procedeu à regularização da situação descrita nas reservas da mencionada Certificação Legal das Contas, tendo registado os ajustamentos efetuados na conta de resultados transitados. Foi constituída, assim, em maio (com efeitos a janeiro), uma provisão para responsabilidades futuras com trabalhadores em situação de pré-reforma, que teve por base o acordo efetuado em 2010, e cujo detalhe se encontra referido na nota 17.3 Provisões.

Assim, e nos termos das normas do Sistema de Normalização Contabilística, nos mapas das contas de 2016, as contas de 2015 têm de ser reexpressas, na coluna de 2015, para efeitos de comparabilidade.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2016, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 24 de fevereiro de 2017, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia geral.

Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2016, deve-se salientar que €1.191.273 não dizem respeito à atividade normal do período e são derivados de factos não recorrentes associados, por um lado, à adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) que permitiu um benefício de €1.043.021, e o restante derivado de excesso de estimativa para férias e subsídio de férias referentes a pré-reformados (€148.252).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

No presente exercício foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores conforme definidos na NCRF 4, da seguinte situação:

- Registo da provisão para pré-reformas a pagar no montante €3.009.619 decorrente dos compromissos assumidos com os trabalhadores no exercício de 2010 (nota 5.) e correspondente reconhecimento dos ativos por impostos diferidos;
- Retificação dos valores dos pagamentos especiais por conta dos anos de 2011 e 2012 no valor de €52.952;
- Em consequência, as demonstrações financeiras de 2015 foram reexpressas nas rubricas a seguir apresentadas:

| Efeito da reexpressão no Balanço de 2015 | Saldo inicial | Ajustamentos | Saldo reexpresso |
|--|------------------|----------------|------------------|
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos por impostos diferidos | - | 480.382 | 480.382 |
| Ativo corrente | | | |
| Estados e outros entes públicos | 55.566 | (52.952) | 2.613 |
| Ativo | 55.566 | 427.429 | 482.995 |
| Capital próprio + Passivo | | | |
| Capital próprio | | | |
| Resultado transitados | (2.968.233) | (3.594.616) | (6.562.849) |
| Resultado líquido do exercício | (6.517) | 1.012.427 | 1.005.910 |
| | (2.974.750) | (2.582.190) | (5.556.939) |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | | |
| Pré-Reformas | - | 3.009.619 | 3.009.619 |
| Processos judiciais em curso | 3.816.088 | - | 3.816.088 |
| Impostos | 708.038 | - | 708.038 |
| | 4.524.126 | 3.009.619 | 7.533.744 |
| Capital próprio + Passivo | 1.549.376 | 427.429 | 1.976.805 |

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das cotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2013, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

| | <u>Anos</u> |
|--------------------------------|-------------|
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 3 - 10 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Ferramentas e utensílios | 4 |
| Equipamento administrativo | 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 3 - 8 |

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no "Edifício Lusa", registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na nota 8.

Em 2016 foram efetuadas avaliações dos imóveis para os edifícios da sede da Lusa em Lisboa e para o edifício da delegação da Empresa em Díli, Timor.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.5.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.5.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:

| Taxas históricas | 2016 | 2015 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Janeiro | 0,2315 | 0,3264 |
| Fevereiro | 0,2281 | 0,3127 |
| Março | 0,2364 | 0,2941 |
| Abril | 0,2470 | 0,3049 |
| Mai | 0,2504 | 0,2932 |
| Junho | 0,2626 | 0,2862 |
| Julho | 0,2758 | 0,2824 |
| Agosto | 0,2766 | 0,2556 |
| Setembro | 0,2767 | 0,2290 |
| Outubro | 0,2813 | 0,2294 |
| Novembro | 0,2820 | 0,2463 |
| Dezembro | 0,2842 | 0,2373 |
| Taxa de fecho | 0,2915 | 0,2748 |
| Taxa média do ano | 0,2610 | 0,2373 |

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade, impostos (cf. nota 17.3.) e a provisões com pré-reformas.

3.1.13. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

| Natureza | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa (dinheiro em caixa) | 5.106 | 4.409 |
| Depósitos à ordem | 3.325.940 | 2.492.457 |
| Depósitos a prazo | 2.380 | 2.282 |
| Total de caixa e seus equivalentes | 3.333.425 | 2.499.148 |

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2016, a Empresa procedeu a ajustamentos significativos em Resultados Transitados, decorrentes da seguinte situação:

- Registo da provisão para pré-reformas a pagar, no montante de €3.009.618, decorrente dos compromissos assumidos com os trabalhadores no exercício de 2010;
- Registo de ativos por impostos diferidos, no montante, de €480.381 decorrente da provisão acima descrita;
- Desreconhecimento na rubrica do Estado e Outros Entes Públicos, no montante de €52.952, decorrente dos pagamentos especial por conta dos anos de 2011 e 2012.

Estes ajustamentos implicaram a reexpressão nas demonstrações financeiras de 2015.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. No caso do lucro tributável apurado, ser superior a €1,5 milhões, há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor o excedente do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma inspeção da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.727, incluindo juros e coimas (quadro abaixo).

| Descrição | 2011 | 2012 | Total |
|----------------|---------------|----------------|----------------|
| Capital | 87.140 | 731.895 | 819.035 |
| Juros: | 11.815 | 79.502 | 91.317 |
| Compensatórios | 11.726 | 78.678 | 90.403 |
| Mora | 89 | 824 | 913 |
| Coimas | 188 | 188 | 375 |
| Total | 99.143 | 811.584 | 910.727 |

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT concluiu por não aceitar como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, que se encontra em fase de recurso.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceita que seja considerado custo fiscal o custo decorrente do desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e da anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu dar razão à AT.

Assim, simultaneamente, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo pago o imposto devido em dezembro de 2015. Mais tarde foi notificada e pagou os juros correspondentes em 2016, os quais foram acrescidos no balanço em 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. No exercício de 2015 foi constituída uma provisão no valor de €708.037 para acautelar o risco associado (cf. nota 17.3). A diferença entre o valor da provisão e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

A Empresa apesar de ter pago à AT o montante relativamente a este processo do arquivo de imagem, tendo revertido, na totalidade, a provisão constituída no exercício anterior, apresentou a contestação do mesmo em agosto de 2016. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas do Estado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos¹ após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante

¹ O período de reporte de doze anos aplica-se aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014 a 2016; nos exercícios de 2012 e 2013 o período de reporte era cinco anos.

esse período. Em 2015, a Empresa utilizou os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2013, de €1.002.305, e os prejuízos fiscais de 2014, de €69.431.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011, atualizada em €972.447 no exercício de 2015 e em €126.362 em 2016.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES", aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% com a adesão ao PERES na modalidade de pagamento em 36 prestações, no valor de €1.056.856.

Impostos diferidos

Conforme referido na nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

a) Reconciliação da taxa de imposto

| | 2016 | 2015 (reexpresso) |
|---|-----------|-------------------|
| Resultado antes de impostos | 2.324.305 | 1.109.851 |
| Taxa nominal de imposto (i) | 22,5% | 22,5% |
| Débito de imposto esperado | 522.969 | 249.716 |
| Diferenças permanentes (ii) | (372.682) | (188.477) |
| Ajustamentos à colecta (iii) | 39.474 | 42.702 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 189.761 | 103.941 |
| Imposto corrente (Nota 16) | (24.330) | 347.939 |
| Imposto diferido gerado no exercício | 214.091 | (243.998) |
| | 189.761 | 103.941 |

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, nos exercícios de 2015 e 2016, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Este montante tem a seguinte composição:

| | | |
|------------------------------------|-------------|-------------|
| Multas e outras penalidades | 9.211 | 32.850 |
| Imposto complementar em Macau (iv) | (184.311) | 184.311 |
| Provisões líquidas | (1.810.563) | - |
| Outras situações, líquidas | 329.299 | (1.054.838) |
| | (1.656.365) | (837.676) |
| Taxa nominal de imposto | 22,5% | 22,5% |
| | (372.682) | (188.477) |

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

(iv) O imposto complementar em Macau, resulta da mais valia apurada na alienação do edifício da delegação, efetuada em 2015 e cujo imposto, no valor de €184.311, foi pago em Macau, durante o último trimestre de 2016. Devido à insuficiência de coleta no ano, só será possível recuperar o montante de €112.473, ficando o restante montante por recuperar conforme detalhe na nota 11.

b) Movimento dos impostos diferidos

| 2016 | Saldo inicial | Ajustamentos (i) | Constituição/ Reversão | Saldo final |
|-------------------------------------|---------------|------------------|------------------------|-------------|
| Impostos diferidos ativos: | | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | - | - | - | - |
| Imparidades não aceites fiscalmente | - | - | - | - |
| Provisões para pré-reformas | 480.382 | - | (216.307) | 264.075 |
| | 480.382 | - | (216.307) | 264.075 |
| Impostos diferidos passivos: | | | | |
| Excedentes de revalorização (i) | 69.697 | - | (2.217) | 67.480 |

(i) Inclui:

- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 22,5%.

| 2015 (reexpresso) | Saldo inicial | Ajustamentos (i) | Constituição/ Reversão | Saldo final |
|-------------------------------------|---------------|------------------|------------------------|-------------|
| Impostos diferidos ativos: | | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | - | - | - | - |
| Imparidades não aceites fiscalmente | 19.956 | - | (19.956) | - |
| Provisões para pré-reformas | - | 480.382 | - | 480.382 |
| | 19.956 | 480.382 | (19.956) | 480.382 |
| Impostos diferidos passivos: | | | | |
| Excedentes de revalorização | 452.623 | (118.972) | (263.955) | 69.697 |

(i) Inclui:

- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 22,5%.

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de €633.758 encontram-se totalmente amortizados.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

| 31 de dezembro de 2016 | Terrenos e Recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Ativo bruto | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.493.641 | 7.471.524 | 4.129.277 | 158.824 | 6.701 | 411.026 | 2.812.215 | - | 16.483.209 |
| Aquisições | - | - | 134.582 | 103.584 | - | 2.762 | 1.903 | 73.440 | 316.271 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências e abates | - | - | (20.245) | - | - | (16.092) | (3.713) | - | (40.050) |
| Alienações | - | - | (1.021) | (72.208) | - | (105) | - | - | (73.333) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 1.493.641 | 7.471.524 | 4.242.594 | 190.200 | 6.701 | 397.592 | 2.810.404 | 73.440 | 16.686.096 |
| Depreciações acumuladas e perdas de imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | (2.426.803) | (3.883.794) | (118.194) | (6.701) | (410.140) | (2.771.740) | - | (9.617.372) |
| Reforços | - | (148.124) | (98.529) | (25.704) | - | (4.347) | (20.426) | - | (297.130) |
| Transferências | - | - | (2.734) | - | - | 1.476 | 1.258 | - | 0 |
| Regularizações por revalorizações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Regularizações por alien., transf. e abates | - | - | 20.550 | 69.447 | - | 16.197 | 3.713 | - | 109.907 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | (2.574.927) | (3.964.507) | (74.451) | (6.701) | (396.815) | (2.787.195) | - | (9.804.595) |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 1.493.641 | 4.896.597 | 278.087 | 115.749 | - | 777 | 23.210 | 73.440 | 6.881.501 |

Em 2016, o valor da rubrica "ativos fixos tangíveis em curso" refere-se a aquisição de diverso equipamento informático, portáteis e desktops, planeado para 2016 e que devido a atraso só chegou no final do ano, encontrando-se atualmente na fase de instalação dos sistemas operativos e aplicações necessárias para a atividade da Empresa.

| 31 de dezembro de 2015 | Terrenos e Recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Ativo bruto | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1 493 641 | 9 707 509 | 4 686 573 | 270 463 | 7 439 | 419 232 | 2 883 464 | 98 423 | 19 566 744 |
| Aquisições | - | - | 24 940 | 23 848 | 127 | 2 625 | 660 | - | 52 200 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências e abates | - | 48 184 | (581 490) | - | (865) | (8 612) | (71 909) | (98 423) | (713 115) |
| Alienações | - | (2 284 169) | (745) | (135 487) | - | (2 219) | - | - | (2 422 620) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1 493 641 | 7 471 524 | 4 129 277 | 158 824 | 6 701 | 411 026 | 2 812 215 | - | 16 483 209 |
| Depreciações acumuladas e perdas de imparidade | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | (3 055 297) | (4 382 459) | (240 992) | (7 439) | (416 609) | (2 796 900) | - | (10 899 696) |
| Reforços | - | (186 194) | (132 912) | (12 688) | (127) | (4 331) | (46 749) | - | (383 002) |
| Regularizações por revalorizações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Regularizações por alien , transf e abates | - | 814 687 | 631 577 | 135 487 | 865 | 10 801 | 71 909 | - | 1 665 326 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | (2 426 803) | (3 883 794) | (118 194) | (6 701) | (410 140) | (2 771 740) | - | (9 617 372) |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2015 | 1.493.641 | 5.044.721 | 245.483 | 40.630 | - | 886 | 40.475 | - | 6.865.837 |

Em 2016, o aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico e equipamento informático. No mesmo exercício, o aumento verificado em “Equipamento de transporte” decorreu da aquisição de viaturas para as delegações de Luanda, Praia e Díli.

No decurso de 2016 efetuou-se o abate de bens descontinuados, cujo valor líquido contabilístico era nulo.

No decurso de 2015 procedeu-se à alienação do imóvel em Macau.

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis integrados no ativo fixo tangível, o método da revalorização.

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o edifício da sede.

Relativamente ao exercício de 2013 procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Eram os seguintes os imóveis da Lusa:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72A (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Timor – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao Edifício Lusa, em Lisboa:

| Custo aquisição do terreno | Custo aquisição do edifício | Total custo aquisição |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 1.445.059,24 | 6.662.331,49 | 8.107.390,73 |

| Reavaliação terreno ano 2000 | Reavaliação edifício ano 2000 | Valor terreno após reavaliação | Valor bruto edifício após reavaliação | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor líquido Contabilístico 31.12.2012 |
|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|---|
| 219.698,02 | 831.369,39 | 1.664.757,26 | 7.493.700,88 | 1.989.985,82 | 7.168.472,32 |

Com base em relatório de avaliação do Edifício Lusa, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

De tudo resulta a seguinte expressão contabilística do imóvel Edifício Lusa, em Lisboa, relativamente a 31 de dezembro de 2013:

| Novo valor do terreno | Novo valor bruto do edifício | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013 | AE 2013 | Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013 |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------------|--|------------|---|
| 1.493.641,23 | 6.956.824,11 | 1.884.290,34 | 6.566.175,00 | 143.817,26 | 6.422.357,74 |

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" englobam as frações do "Edifício Lusa" que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o

domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dados os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não traduzindo qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo era do terreno. De facto, como já foi referido, o valor do imóvel é apenas o da edificação, pelo que no presente exercício se efetuou a correspondente reclassificação de terreno para edifícios, tendo-se reajustado as depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados, naturalmente, imaterial.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Macau:

| Ano aquisição | Valor do edifício | Total bruto 31.12.2012 | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012 |
|---------------|-------------------|---------------------------|--|---|
| 01-01-1998 | 521.625,62 | 521.625,62 | 156.487,69 | 365.137,93 |

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel da sede:

- O novo valor, de €1.598.918, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação dado exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Macau, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

| Novo valor bruto do edifício | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013 | AE 2013 | Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013 |
|---------------------------------|--|--|-----------|---|
| 2.284.168,88 | 685.250,66 | 1.598.918,22 | 45.683,38 | 1.553.234,84 |

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €1.198.529 e um passivo por impostos diferidos de €423.187.

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Díli:

| Ano aquisição | Valor do edifício | Total bruto 31.12.2012 | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012 |
|---------------|-------------------|---------------------------|--|---|
| 31-12-2002 | 295.429,07 | 295.429,07 | 59.578,18 | 235.850,89 |

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação é de €496.778, conversão do montante de 680.785 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Díli, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

| Novo valor bruto do edifício | Amortizações Acumuladas 31.12.2012 | Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013 | AE 2013 | Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013 |
|---------------------------------|--|--|----------|---|
| 466.515,73 | 94.080,67 | 372.435,06 | 9.330,31 | 363.104,74 |

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Os valores respeitantes aos imóveis ficaram, deste modo, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte decomposição (valores em euros):

| Locais | Terrenos | Edifícios Valor bruto | Amortizações acumuladas | Edifícios Valor líquido | Valor de balanço | Reserva Revaloriz. | Imposto Diferido |
|---------------|---------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Lisboa | 1.493.641,23 | 6.956.824,11 | 2.028.107,60 | 4.928.716,51 | 6.422.357,74 | 211.164,70 | 39.641,49 |
| Macau | 0,00 | 2.284.168,88 | 730.934,04 | 1.553.234,84 | 1.553.234,84 | 1.198.529,42 | 423.186,64 |
| Dili | 0,00 | 466.515,73 | 103.410,99 | 363.104,74 | 363.104,74 | 133.162,44 | 41.077,91 |
| Totais | 1.493.641,23 | 9.707.508,72 | 2.862.452,63 | 6.845.056,09 | 8.338.697,32 | 1.542.856,56 | 503.906,04 |

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição (valores em euros):

| Locais | Terrenos | Edifícios Valor bruto | Amortizações acumuladas | Edifícios Valor líquido | Valor de balanço | Reserva Revaloriz. | Imposto Diferido |
|---------------|---------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Lisboa | 1.493.641,23 | 6.956.824,11 | 2.165.937,81 | 4.790.886,30 | 6.284.527,53 | 204.735,10 | 34.958,79 |
| Macau | 0,00 | 2.284.168,88 | 776.617,41 | 1.507.551,47 | 1.507.551,47 | 1.163.278,58 | 380.709,35 |
| Dili | 0,00 | 466.515,73 | 112.741,30 | 353.774,43 | 353.774,43 | 129.740,76 | 36.954,72 |
| Totais | 1.493.641,23 | 9.707.508,72 | 3.055.296,52 | 6.652.212,20 | 8.145.853,43 | 1.497.754,44 | 452.622,86 |

Em 2015 o imóvel em Macau foi alienado por €1.824.286 (15.500.000 HKD), tendo gerado uma mais-valia contabilística de €354.804.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

| Locais | Terrenos | Edifícios Valor bruto | Amortizações acumuladas | Edifícios Valor líquido | Valor de balanço | Reserva Revaloriz. | Imposto Diferido |
|---------------|------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Lisboa | 1.493.641 | 7.005.008 | 2.304.732 | 4.700.277 | 6.193.918 | 198.306 | 33.512 |
| Dili | 0 | 466.516 | 122.072 | 344.444 | 344.444 | 126.319 | 36.185 |
| Totais | 1.493.641 | 7.471.524 | 2.426.803 | 5.044.721 | 6.538.362 | 324.625 (i) | 69.697 |

(i) Este valor engloba a revalorização dos edifícios no valor de €276.043 e o montante referente ao terreno, de €48.582.

Como resultado da reavaliação livre (nota 3.1.1.), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aumentadas, em termos líquidos, em €9.851. O acréscimo de depreciações resultante de reavaliações livres não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, €266.191 cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

| Locais | Terrenos | Edifícios Valor bruto | Amortizações acumuladas | Edifícios Valor líquido | Valor de balanço | Reserva Revaloriz. | Imposto Diferido |
|---------------|------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Lisboa | 1.493.641 | 7.005.008 | 2.443.526 | 4.561.482 | 6.055.124 | 191.876 | 32.065 |
| Dili | 0 | 466.516 | 131.402 | 335.114 | 335.114 | 122.897 | 35.415 |
| Totais | 1.493.641 | 7.471.524 | 2.574.928 | 4.896.596 | 6.390.237 | 314.773 | 67.480 |

Conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes em 2016 para os imóveis da sede em Lisboa e em Díli, Timor, de que resultaram avaliações de €6,1 milhões e €756 mil, respetivamente. Relativamente à sede, e considerando que os valores não foram materialmente diferentes, não se registou nenhuma valorização no ativo bruto. No que diz respeito ao edifício em Timor, por prudência e, uma vez que o contrato de arrendamento em vigor está a ser objeto de reformulação, não estando ainda completamente definido para os próximos períodos, também se optou por não se efetuar nenhuma revalorização.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Popular Portugal, S.A. (nota 13.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa. Em 2016 foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do Banco Popular de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E".

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, registaram os seguintes movimentos:

| Inves timentos Finan ceiros | 2016 | 2015 |
|---|----------------|----------------|
| EPA - European Pressphoto Agency | 105.000 | 105.000 |
| IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais | 10.000 | 10.000 |
| Fundo de compensação do trabalho | 2.258 | 961 |
| Outros investimentos - Banco Popular de Portugal (i) | - | 400.000 |
| Total | 117.258 | 515.961 |

(i) O valor de €400 mil diz respeito a um depósito a prazo constituído no BPP, S.A. para garantia de um empréstimo de mútuo contraído à mesma entidade em agosto de 2012. Foi renegociada esta obrigação com o Banco Popular de Portugal tendo sido extinta em 2016.

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representa 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda da imparidade constituída no ano anterior. De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10 mil.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|------------------------------|------------------|---------------------------------|------------------|------------------|---------------------------------|------------------|
| | Valor bruto | Perdas de imparidade acumuladas | Valor realizável | Valor bruto | Perdas de imparidade acumuladas | Valor realizável |
| Clientes c/c | 721.555 | - | 721.555 | 911.624 | - | 911.624 |
| Clientes - cobrança duvidosa | 1.211.553 | (1.211.553) | - | 1.673.785 | (1.650.053) | 23.733 |
| | 1.933.108 | (1.211.553) | 721.555 | 2.585.410 | (1.650.053) | 935.357 |

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na nota 17.1.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

| | 2016 | 2015 (reexpresso) |
|--|----------------|-------------------|
| <u>Outros ativos não correntes:</u> | | |
| Ativos por impostos diferidos | 264.074 | 480.382 |
| <u>Outros ativos correntes:</u> | | |
| Estado e outros entes públicos | | |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a) | 151.925 | - |
| IVA | 3.412 | 2.613 |
| Fornecedores c/c | - | 976 |
| Pessoal | 10.079 | 22.875 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 461 | 505 |
| Outros devedores diversos | 151.092 | 178.234 |
| Gastos a reconhecer | 236.947 | 286.314 |
| | 817.991 | 971.899 |
| (a) O montante de IRC tem a seguinte composição: | | |
| Pagamentos especiais por conta | 30.464 | - |
| Retenções na fonte | 4.295 | - |
| Imposto a recuperar | 45.328 | - |
| Imposto complementar de Macau (2015) | 71.838 | - |
| | 151.925 | - |

12. Capital próprio

Composição do Capital:

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de €2,5, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2016:

| NOME | % | MONTANTE |
|--|-------|-----------|
| DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | 50,14 | 2.670.000 |
| GLOBAL MEDIA GROUP | 23,36 | 1.243.550 |
| IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. | 22,35 | 1.190.160 |

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis:

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857. Em 31 de dezembro de 2016 esse valor é de €314.773, evidenciando uma diminuição significativa, face a 2013, como resultado da realização do excedente de revalorização relativo ao imóvel em Macau, que foi alienado no exercício anterior.

Resultados transitados:

As variações materialmente relevantes registadas no Capital Próprio em 2016, que implicaram a reexpressão das contas do exercício de 2015, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV – Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados:

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 31 de março de 2016 foi deliberado que o resultado líquido negativo de €6.517, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2015, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 27 de março de 2015 foi deliberado que o resultado líquido negativo de €802.415, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2014, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais:

Em 31 de dezembro de 2016 a empresa encontra-se ao abrigo do artigo 35.º do CSC por apenas €93 mil. É assim expectável que esta situação seja revertida durante o ano de 2017.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

| | Valor de balanço | | | |
|-------------------------|------------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2016 | | 2015 | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Banco Popular, S.A. (a) | 133.333 | - | 200.000 | 133.333 |
| | 133.333 | - | 200.000 | 133.333 |

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A.. Em 31 de dezembro de 2015 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de uma margem de 0,5%, com reembolso em 20 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016 e a última em agosto de 2017.

Para além do empréstimo anteriormente descrito a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. uma conta corrente caucionada que vence juros calculados a taxas normais de mercado para operações similares com o montante de €3 milhões.

Em agosto de 2016 foi cancelado o contrato da conta corrente caucionada com o Banco Popular, S.A. (nº 45 50 223 06), no montante de €500 mil, dado que não havia necessidade do manter ativo devido à melhoria da situação de tesouraria da empresa.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Popular Portugal, S.A., a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa. Em 2016 foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do Banco Popular de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E".

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na nota 24.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | 267.948 | 321.594 |
| Fornecedores de investimentos | 126.915 | 23.957 |
| | 394.863 | 345.551 |

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de €14.953, que se vencem como se segue:

| | Capital | Juros | Total |
|-------------|---------------|------------|---------------|
| 2017 | 14.953 | 209 | 15.162 |
| | 14.953 | 209 | 15.162 |

Em 31 de dezembro de 2016 os contratos de locações financeiras, respeitantes sobretudo a equipamento informático e multimédia, têm o seguinte detalhe:

| Contrato N.º | Valor Contrato | Dívida a 31-12-2016 | Data Início | Data Fim | Dívida a 31-12-2015 |
|-----------------|----------------|---------------------|-------------|------------|---------------------|
| BPP 540-0713984 | 9.125 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713993 | 10.250 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713994 | 9.125 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713995 | 14.500 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713997 | 10.250 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713998 | 10.044 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0713999 | 9.425 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0714000 | 9.606 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0714001 | 9.425 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0714002 | 9.963 | 0 | 31-01-2013 | 31-01-2016 | 1 |
| BPP 540-0725746 | 36.759 | 0 | 18-10-2013 | 18-10-2016 | 9.674 |
| BPP 540-0742362 | 16.449 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 5.492 |
| BPP 540-0743453 | 7.000 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.341 |
| BPP 540-0743461 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743462 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743463 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743464 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743465 | 8.000 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.676 |
| BPP 540-0743466 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743467 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743470 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0743472 | 7.500 | 0 | 31-12-2013 | 31-12-2016 | 2.509 |
| BPP 540-0759941 | 50.239 | 14.953 | 10-12-2014 | 10-12-2017 | 29.725 |
| TOTAL | 280.160 | 14.953 | | | 69.988 |

Em 31 de dezembro de 2016 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da empresa, têm o seguinte detalhe:

| Contrato N.º | Matricula | Prestador de Serviço | Valor Contrato | Dívida a 31-12-2016 | Data Início | Data Fim | Dívida a 31-12-2015 |
|------------------|-----------|---------------------------|----------------|---------------------|-------------|------------|---------------------|
| 4131/4244063/001 | 05NL75 | LEASEPLAN | 21.752 | - | 09-01-2013 | 08-01-2016 | 161 |
| 040785 | 86NO41 | SGALD AUTOMOTIVE | 19.975 | 1.104 | 02-04-2013 | 01-04-2016 | 1.699 |
| 041521 | 87NR63 | SGALD AUTOMOTIVE | 17.623 | 1.068 | 30-05-2013 | 29-05-2016 | 2.485 |
| 55032 | 120D09 | LOCARENT | 31.791 | - | 11-11-2013 | 10-11-2016 | 9.258 |
| 4131/4745166/002 | 01OD94 | LEASEPLAN | 18.689 | 1.334 | 13-11-2013 | 12-11-2016 | 5.443 |
| 080LLD00186 | 30OF48 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 14.319 | 801 | 23-12-2013 | 22-12-2016 | 4.600 |
| 080LLD00546 | 86PH13 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 12.190 | 3.497 | 11-12-2014 | 10-11-2017 | 7.792 |
| 2014357068 | 74PP61 | ARVAL SERVICE LEASE, S.A. | 26.683 | 14.224 | 19-03-2015 | 18-03-2019 | 21.627 |
| 2014357067 | 61PQ32 | ARVAL SERVICE LEASE, S.A. | 24.463 | 14.119 | 30-03-2015 | 29-03-2019 | 19.876 |
| 2014357066 | 40PR36 | ARVAL SERVICE LEASE, S.A. | 26.044 | 14.121 | 13-04-2015 | 12-04-2019 | 21.658 |
| 63061 | 95PT38 | LOCARENT | 13.886 | 6.244 | 04-05-2015 | 03-05-2018 | 10.800 |
| 63060 | 95PT39 | LOCARENT | 13.886 | 6.304 | 04-05-2015 | 03-05-2018 | 10.800 |
| 080LLD00635 | 88PU10 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 13.821 | 5.891 | 13-05-2015 | 12-05-2018 | 11.095 |
| 080LLD00634 | 88PU15 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 13.821 | 5.990 | 13-05-2015 | 12-05-2018 | 11.095 |
| 080LLD00637 | 88PU09 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 13.338 | 5.784 | 19-05-2015 | 18-05-2018 | 10.708 |
| 080LLD00636 | 88PU08 | PARCOURS PORTUGAL, S.A. | 13.219 | 6.072 | 21-05-2015 | 20-05-2018 | 10.612 |
| TOTAL | | | 295.499 | 86.554 | | | 159.710 |

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Outros passivos não correntes: | | |
| Passivos por impostos diferidos | 67.480 | 69.697 |
| Outras tributações | 1.250.977 | - |
| Outros passivos correntes: | | |
| Estado e outros entes públicos: | | |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a) | - | 62.874 |
| Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS | 176.526 | 164.851 |
| Imposto sobre o valor acrescentado - IVA | 499.361 | 458.305 |
| Contribuições para a segurança social | 203.117 | 194.436 |
| Tributos das autarquias locais | - | 616 |
| Outras tributações | 1.318.947 | 122 |
| Credores por acréscimos de gastos: | | |
| Remunerações a liquidar | 1.265.299 | 1.435.642 |
| Outros acréscimos de gastos | 151.799 | 314.124 |
| Pessoal | 4.217 | 1.404 |
| Outros credores diversos | 1.584.937 | 300.538 |
| Rendimentos a reconhecer | 106.077 | 67.881 |
| | 6.628.738 | 3.070.492 |

(a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:

| | | |
|--------------------------------|---|---------------|
| Estimativa de imposto do ano | - | 163.627 |
| Pagamentos especiais por conta | - | (76.758) |
| Retenções na fonte | - | (23.995) |
| | - | <u>62.874</u> |

O valor de dívida à AT resultante da adesão ao PERES, do processo do IVA, que irá ser pago em 36 prestações, encontra-se registado em "Outros passivos não correntes - Outras tributações" e "Outros passivos correntes - Outras tributações", apesar de o mesmo se encontrar em litigância (cf. nota 6).

Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2017.

Em "Outros credores diversos" está registado a estimativa do ajustamento à indemnização compensatória a devolver ao Estado. Este valor foi considerado por prudência dado que não existe ainda uma posição final dos órgãos da tutela relativamente a este tema que estava contemplado no contrato inicial do triénio 2016/2018 e que não foi assinado como referido na introdução.

Em "Rendimentos a reconhecer" registou-se €84 mil que diz respeito ao projeto DNI/Google que se iniciou em setembro de 2016 e cujo término será em novembro 2017, cujo valor total de financiamento é de €280 mil, sendo que os restantes €120 mil são da responsabilidade da Empresa. De referir que neste período de 2016 não houve gastos materiais com o projeto, pelo que o valor se encontra em rendimentos a reconhecer e serão reconhecidos em 2017

juntamente com os outros valores ainda a receber. De referir que o projeto DNI/Google tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA. Este portal oferecerá a possibilidade de novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais. Com a implementação do projeto Portuguese News Hub, a agência pretende diversificar e ampliar as suas audiências, multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes, e a novos clientes, que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras.

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

| 2016 | Perdas de imparidade em dívidas a receber |
|--|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.743.728) |
| Reforços (a) | (86.446) |
| Anulação/regularização (b) | 595.944 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (1.234.231) |

| 2015 | Perdas de imparidade em dívidas a receber |
|--|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | (1.466.834) |
| Reforços | (334.587) |
| Anulação/regularização | 57.692 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.743.728) |

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

| | |
|---------------------|-----------------|
| Dívidas de clientes | (82.089) |
| Outros devedores | (4.357) |
| | (86.446) |

(b) Este valor apresenta o seguinte detalhe:

| | |
|---|----------------|
| - Anulação de créditos considerados incobráveis | 541.429 |
| - Reversões de imparidades | 54.515 |
| | 595.944 |

| 2016 | Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.) |
|-------------------------------------|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 (a) | (35.000) |
| Constituição | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (35.000) |

(a) EPA

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2016 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo n.º 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. De referir que ao abrigo da adesão ao PERES houve um perdão de juros que se encontra refletido nas contas, pelo que a Empresa aguarda pela atualização da garantia bancária bem como da decisão final, dado que já foi concluída toda a inquirição de testemunhas;
- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à impugnação judicial contra o ato de liquidação de IVA referente ao exercício fiscal de 1992 no valor de €338.674 (Processo n.º 56/2003 TTL);
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB);
- Ação interposta por terceiros contra a empresa, no valor de €30.001.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes (superiores a €15 mil):

| Cliente | Tipo Processo | Valor |
|-------------------|------------------|----------------|
| Gráfica Açoreana | Ação Executiva | 93.999 |
| Megafin | Ação Executiva | 90.522 |
| Jornal I | Ação Executiva | 65.378 |
| Jornal Sol | Ação Executiva | 63.637 |
| S.T.&S.F. | Ação Executiva | 53.145 |
| Diário dos Açores | Ação Declarativa | 58.309 |
| Descobrirpress | PER | 16.375 |
| Total | | 441.365 |

Nota: Os valores apresentados incluem juros.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as provisões para riscos e encargos apresentam o seguinte detalhe:

| 2016 | | | | |
|---|------------------|----------------|--------------------|------------------|
| Provisões para outros riscos e encargos | Saldo inicial | Aumentos | Reduções | Saldo Final |
| Pré-Reformas | 3.009.619 | 12.939 | (963.940) | 2.058.617 |
| Processo encerramento sucursal Brasil | - | 30.090 | - | 30.090 |
| Processos judiciais em curso | 3.816.088 | 126.362 | (3.942.450) | - |
| Impostos | 708.038 | 41.215 | (708.038) | 41.215 |
| Total | 7.533.744 | 210.606 | (5.614.428) | 2.129.922 |

Na rubrica "Pré-Reformas" encontra-se registado em reduções os pagamentos efetuados em 2016 a pré-reformados, consoante acordos efetuados em 2010 e de acordo com a explicação detalhada abaixo sobre as responsabilidades futuras assumidas para os pré-reformados.

A diminuição ocorrida na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre da adesão ao programa PERES da Administração Fiscal para regularização de dívidas (referente ao IVA de 2001 e 2002) (cf. nota 17.2.).

Os valores registados na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil", destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2017.

Os valores registados na rubrica "Impostos", destinam-se a cobrir as penalidades relativas ao atraso no pagamento de retenções na fonte no ano de 2014.

| 2015 (reexpresso) | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Provisões para outros riscos e encargos | Saldo inicial | Aumentos | Reduções | Saldo Final |
| Pré-Reformas | - | 3.009.619 | - | 3.009.619 |
| Processos judiciais em curso | 3.816.088 | - | - | 3.816.088 |
| Impostos (i) | 1.562.370 | 24.768 | (879.101) | 708.038 |
| Total | 5.378.458 | 3.034.387 | (879.101) | 7.533.744 |

(i) A redução corresponde aos valores de capital e juros relativos a IRC de 2011 e 2012, tendo sido pago em 2015 o valor de €819.035 de capital e transferidos para acréscimos de gastos o valor de juros de €60.066, regularizado no início de 2016.

Provisão para "Pré-reformas" - No final de 2009, devido aos fortes constrangimentos económico-financeiros no mercado da comunicação social onde se insere, a LUSA viu-se forçada a implementar medidas de contenção de custos. Enquadrado no Programa de Requalificação de Efetivos a empresa implementou um plano de pré-reformas que se baseou nas seguintes características:

1. Os trabalhadores, de uma forma voluntária, podiam ser elegíveis para este plano desde que tivessem entre 55 e 65 anos de idade, em 2010;
2. Dentro desta faixa etária era aceite o pedido de pré-reforma dos trabalhadores com mais idade e maior antiguidade;
3. Era assegurado o pagamento mensal do salário à data de saída, reduzido em 20%;
4. O salário seria pago até à idade de reforma definida legalmente;

5. Era assegurado o pagamento de seguro de saúde, de acordo com a apólice em vigor, até à data de reforma;
6. A empresa não pagaria subsídio de alimentação, nem seguro de acidentes de trabalho;
7. As taxas contributivas para a segurança social, por parte do empregador, são as constantes da Lei, ou seja, de 7% para carreiras contributivas superiores a 37 anos e 14,6% para carreiras contributivas inferiores a 37 anos;
8. Durante o período mencionado não haverá lugar a qualquer atualização salarial e/ou ajustamento por via do Acordo de Empresa;
9. A empresa não terá o direito de regresso dos trabalhadores à efetividade de prestação de serviços em qualquer condição;
10. Os trabalhadores podem desenvolver outra atividade profissional desde que não concorrencial com a atividade da empresa.

Baseado nestes pressupostos a responsabilidade da LUSA no início de 2010, para os 36 trabalhadores que aderiram ao plano, era de cerca de €10 milhões. De referir que, desde o início do processo, em 2010, os valores foram registados, anualmente, até ao final de 2015, em gastos operacionais.

A 31 de dezembro de 2015, conforme quadro seguinte, a responsabilidade com valores atualizados, para com os trabalhadores pré-reformados envolvidos no plano, era cerca de €3 milhões, tendo por base os seguintes pressupostos, para além dos acima mencionados:

- i. Existem 28 trabalhadores no plano;
- ii. O plano contempla responsabilidades até outubro de 2021;
- iii. A taxa de desconto utilizada para a atualização dos fluxos futuros foi de 0,5% de acordo com a prática de mercado e considerando a reduzida maturidade do plano;
- iv. A idade de reforma considerada foi de 66 anos;
- v. Estes dois últimos factos não são controlados pela empresa, o que obriga a uma reanálise anual deste estudo sempre que qualquer destas variáveis se altere.

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Responsabilidade Total |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------------------------|
| Massa Salarial Mensal (€) | 64.996 | 54.774 | 38.599 | 29.458 | 24.421 | 12.843 | |
| Responsabilidades Anuais (€) | 963.940 | 741.728 | 497.354 | 391.311 | 328.824 | 118.115 | 3.041.273 |
| Responsabilidades Anuais Actualizadas (€) | 961.366 | 736.141 | 491.139 | 384.470 | 321.516 | 114.987 | 3.009.619 |
| Nº de trabalhadores | 28 | 24 | 17 | 13 | 12 | 6 | |

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa registou na rubrica Pré-reformas o montante de €3.009.618 decorrente da responsabilidade assumida nesta data perante estes acordos celebrados.

Por outro lado, no exercício de 2016, o desconhecimento efetuado na rubrica "Pré-reformas" refere-se ao montante pago decorrente dos acordos celebrados com os trabalhadores.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

| Entidades | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Clientes | 17.945 | 17.945 |
| Direção-Geral dos Impostos (a) | 3.710.950 | 3.710.950 |
| | 3.728.895 | 3.728.895 |

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (nota 6. e notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (nota 3.1.5.3. e nota 13.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

Dada a adesão ao PERES, a garantia bancária, efetuada pelo BPI, e cujo o beneficiário é a Direção Geral dos Impostos está a ser revista pela entidade competente dado que o valor em dívida é agora inferior, devido ao benefício da redução dos juros em 80% aquando da adesão ao citado programa.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

| Ativos financeiros | 2016 | 2015 (reexpresso) |
|---|------------------|-------------------|
| Contas a receber de terceiros | 1.038.524 | 1.140.560 |
| Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.5.2. e Nota 4.) | 3.333.425 | 2.499.148 |
| | 4.371.949 | 3.639.707 |

| Passivos financeiros | 2016 | 2015 |
|----------------------------|--------------------|--------------------|
| Empréstimos | (133.333) | (333.333) |
| Locações financeiras | (14.953) | (69.988) |
| Contas a pagar a terceiros | (6.850.043) | (3.278.465) |
| | (6.998.329) | (3.681.786) |

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as prestações de serviços foram como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Indemnização Compensatória líquida | 11.456.201 | 10.699.904 |
| Receitas Próprias | 3.857.375 | 4.131.913 |
| Mercado nacional | 14.713.893 | 14.125.336 |
| <i>Indemnização Compensatória</i> | 12.876.719 | 10.699.904 |
| <i>Ajustamento à Indemnização Compensatória</i> | (1.420.518) | 0 |
| <i>Receitas Próprias Mercado Nacional</i> | 3.257.692 | 3.425.432 |
| Mercado externo (Receitas Próprias) | 599.683 | 706.481 |
| | 15.313.576 | 14.831.817 |

A rubrica de mercado nacional, encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização compensatória de 2016, no montante de €1.420.518, que foi registado por prudência dado não estar completamente definido pelas tutelas, o montante de ajustamento, devido às alterações ao contrato durante 2016, já referido na introdução, bem como na nota 16.

A diminuição das prestações de serviços no mercado externo deveu-se essencialmente ao cancelamento de um contrato na delegação de Macau.

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como se segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|----------------|
| Subsídios à exploração | - | 10.499 |
| Reversões de ajustamentos (Nota 17.1.) | 54.515 | 20.726 |
| Reversões de provisões (Nota 17.3.) | 1.044.209 | - |
| Ganhos por aumentos de justo valor | 2 | - |
| Rendimentos suplementares | 14.958 | 16.045 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 7.852 | 376.637 |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 220.369 | 96.438 |
| | 1.341.905 | 520.345 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os outros gastos e perdas operacionais apresentam o seguinte detalhe:

| | 2016 | 2015 |
|---|----------------|------------------|
| Perdas por imparidade (Nota 17.1.) | 86.446 | 334.587 |
| Perdas por imparidade em Empresas Subsidiárias (Nota 17.1.) | - | 35.000 |
| Provisões (Nota 17.3.) | 197.667 | 24.768 |
| Reduções justo valor | 100 | - |
| Impostos | 36.492 | 43.545 |
| Dívidas incobráveis | 7.246 | 15.925 |
| Gastos e perdas em investimentos não financeiros | 390 | 701 |
| Outros gastos e perdas operacionais | 130.889 | 205.575 |
| Gastos de depreciação e de amortização | 297.130 | 383.002 |
| | 756.360 | 1.043.103 |

22. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os fornecimentos e serviços externos foram como se segue:

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Trabalhos especializados | 547.113 | 557.645 |
| Publicidade e propaganda | 7.439 | 7.555 |
| Vigilância e segurança | 75.833 | 76.363 |
| Honorários | 82.951 | 52.312 |
| Conservação e Reparação | 242.125 | 291.155 |
| Serviço de agências noticiosas | 264.879 | 255.860 |
| Energia e fluidos | 163.735 | 168.352 |
| Deslocações, estadas e transportes | 361.016 | 324.774 |
| Rendas e alugueres | 406.052 | 480.083 |
| Comunicação | 265.644 | 343.300 |
| Seguros | 36.386 | 50.134 |
| Limpeza, higiene e conforto | 84.003 | 89.105 |
| Correspondentes e colaboradores | 1.155.379 | 1.003.260 |
| Outros | 124.611 | 152.765 |
| | 3.817.166 | 3.852.659 |

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício de 2016, foi de €15.278.

23. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos com o pessoal foram como se mostra no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 (reexpresso) |
|---------------------------------|------------------|-------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 124.042 | 122.428 |
| Remunerações do pessoal | 7.485.170 | 7.342.942 |
| Encargos sobre remunerações | 1.666.113 | 1.617.431 |
| Indemnizações | 226.481 | - |
| Outros custos com o pessoal | 250.978 | 249.650 |
| | 9.752.784 | 9.332.451 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número médio de pessoal ao serviço foi de 220 e 219, respetivamente.

O aumento dos gastos com o pessoal está relacionado com a reversão, no ano de 2016, das reduções remuneratórias e das indemnizações por rescisões de mútuo acordo.

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------|-----------------|
| Juros e gastos similares suportados | (4.879) | (16.938) |
| Com empréstimos bancários | (3.485) | (12.042) |
| Com leasing | (1.394) | (4.893) |
| Com outros financiamentos | - | (4) |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 13 | 2.841 |
| De depósitos | 13 | 2.518 |
| Outros | - | 323 |
| Resultados financeiros | (4.866) | (14.097) |

25. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o resultado por ação foi como se segue:

| | 2016 | 2015 (reexpresso) |
|--------------------|-----------|-------------------|
| Número de ações | 2.130.000 | 2.130.000 |
| Resultado líquido | 2.134.544 | 1.005.910 |
| Resultado por ação | 1,00 | 0,47 |

26. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2016 e 2015, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

Saldos com partes relacionadas

| ENTIDADE | NATUREZA | Clientes | | Outras contas a Receber | | Fornecedores | |
|--|-------------------------|----------------|----------------|-------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | | 31 dez 2016 | 31 dez 2015 | 31 dez 2016 | 31 dez 2015 | 31 dez 2016 | 31 dez 2015 |
| Estado Português | Acionista | - | - | - | - | - | - |
| Global Media Group | Acionista | 117.506 | 141.537 | - | - | 1.452 | - |
| Global Notícias, Publicações | | 84.473 | 103.513 | - | - | 0 | - |
| Global Notícias-Ag. Informação Imagem | | 0 | - | - | - | - | - |
| Rádio Notícias (TSF) | | 21.107 | 25.222 | - | - | - | - |
| Jornal do Fundão | | 1.044 | 1.228 | - | - | - | - |
| Diário de Notícias do Funchal | | 5.469 | 6.434 | - | - | - | - |
| Açormédia | | 5.413 | 6.369 | - | - | - | - |
| Notícias Direct | | - | - | - | - | 1.452 | - |
| Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A. | Acionista | 93.469 | 106.025 | - | - | - | - |
| Impresa Publishing, SA | | 26.884 | 16.634 | - | - | - | - |
| SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA | | 56.273 | 80.109 | - | - | - | - |
| Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda | | 10.311 | 9.282 | - | - | - | - |
| NP-Notícias de Portugal, CRL | Acionista | - | - | 0 | 5.361 | - | - |
| Público-Comunicação Social, SA | Acionista | 8.488 | 24.540 | - | - | 0 | - |
| Rádio e Televisão de Portugal, SA | Acionista | 51.978 | 87.043 | - | - | 0 | - |
| O Primeiro de Janeiro, SA | Acionista | 81.809 | 81.809 | - | - | - | - |
| Empresa do Diário do Minho, LDA | Acionista | 1.558 | 3.117 | - | - | - | - |
| EPA | Out.Partes Relacionadas | - | - | - | - | 81.567 | 72.247 |
| TOTAL | | 354.808 | 445.300 | 0 | 5.361 | 83.019 | 72.247 |

Transações com partes relacionadas

| ENTIDADE | NATUREZA | Clientes | | Outras contas a Receber | | Fornecedores | |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|--------------|----------------|----------------|
| | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Estado Português | Acionista | 15.838.364 | 13.160.882 | - | - | - | - |
| Global Media Group | Acionista | 505.279 | 585.356 | - | - | 240 | 240 |
| Global Notícias, Publicações | | 355.108 | 415.478 | - | - | - | - |
| Global Notícias-Ag. Informação Imagem | | - | - | - | - | - | - |
| Rádio Notícias (TSF) | | 88.842 | 100.887 | - | - | - | - |
| Jornal do Fundão | | 4.078 | 4.912 | - | - | - | - |
| Diário de Notícias do Funchal | | 34.376 | 38.603 | - | - | - | - |
| Açormédia | | 22.876 | 25.475 | - | - | 240 | 240 |
| Notícias Direct | | - | - | - | - | 10.101 | - |
| Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A. | Acionista | 479.209 | 468.216 | - | - | - | - |
| Impresa Publishing, SA | | 105.873 | 101.968 | - | - | - | - |
| SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA | | 334.332 | 319.072 | - | - | - | - |
| Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda | | 39.003 | 47.177 | - | - | - | - |
| NP-Notícias de Portugal, CRL | Acionista | - | - | 649 | 2.796 | - | - |
| Público-Comunicação Social, SA | Acionista | 99.084 | 98.469 | - | - | 3.102 | - |
| Rádio e Televisão de Portugal, SA | Acionista | 502.565 | 504.066 | - | - | - | - |
| O Primeiro de Janeiro, SA | Acionista | - | - | - | - | - | - |
| Empresa do Diário do Minho, LDA | Acionista | 18.699 | 18.699 | - | - | - | - |
| EPA | Out.Partes Relacionadas | - | - | - | - | 108.433 | 110.306 |
| TOTAL | | 17.443.200 | 14.835.687 | 649 | 2.796 | 111.775 | 110.546 |

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da gestão foi a seguinte:

| Membro do Órgão de Administração | Remuneração Anual 2016 (€) | | | | | |
|--|----------------------------|----------|-----------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Fixa (*) | Variável | Bruto (1) | Redução Remuneratória (2) | Reversão Remuneratória (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 86.070 | 0 | 86.070 | 11.152 | 5.071 | 79.989 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 4.900 | 0 | 4.900 | 245 | 0 | 4.655 |
| Luis Paulo Mah Silva | 4.500 | 0 | 4.500 | 225 | 0 | 4.275 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 4.200 | 0 | 4.200 | 210 | 0 | 3.990 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 3.900 | 0 | 3.900 | 195 | 0 | 3.705 |
| | | | 103.570 | 12.027 | 5.071 | 96.614 |

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

| Membro do Órgão de Administração | Benefícios Sociais (€) | | | | | | | |
|--|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|------------------------------------|---------------------------|
| | Valor do Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Seguro de Vida | Seguro de Saúde | Outros | |
| | Diário | Encargo anual da entidade | Identificar | Encargo anual da entidade | | | Identificar | Encargo anual da entidade |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 4 | 1.003 | Seg. Social | 18.897 | 0 | 304 | Seguro acid. trab. e doenças prof. | 391 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 0 | 0 | Seg. Social | 1.106 | 0 | 0 | - | 0 |
| Luis Paulo Mah Silva | 0 | 0 | Seg. Social | 1.015 | 0 | 0 | - | 0 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 0 | 0 | Seg. Social | 948 | 0 | 0 | - | 0 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 0 | 0 | Seg. Social | 880 | 0 | 0 | - | 0 |
| | | 1.003 | | 22.846 | 0 | 304 | | 391 |

Em 2015, a remuneração do pessoal-chave da gestão foi a seguinte:

| Membro do Órgão de Administração | Remuneração Anual 2015 (€) | | | | | |
|--|----------------------------|----------|------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Fixa (*) | Variável | Bruto (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Reversão Remuneratória (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 80.852,55 | 0,00 | 80.852,55 | 11.723,60 | 1.536,13 | 70.665,08 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 4.900,00 | 0,00 | 4.900,00 | 245,00 | 0,00 | 4.655,00 |
| Luis Paulo Mah Silva | 4.200,00 | 0,00 | 4.200,00 | 210,00 | 0,00 | 3.990,00 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 4.200,00 | 0,00 | 4.200,00 | 210,00 | 0,00 | 3.990,00 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 4.200,00 | 0,00 | 4.200,00 | 210,00 | 0,00 | 3.990,00 |
| Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015) | 4.708,88 | 0,00 | 4.708,88 | 683,28 | 89,52 | 4.115,12 |
| | | | 103.061,43 | 13.281,88 | 1.625,65 | 91.405,20 |

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

| Membro do Órgão de Administração | Benefícios Sociais (€) | | | | | | | |
|--|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|------------------------------------|---------------------------|
| | Valor do Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Seguro de Vida | Seguro de Saúde | Outros | |
| | Diário | Encargo anual da entidade | Identificar | Encargo anual da entidade | | | Identificar | Encargo anual da entidade |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 4,27 | 960,75 | Seg. Social | 16.782,96 | 0,00 | 280,76 | Seguro acid. trab. e doenças prof. | 332,83 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 0,00 | 0,00 | Seg. Social | 1.105,56 | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| Luis Paulo Mah Silva | 0,00 | 0,00 | Seg. Social | 947,63 | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 0,00 | 0,00 | Seg. Social | 947,63 | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 0,00 | 0,00 | Seg. Social | 947,63 | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015) | 0,00 | 0,00 | Seg. Social | 977,34 | 0,00 | 15,64 | Seguro acid. trab. e doenças prof. | 19,38 |
| | | 960,75 | | 21.708,75 | 0,00 | 296,40 | | 352,21 |

27. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, derivado do contrato de interesse público em vigor, com o recebimento em moeda estrangeira de alguns clientes, e com pagamento a alguns fornecedores internacionais, contratos de aquisição de direitos de transmissão de programas de televisão.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2016, as seguintes taxas de câmbio, no final do ano e médias, para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

| Moeda | Câmbio no final do ano | Câmbio médio |
|-------|------------------------|--------------|
| AOA | 0,0058 | 0,0055 |
| USD | 0,9487 | 0,9207 |
| BRL | 0,2915 | 0,2580 |
| CFA | 0,0015 | 0,0015 |
| CNY | 0,1366 | 0,1363 |
| CVE | 0,0091 | 0,0091 |
| HKD | 0,1223 | 0,1223 |
| MOP | 0,1189 | 0,1130 |
| MZN | 0,0131 | 0,0157 |
| GBP | 0,8562 | 0,8977 |

b) Risco de taxa de juro

A exposição da empresa a este risco é muito reduzida.

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados decorrentes do empréstimo contraído junto do Banco Popular que, em dezembro de 2016, estava indexado à Euribor a 12 meses com um spread de 0,5%, e nos contratos de locação financeira relacionados com equipamento audiovisual e informático.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento, que é de 30 dias como regra geral. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na nota 10.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas, e conseqüentemente, não existe necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente e tempestivamente do estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2016 se situaram em 25% do total de vendas.

Adicionalmente, e tendo em consideração a participação material (49.86%) de acionistas privados no capital da empresa, a LUSA tem *plafond* de crédito na banca comercial, aprovado e não utilizado no montante de €3 milhões no Banco Português de Investimento (BPI), que permitem gerir possíveis constrangimentos de tesouraria.

28. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa dizem respeito às responsabilidades com os pré-reformados conforme detalhe da nota 17.3.

29. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

30. Outras informações

- a) Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2016, de €2.134.544, de salientar que parte relevante resulta de factos não recorrentes ocorridos durante o exercício, nomeadamente no final do ano. Estes factos decorreram da adesão ao PERES, que

permitiu um benefício de €1.043.021, e do excesso de estimativa para férias e subsídio de férias referente a pré-reformados, €148.252.

b) Para o resultado líquido do exercício de 2016, no montante de €2.134.544, o Conselho de Administração propõe:

- A transferência de €106.727 para Reservas Legais;
- A transferência de €2.027.817 para a conta de Resultados Transitados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



VI. Cumprimento de orientações legais

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2016, a saber:

- O alargamento da área de influência a novos mercados e criação de novos produtos, que se traduzem num crescimento de vendas e na prestação de um serviço de referência para os clientes;
- A assinatura com o Estado de um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2016-2018;
- O cumprimento do Contrato de serviço público.

O ano de 2016 confirmou uma tendência de restrição no crescimento e nas perspetivas de vendas. Relativamente ao nosso mercado natural, a Comunicação Social, esta tendência é fortemente marcada pela continuação do encerramento de meios de comunicação social impressa, pela pressão de renegociação de contratos, em baixa, dos Clientes existentes, também eles sujeitos a pressões de otimização e racionalização orçamental, e ainda pelo advento dos meios de comunicação social digital, de raiz ou em substituição de meios de comunicação social impressa, que originam receitas menores.

Para tentar contrariar esta tendência a Lusa efetuou a promoção dos seus serviços, assim como a fidelização de atuais Clientes e angariação de novos, através do desenvolvimento de ofertas adequadas a novos mercados, tanto geográficos como de segmento, de forma a levar o serviço Lusa a novos mercados.

No âmbito do Projeto Google, 2016 ficou marcado pelo desenvolvimento da Agenda Financeira, um serviço transversal a todos os segmentos, que permite planear a ação e a decisão das empresas com base na produção de registos de agenda com carácter informativo nas áreas financeira e económica.

Relativamente ao Contrato de Prestação de Serviço Público para 2016, em 30 de dezembro, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso, para colmatar a inexistência do mesmo.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (doravante CPSNIIP) reporta ao triénio 2017-2019 e encontra-se assinado pelo Ministro da Cultura e pela Presidente do Conselho de Administração da Lusa.

Apesar dos objetivos acima definidos a aprovação do PAO 2016 apenas ocorreu em 26 de setembro, o que não permitiu implementar todas as atividades definidas na estratégia para 2016, tendo sido adiadas para 2017.

Os parâmetros e fundamentos, e respetivas metas quantificadas, encontram-se definidos no Contrato de Gestão estabelecido entre o Estado e a Presidente do Conselho de Administração, e foram corporizados no seguinte modelo de reporte à tutela:

| INDICADORES | Método de Cálculo |
|--|--|
| Indicadores Económico-financeiros | |
| Receitas mercantis (crescimento 1%/ano) | Vendas e Serviços prestados (exceto indemnização compensatória) |
| PRC (GO ano n/ano 2011) | $\frac{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal}) \text{ ano } n}{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal}) \text{ ano } 2011}$ |
| EBITDA s/ Ind. Compensatória (aumento 5%/ano) | EBITDA deduzido da indemnização compensatória |
| Gastos Operacionais (CMVMC+FSE+G.Pessoal) por Notícia Produzida(€) | $\frac{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal})}{\text{N.º Total Notícias Produzidas}}$ |
| Receta mercantil / N.º efetivos sem OS | Vendas e Serviços prestados (exceto indemnização compensatória) / N.º Médio de Efetivos ano n (sem dirigentes e Órgãos sociais) |
| PMP (dias) | Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores |
| Indicadores de Atividade | |
| N.º Médio por Dia de Notícias por formato | Σ indicadores 1.1 a 1.4 |
| • Texto | N.º Médio/dia de Notícias em formato de texto |
| • Foto | N.º Médio/dia de Notícias em formato de foto |
| • Áudio | N.º Médio/dia de Notícias em formato áudio |
| • Vídeo | N.º Médio/dia de Notícias em formato vídeo |
| N.º de Acesso/dia página Internet | N.º de total de acessos à página LUSA /dia |
| N.º Médio Anual por Notícias produzidas por jornalista | Indicador 1 * N.º dias Ano / N.º Médio Jornalistas |
| N.º de Horas de Interrupção de Notícias / Ano | N.º Total de Horas em que a LUSA interrompeu serviço noticioso |

Não é efetuada a análise do cumprimento dos objetivos de gestão de 2016, uma vez que não existia Contrato de Prestação de Serviço Público, quando o Contrato de Gestão foi assinado. Nesse sentido foi feita a seguinte declaração pela Presidente do Conselho de Administração no próprio documento e aquando a assinatura do Contrato e que transcrevemos:

“Eu, Maria Teresa Prata Macias Marques, na qualidade de segundo outorgante neste Contrato de Gestão, aceito os objetivos constantes do Anexo I ao presente Contrato para o ano de 2015. Para os anos de 2016 e 2017 comprometo-me, no prazo de 30 dias contados da data de entrada em vigor do novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público a celebrar entre o Estado e a Lusa, a acordar com os acionistas da Lusa a fixação dos objetivos para aqueles exercícios que poderão ser incorporados no Anexo I através de aditamento a este Contrato de Gestão.”

No ano de 2016 não existiu contrato com o Estado. Foi assinada uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pela Tutela, e cujos valores de produção remetem a 2015. O valor de IC teve um aumento de 20% face a 2015, mas devido à aprovação tardia do PAO, em 26 de setembro 2016, as verbas previstas para contratações para o quadro e para correspondentes, estes em regime de prestação de serviços, acabaram por não ser utilizadas. Mesmo assim, e apesar de ser difícil fazer comparações porque os pressupostos do Contrato de Gestão não têm correspondência com o real 2016, fez-se a análise considerando que se se mantivessem em vigor os objetivos de gestão previstos, os resultados seriam conforme quadro seguinte:

| INDICADORES | MÉTODO DE CÁLCULO | Peso (%) | 2016 | |
|---|---|---------------|----------------|-----------------|
| | | | Objetivo Anual | Resultado Anual |
| ECONÓMICO-FINANCEIROS | | 60,00% | | |
| Receitas Mercantis (crescimento 1% ano) | Vendas e serviços prestados (excepto Ind Compensatória) | 15,00% | 3.955.000 € | 3.857.375 € |
| PRC (GO ano / ano 2011) | $\frac{\sum(CMVMC+FSE+Gastos\ c/pe\ soal)ano\ n}{\sum(CMVMC+FSE+Gastos\ c/pe\ soal)\ 2011}$ | 10,00% | 84% | 86% |
| EBITDA s/ Ind. Compensatória (aumento 5% ano) | EBITDA deduzido da Ind. Compensatória | 10,00% | -10.029.150 € | -8.829.900 € |
| GO (CMVMC+FSE+GP) por Notícia Produzida (€) | $\frac{\sum(CMVMC+FSE+Gastos\ c/pe\ soal)/n}{n}$ total de notícias produzidas | 10,00% | 81,49 € | 59,77 € |
| Receita Mercantil / Nº efetivos sem OS (i) | Vendas e serviços prestados (excepto IC)/nº médio de efetivos (s/dirigentes e OS) | 10,00% | 14.868,42 € | 16.918,31 € |
| PMP (dias) | Prazo médio de pagamento a fornecedores | 5,00% | 43 | 32 |
| ATIVIDADE | | 40,00% | | |
| Nº Médio por Dia de Notícias por formato | \sum Indicadores 1.1 a 1.4 | 25,00% | 505 | 622 |
| *Texto | Nº médio/dia de notícias | 10,00% | 315 | 447 |
| *Foto | Nº médio/dia de notícias | 7,50% | 158 | 130 |
| *Áudio | Nº médio/dia de notícias | 5,00% | 21 | 27 |
| *Vídeo | Nº médio/dia de notícias | 2,50% | 11 | 14 |
| *Story | Nº médio/dia de notícias | 0,00% | 0 | 4 |
| Nº de Acessos por dia (Homepage Lusa) | Nº total de acessos à página da Lusa por dia | 5,00% | 5.250 | 50.934 |
| Nº Médio Anual por Notícias produzidas por Jornalista (i) | Indicador 1 * nº dias ano / nº médio de jornalistas | 5,00% | 1.016 | 1.245 |
| Nº de Horas de Interrupção de Notícias /Ano | Nº total de horas em que a Lusa interrompeu o serviço noticioso | 5,00% | 47 | 17 |

(i) Excluem-se trabalhadores em situação de pré-reforma

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2016

(milhares de euros)

| Execução Orçamental | PAO 2016 | 2016 | Variação | |
|------------------------|----------|--------|----------|--------|
| | | | Valor | % |
| EBITDA | 1.481 | 2.626 | 1.145 | 77,3% |
| Volume de Negócios (*) | 16.260 | 15.314 | -946 | -5,8% |
| PMP (dias) | 42 | 32 | -10 | -23,8% |
| Investimento | 421 | 316 | -105 | -24,9% |
| Quadro de Pessoal | | | | |
| Gastos | 10.308 | 9.753 | -555 | -5,4% |
| N.º efetivo | 269 | 258 | -11 | -4,1% |
| Nível de Endividamento | 256 | 148 | -107 | -42,0% |

(*) - O Volume de negócios apresenta uma redução, face ao orçamentado, essencialmente como resultado da devolução da Indemnização Compensatória (IC) ao Estado. Em 2016 o valor do ajustamento a efetuar à IC regista um aumento (+ €930 mil) face ao orçamento por via da não implementação de todas as atividades definidas na estratégia para 2016, uma vez que o PAO 2016 apenas foi aprovado em AG a 26 de setembro

2. Gestão do risco financeiro

| Anos | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
|---------------------------------|-------|--------|--------|--------|---------|
| Encargos Financeiros (€) (i) | 5.015 | 17.579 | 50.174 | 64.320 | 129.422 |
| Taxa Média de Financiamento (%) | 1,8% | 3,1% | 6,0% | 5,6% | 5,5% |

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento do Estado para 2016)

| Passivo Remunerado (€) | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | Variação 2016-15 | |
|--|---------|---------|---------|-----------|------------------|--------|
| | | | | | Valor | % |
| Financiamentos obtidos (correntes e não correntes) | 148.286 | 403.321 | 696.036 | 1.019.750 | -255.035 | -63,2% |
| ...dos quais concedidos pela DGTF | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| Aumentos de Capital por dotação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| Aumentos de Capital por conversão de créditos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| Endividamento Ajustado | | | | | | |

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

| PMP | 2016 | 2015 | Variação 2016-15 | |
|--------------|------|------|------------------|--------|
| | | | Valor | % |
| Prazo (dias) | 32 | 44 | -12 | -26,8% |

Em 2016, registou-se uma diminuição de 26,8% (12 dias) no Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, relativamente a 2015, o que traduz o cumprimento do determinado no Contrato de Gestão.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

| Dividas Vencidas | 0-90 dias (€) | Valor das dividas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€) | | | |
|------------------------|---------------|--|---------------|--------------|------------|
| | | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | > 360 dias |
| Aq. de Bens e Serviços | 42.677 | 11.454 | 36.422 | 17 | 0 |
| Aq. de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 42.677 | 11.454 | 36.422 | 17 | 0 |

De referir que, no apuramento dos pagamentos em atraso, os valores das dívidas vencidas a mais de 90 dias se referem, em grande medida, a faturas da EPA (European Pressphoto Agency), emitidas antecipadamente, cujo vencimento só ocorre em 2017. O valor de €17 verificado no prazo 240-360 dias refere-se a faturação da Gráfica Açoreana com a qual a Lusa se encontra em situação litigiosa, conforme se pode verificar no quadro constante do capítulo das “Pendências Judiciais”.

5. Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Aquando da aprovação das contas de 2015, em assembleia Geral de 31 de março de 2016, o representante do acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração, conforme as conclusões do ofício de 24 de março da Direção Geral do Tesouro e Finanças, o seguinte:

- i. Suprimir as reservas e a ênfase constantes na Certificação Legal de Contas.

Foi efetuada em maio de 2016 a constituição de uma provisão para responsabilidades futuras com trabalhadores em situação de pré-reforma. Assim, com o registo desta provisão, a empresa ficou sujeita ao disposto no artigo 35.º do CSC, uma vez que o capital próprio se tornou inferior a metade do capital social. Em 26 de setembro de 2016, o Conselho de Administração apresentou uma proposta para a resolução desta

situação, que passava pela redução do Capital Social da empresa, no entanto a mesma não foi aprovada pela AG.

- ii. Dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Foi divulgada, já em 2016, uma Ordem de Serviço que veda expressamente a realização de despesas não documentadas.

- iii. Proceder á elaboração de relatório nos termos dispostos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

Foi elaborado, em 2016, um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas. Este relatório encontra-se disponível em www.lusa.pt.

- iv. Assegurar o cumprimento das normas de Contratação Pública.

O cumprimento das normas de Contratação Pública encontra-se a decorrer, desde o início de 2016, permitindo assim reduzir custos, assegurando simultaneamente a qualidade dos produtos e serviços recebidos.

- v. Elaborar e divulgar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas encontra-se concluído e foi enviado às Tutelas Sectorial e Financeira bem como ao Conselho de Prevenção da Corrupção em 16 de setembro, e carregado em SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) em 19 de setembro de 2016. Foi divulgado internamente e encontra-se em fase de implementação. Este documento inclui um cronograma de implementação faseada para os procedimentos suscetíveis de melhoria nas várias áreas definidas de risco material.

6. Das remunerações

6.1. Mesa da Assembleia Geral

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Valor da Senha Fixado (€) | Remuneração Anual 2016 (€) | | | |
|---------------------------|-----------------|--------------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| | | | | Bruto (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Reversão Remuneratória (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) |
| 2015-2017 | Presidente | Elsa Maria Rancon Santos | 275 | 826 | 14 | 0 | 812 |
| 2015-2017 | Vice-Presidente | António Manuel Simões da Silva | 220 | 660 | 11 | 0 | 649 |
| 2015-2017 | Secretário | Rita Maria Góis de Carvalho | 220 | 660 | 11 | 0 | 649 |
| | | | | 2 145 | 36 | 0 | 2 109 |

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2016, de 30 de dezembro.

6.2. Conselho de Administração

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | OPRI O ¹¹ | | | N.º de Mandatos (**) |
|---------------------------|---------------------------------|--|----------------------|------------|----------------------|--------------------|-------------------------|----------------------|
| | | | Forma ¹¹¹ | Data | Sim/Não | Entidade de Origem | Entidade Pagadora (O/D) | |
| 2015-2017 | Presidente | Maria Teresa Prata Macias Marques | AG | 19-01-2015 | Não | Lusa, S A | Destino | 1 |
| 2015-2017 | Vice-Presidente (não executivo) | João Manuel Pintado Silveira Lobo | AG | 19-01-2015 | n. a. (*) | n. a. (*) | n. a. (*) | 1 |
| 2015-2017 | Vogal (não executivo) | Luis Paulo Mah Silva | AG | 19-01-2015 | n. a. (*) | n. a. (*) | n. a. (*) | 1 |
| 2015-2017 | Vogal (não executivo) | José Carlos Barbosa Lourenço | AG | 19-01-2015 | n. a. (*) | n. a. (*) | n. a. (*) | 2 |
| 2015-2017 | Vogal (não executivo) | Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | AG | 19-01-2015 | n. a. (*) | n. a. (*) | n. a. (*) | 6 |

Legenda: ¹¹¹ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

¹¹ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP, indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) - senhas de presença

(**) - inclui o mandato atual

| Membro do Conselho de Administração | Acumulação de Funções | | |
|--|---|--------|--------|
| | Entidade | Função | Regime |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | vide CV (ponto 5., B, cap. V. do Relatório do Governo Societário) | | |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | vide CV (ponto 5., B, cap. V. do Relatório do Governo Societário) | | |
| Luis Paulo Mah Silva | vide CV (ponto 5., B, cap. V. do Relatório do Governo Societário) | | |
| José Carlos Barbosa Lourenço | vide CV (ponto 5., B, cap. V. do Relatório do Governo Societário) | | |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | vide CV (ponto 5., B, cap. V. do Relatório do Governo Societário) | | |

| Membro do Conselho de Administração | Estatuto do Gestor Público | | | |
|--|----------------------------|---------------|------------------------------|------------------------|
| | Fixado | Classificação | Remuneração mensal bruta (€) | |
| | [S/N] | [A/B/C] | Vencimento mensal | Despesas Representação |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | S | C | 4.578 | 1.831 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo (i) | S | C | 350 | - |
| Luis Paulo Mah Silva (i) | S | C | 300 | - |
| José Carlos Barbosa Lourenço (i) | S | C | 300 | - |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (i) | S | C | 300 | - |

(i) Em 2016 receberam sob a forma de senhas de presença, apesar de em AG de 19 de janeiro de 2015 ter sido proposto o pagamento de um valor mensal, o mesmo não foi implementado uma vez que se considerou que se traduzia num incremento dos valores remuneratórios. O valor mencionado no quadro refere-se ao valor por unidade de senhas de presença.

| Membro do Conselho de Administração | Remuneração Anual (€) | | | | | |
|--|-----------------------|--------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | Fixa (1) | Variável (2) | Valor Bruto (3)=1)+(2) | Reduções Remuneratórias (4) | Reversões Remuneratórias (5) | Valor Final (6)=(3)-(4)+(5) |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 86.070 | 0 | 86.070 | 11.152 | 5.071 | 79.989 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 4.900 | 0 | 4.900 | 245 | 0 | 4.655 |
| Luis Paulo Mah Silva | 4.500 | 0 | 4.500 | 225 | 0 | 4.275 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 4.200 | 0 | 4.200 | 210 | 0 | 3.990 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 3.900 | 0 | 3.900 | 195 | 0 | 3.705 |
| | | | 103.570 | 12.027 | 5.071 | 96.614 |

(1) - O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

| Membro do Conselho de Administração | Benefícios Sociais (€) | | | | | | | |
|--|------------------------|-------------------|---------------------------|---------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|-------|
| | Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Encargo anual Seguro de Saúde | Encargo anual Seguro de vida | Outros | |
| | Valor/Dia | Montante pago Ano | Identificar | Encargo Anual | | | Identificar | Valor |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 4 | 1.003 | Seg. Social | 18.997 | 304 | 0 | Seguro acid. trab e doenças prof. | 391 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 0 | 0 | Seg. Social | 1.106 | 0 | 0 | - | 0 |
| Luis Paulo Mah Silva | 0 | 0 | Seg. Social | 1.015 | 0 | 0 | - | 0 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 0 | 0 | Seg. Social | 948 | 0 | 0 | - | 0 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 0 | 0 | Seg. Social | 880 | 0 | 0 | - | 0 |
| | | 1.003 | | 22.946 | 304 | 0 | | 391 |

| Membro do Conselho de Administração | Encargos com Viaturas - 2016 | | | | | | | | |
|--|------------------------------|------------------------|--------------------------------|---------------------------|------------|-----------|-----------------------|------------------------|---|
| | Viatura atribuída | Celebração de contrato | Valor de referência da viatura | Modalidade ⁽¹⁾ | Ano Início | Ano Termo | Valor da Renda Mensal | Gasto Anual com rendas | Nº Prestações Contratuais Remanescentes |
| | [S/N] | [S/N] | [€] | [identificar] | | | [€] | [€] | |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | S | S | 42.684,58 ⁽²⁾ | Renting | 2013 | 2016 | 646,28 | 7.755,36 | 0 |
| | S | S | 33.800,01 ⁽³⁾ | Renting | 2015 | 2019 | 368,76 | 4.425,12 | 27 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | N | N | - | - | - | - | - | - | - |
| Luis Paulo Mah Silva | N | N | - | - | - | - | - | - | - |
| José Carlos Barbosa Lourenço | N | N | - | - | - | - | - | - | - |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | N | N | - | - | - | - | - | - | - |

Legenda: ⁽¹⁾ - aquisição: ALD, Leasing ou outra; ⁽²⁾ Viatura adstrita à Presidente do Conselho de Administração (PCA) até 10-11-2016; ⁽³⁾ Viatura adstrita à PCA a partir de 11-11-2016

Nota: Tendo terminado o contrato de renting da viatura utilizada pela PCA, em 10-11-2016, não foi celebrado novo contrato mas sim utilizada uma viatura que entretanto ficou disponível (viatura do ex-Diretor Administrativo e Financeiro)

| Membro do Conselho de Administração | Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€) | | | | | Gasto total com viagens (€) |
|--|---|----------------------|-----------------|---|-------|-----------------------------|
| | Deslocações em Serviço | Custo com Alojamento | Ajudas de custo | Outras | | |
| | | | | Identificar | Valor | |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 2.597 | 891 | 0 | Refeições, estacionamento, vistos, taxas, seguros de viagem | 210 | 3.698 |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | 0 | 0 | 0 | - | 0 | 0 |
| Luis Paulo Mah Silva | 0 | 0 | 0 | - | 0 | 0 |
| José Carlos Barbosa Lourenço | 0 | 0 | 0 | - | 0 | 0 |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | 0 | 0 | 0 | - | 0 | 0 |
| | | | | | | 3.698 |

No exercício de 2016 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€] | N.º de Mandatos (*) |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------|------------|--|---------------------|
| | | | Forma ⁽¹⁾ | Data | | |
| 2015-2017 | Presidente Conselho Fiscal | Paula Alexandra Caetano da Silva | AG | 31-03-2016 | 1.056 | 1 |
| 2015-2017 | Vogal | Ana Cristina Vicente Soares | AG | 19-01-2015 | 845 | 1 |
| 2015-2017 | Vogal e ROC efetivo | Susana Rodrigues de Jesus | AG | 19-01-2015 | 1.313 | 2 |
| 2015-2017 | Vogal e ROC suplente | António Magalhães & Carlos Santos | AG | 19-01-2015 | - | 1 |

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual

| Nome | Remuneração Anual (€) | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Bruto (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Reversão Remuneratória (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) |
| Paula Alexandra Caetano da Silva | 11.059 | 948 | 759 | 10.870 |
| Ana Cristina Vicente Soares | 11.832 | 0 | 0 | 11.832 |
| Susana Rodrigues de Jesus | 15.750 | 1.575 | 1.103 | 15.278 |
| António Magalhães & Carlos Santos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | | 37.979 |

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Identificação SROC/ROC | | | Designação | | | Nº anos de funções exercidas no grupo | Nº anos de funções exercidas na sociedade |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|------------|------------------|---------------------------------------|---|
| | | Nome | N.º de inscrição na OROC | N.º de registo na CMVM | Forma ⁽¹⁾ | Data (*) | Data do Contrato | | |
| 2015-2017 | Vogal e ROC efetivo | Susana Rodrigues de Jesus | ROC n.º 1338 | - | AG | 19-01-2015 | 26-04-2012 | n.a. | 5 |
| 2015-2017 | Vogal e ROC suplente | António Magalhães & Carlos Santos | SROC n.º 53 | - | AG | 19-01-2015 | - | n.a. | 2 |

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) - mandato atual

n.a. - não aplicável

| Nome | Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€) | | | | Valor anual de Serviços Adicionais - 2016 (€) | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------|--------------|-----------------------------|---|-----------|--------------|--------------|-----------------------------|
| | Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4)=(1)-(2)+(3) |
| Susana Rodrigues de Jesus | 15.750 | 1.575 | 1.103 | 15.278 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| António Magalhães & Carlos Santos | 0 | 0 | 0 | 0 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

(2) e (3) reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

n.a. - não aplicável

6.4. Auditor Externo

Em 2016 a Administração resolveu, tal como em 2015, proceder a um "exame simplificado às contas da Lusa", o qual foi feito por ajuste direto através de convite a várias entidades do setor. A empresa selecionada foi a BDO e as suas principais observações foram:

- Tendo em consideração que a empresa se encontra atualmente no processo de renegociação do contrato de arrendamento do terreno da delegação em Díli, poderão surgir ajustamentos relativos ao valor do respetivo imobilizado, nomeadamente quanto ao seu valor de avaliação e quanto à definição da sua vida útil;
- Tendo o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre a LUSA e o Estado Português terminado em 2015 e não tendo o novo contrato sido formalmente aprovado até à data de apresentação das contas de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou em 30 de dezembro de 2016, por proposta das tutelas setorial e financeira, uma Declaração de Compromisso, que contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado. Não sendo essa declaração específica quanto ao método de cálculo do custo do serviço público a aplicar no exercício de 2016, considerou a Lusa nas suas contas deste exercício que o mesmo deverá ser efetuado com base no Anexo I ao novo

Contrato, atendendo à expectativa que se tinha deste entrar em vigor no triénio 2016-2018, entendimento que deverá ser confirmado pela Tutela;

- Devido à materialidade do compromisso das pré-reformas efetuado em 2016 e à volatilidade dos resultados líquidos da empresa o registo do ativo por impostos diferidos, decorrente do reconhecimento das respetivas provisões, deverá ser reavaliado anualmente em termos da sua possível recuperabilidade.

| Identificação do Auditor Externo | | | Data da Contratação | Duração do Contrato | Nº de anos de funções exercidas no grupo | Nº de anos de funções exercidas na sociedade |
|----------------------------------|---------|----------|---------------------|---------------------|--|--|
| Nome Auditor Externo | Nº OROC | Nº CMVM | | | | |
| BDO | 956 | 20160573 | 15-11-2016 | 2 anos | 0 | 0 |

| Nome Auditor Externo | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços 2016 (€) | | | | Valor Anual de Serviços Adicionais 2016 (€) | | | |
|----------------------|---|--------------|--------------|-------------------------------|---|--------------|--------------|-------------------------------|
| | Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4) = (1)-(2)+(3) | Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4) = (1)-(2)+(3) |
| BDO | 6.874 | 0 | 0 | 6.874 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Nota: O valor aqui referido diz respeito a "Exame simplificado às contas" para o exercício 2016. Para o ano seguinte o contrato tem idêntico objeto e valor.

De referir, também, que no final de 2016 e no sentido de uma maior segregação de funções, e de uma estrutura de governo societário mais profissional, foi decidido pelo Conselho de Administração da Lusa a contratação de Contabilista Certificado, o que veio a acontecer através de um procedimento contratual de ajuste direto tendo sido convidadas 3 entidades. Deste processo resultou a adjudicação à Epimetheus por um período de 6 meses.

6.5. Restantes trabalhadores

A empresa aplicou as reduções remuneratórias aos trabalhadores e a sua reversão em conformidade com a legislação vigente em 2016, nomeadamente a Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

7. Da aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2016 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

| Nome | Gastos com Comunicações Móveis (€) | | |
|--|------------------------------------|-------------|-------------|
| | Plafond Mensal Definido | Valor Anual | Observações |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 80 | 482 | |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | - | 0 | |
| Luis Paulo Mah Silva | - | 0 | |
| José Carlos Barbosa Lourenço | - | 0 | |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | - | 0 | |

| Nome | Plafond mensal Combustível e Portagens | Gastos anuais associados a Viaturas (€) | | | Observações |
|--|--|---|-----------|-------|-------------|
| | | Combustível | Portagens | Total | |
| Maria Teresa Prata Macias Marques | 400 litros | 1.433 | 946 | 2.379 | |
| João Manuel Pintado Silveira Lobo | - | 0 | 0 | 0 | |
| Luis Paulo Mah Silva | - | 0 | 0 | 0 | |
| José Carlos Barbosa Lourenço | - | 0 | 0 | 0 | |
| Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira | - | 0 | 0 | 0 | |
| | | | | 2.379 | |

8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2016 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em 2016, foi elaborado um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas, nos termos do disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março. Este documento encontra-se disponível em www.lusa.pt.

10. Da elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas encontra-se concluído e foi enviado às Tutelas Sectorial e Financeira bem como ao Conselho de Prevenção da Corrupção em 16 de setembro, e carregado em SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) em 19 de setembro de 2016. Foi divulgado internamente e encontra-se em fase de implementação. Este documento inclui um cronograma de implementação faseada para os procedimentos suscetíveis de melhoria nas várias áreas definidas de risco material.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2016 está disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/Lusa_PPRCIC2016.pdf.

11. Da Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Operações e Compras, integrado na Direção de Operações e Sistemas até dezembro de 2016 e na Direção de Áreas de Suporte a partir de janeiro de 2017.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a €500 é obrigatória, de acordo com normativo interno (Regulamento de aquisição de bens e serviços aprovado em reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2010), a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. As aquisições de valor superior a €5 mil seguem os respetivos trâmites de processo de contratação pública e são registadas na plataforma eletrónica de negociação (Vortal) e no portal base.gov.

Durante o ano de 2016 foram lançados 6 concursos públicos de aquisição de serviços, no valor de €1.711.585,21, e 15 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços, no valor de €365.123,38, num total de 21 procedimentos contratuais no montante global de €2.076.708,59, verificando-se uma cada vez maior conformidade com os procedimentos de contratação pública, tanto em quantidade como em valor.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a €5 milhões.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2016 (fonte: base.gov)

| Tipo de contrato | Adjudicações por tipo de procedimento | | | | | | | | | | Total | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|--------------------|---|------------------|----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Concurso público | | Concurso limitado por prévia qualificação | | Procedimento de negociação | | Diálogo concorrencial | | Ajuste direto | | N.º dos contratos | Preço contratual | |
| | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | | | |
| Locação/aquisição de bens móveis | | | | | | | | | | 4 | 137.643 € | 4 | 137.643 € |
| Aquisição de serviços | 6 | 1.711.585 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 11 | 227.480 € | 17 | 1.939.066 € |
| TOTAL | 6 | 1.711.585 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 15 | 365.123 € | 21 | 2.076.709 € |

Contratos públicos: número e valor dos contratos adjudicados em 2016 (fonte: base.gov)

| Tipo de contrato | N.º dos contratos | Preço contratual | Tipo de procedimento |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Locação/aquisição de bens móveis | 2758271 | 21.753 € | Ajuste direto |
| Locação/aquisição de bens móveis | 2758439 | 43.825 € | Ajuste direto |
| Locação/aquisição de bens móveis | 1993580 | 19.157 € | Ajuste direto |
| Locação/aquisição de bens móveis | 2070945 | 52.908 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2254283 | 166.803 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2524173 | 646.187 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2268673 | 176.565 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2561725 | 499.987 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2910143 | 134.444 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2844788 | 87.600 € | Concurso público |
| Aquisição de Serviços | 2007382 | 5.828 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2185188 | 6.438 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2273486 | 37.719 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2445037 | 48.000 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2663006 | 9.735 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2758106 | 13.748 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2758406 | 6.000 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2909845 | 1.013 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2971497 | 6.000 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2964873 | 63.000 € | Ajuste direto |
| Aquisição de Serviços | 2965275 | 30.000 € | Ajuste direto |
| TOTAL | | 2.076.709 € | |

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2015 (fonte: base.gov)

| Tipo de contrato | Adjudicações por tipo de procedimento em 2015 | | | | | | | | | | Total | |
|----------------------------------|---|------------------|---|------------------|----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Concurso público | | Concurso limitado por prévia qualificação | | Procedimento de negociação | | Diálogo concorrencial | | Ajuste direto | | N.º dos contratos | Preço contratual |
| | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | | |
| Locação/aquisição de bens móveis | | | | | | | | | 10 | 176.633 € | 10 | 176.633 € |
| Aquisição de serviços | | | | | | | | | 6 | 859.400 € | 6 | 859.400 € |
| TOTAL | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 16 | 1.036.033 € | 16 | 1.036.033 € |

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2014 (fonte: base.gov)

| Tipo de contrato | Adjudicações por tipo de procedimento em 2014 | | | | | | | | | | Total | |
|----------------------------------|---|------------------|---|------------------|----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Concurso público | | Concurso limitado por prévia qualificação | | Procedimento de negociação | | Diálogo concorrencial | | Ajuste direto | | N.º dos contratos | Preço contratual |
| | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | N.º dos contratos | Preço contratual | | |
| Locação/aquisição de bens móveis | | | | | | | | | 5 | 100.350 € | 5 | 100.350 € |
| Aquisição de serviços | | | | | | | | | 2 | 144.040 € | 2 | 144.040 € |
| TOTAL | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 0 | 0 € | 7 | 244.390 € | 7 | 244.390 € |

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e dispõe de um "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços", que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

13. Medidas adotadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 96.º do DLEO 2016, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício-Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício-Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)

A empresa assegurou a redução do número de veículos do seu parque automóvel, a revisão das categorias de alguns dos veículos em utilização, à medida que os contratos de aluguer operacional terminam ou são renovados, e a diminuição dos gastos de operação (que não de amortização e depreciação decorrente do investimento de substituição por obsolescência) associados à frota automóvel.

Do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado decorre a obrigação de manter delegações em território nacional e no estrangeiro, assegurada em grande medida com a manutenção de uma frota adequada à cobertura noticiosa dos principais acontecimentos com relevância para os destinatários do serviço público.

Não obstante, tem vindo a ser efetivado um esforço de racionalização dos recursos, através da diminuição dos consumos de combustíveis e do número de viaturas do parque automóvel, com privilégio para uma redução da cilindrada e das emissões poluentes.

| DESCRIÇÃO | REAL 2013 | REAL 2014 | REAL 2015 | REAL 2016 |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Gastos com a Frota Automóvel (€) | 264.549 | 245.923 | 224.735 | 180.261 |
| N.º de veículos | 32 | 29 | 24 | 21 |

14. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 96.º do DLEO, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, prosseguiu uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2016.

| PRC (milhares €) | Cumprimento Identificar [S/N] | 2016 | 2015 (reexpresso) | 2014 | 2010 | Variação 2016/2015 | | Variação 2016/2010 | |
|--|----------------------------------|--------|----------------------|--------|--------|--------------------|--------|--------------------|---------|
| | | | | | | Absoluta | % | Absoluta | % |
| EBITDA | | 2 626 | 1 507 | 357 | 1 803 | 1 119 | n.c. | 823 | 45,7% |
| (1) CMVMC | | 0 | 0 | 0 | 104 | 0 | n.c. | -104 | -100,0% |
| (2) FSE | | 3 817 | 3 853 | 3 868 | 4 790 | -35 | -0,9% | -973 | -20,3% |
| (3) Gastos com o pessoal | | 9 753 | 9 332 | 10 311 | 12 422 | 420 | 4,5% | -2 669 | -21,5% |
| (4) Indemnizações pagas por rescisão | | 226 | 0 | 2 | 153 | 226 | n.c. | 74 | 48,3% |
| (5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias | | 335 | 101 | 0 | 0 | 234 | n.c. | 335 | n.c. |
| (6) Gastos Operacionais ⁽¹⁾ = (1)+(2)+(3)-(4)-(5) | S | 13.009 | 13.085 | 14.176 | 17.163 | -76 | -0,6% | -4.154 | -24,2% |
| (7) Volume de Negócios ⁽⁶⁾ (VN) | | 3 857 | 4 132 | 3 862 | 4 495 | -275 | -6,6% | -637 | -14,2% |
| (8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7) | N | 337,2% | 316,7% | 367,0% | 381,9% | 27,6% | 8,7% | 651,9% | 170,7% |
| Comunicações (FSE) | S | 266 | 343 | 437 | 655 | -78 | -22,6% | -389 | -59,4% |
| Gastos com Deslocações/Estadas (FSE) | N | 361 | 325 | 389 | 400 | 36 | 11,2% | -39 | -9,8% |
| Ajudas de Custo (Gastos com o pessoal) | S | 369 | 415 | 460 | 627 | -46 | -11,0% | -258 | -41,1% |
| Número RH (OS+CD+Trabalhadores) | | 269 | 272 | 273 | n.a. | -3 | -1,1% | n.a. | n.a. |
| N.º de Órgãos Sociais (OS) | | 11 | 10 | 9 | n.a. | 1 | 10,0% | n.a. | n.a. |
| N.º Cargos de Direção (CD) | | 4 | 4 | 3 | n.a. | 0 | 0,0% | n.a. | n.a. |
| N.º de Trabalhadores (sem OS e sem CD) | | 254 | 258 | 261 | n.a. | -4 | -1,6% | n.a. | n.a. |
| N.º Trabalhadores/N.º CD | | 64 | 68 | 91 | n.a. | -5 | -6,6% | n.a. | n.a. |
| N.º de viaturas | S | 21 | 24 | 29 | n.a. | -3 | -12,5% | n.a. | n.a. |
| Gastos com as viaturas ^(c) | S | 180 | 225 | 246 | n.a. | -44 | -19,8% | n.a. | n.a. |

n.a. - não aplicável
n.c. - não comparável

(a) - Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as Indemnizações por rescisão nem o efeito das reduções remuneratórias (2015 - artigo 4.º da Lei n.º 975/2014, de 12 de setembro 2016 - artigo 2.º da Lei n.º 159/A, de 30 de dezembro)

(b) - O volume de negócios é corrigido da indemnização compensatória

(c) - Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos taxas e impostos

Em 2016, a Empresa apresentou lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) positivos, na ordem de €2,6 milhões. O resultado operacional ascendeu a €2,3 milhões.

Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal sem indemnizações e sem o efeito da reversão das reduções remuneratórias) foi, no seu conjunto, de 24,2%.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, sem indemnização compensatória, aumenta de 316,7% em 2015 para 337,2% em 2016, apesar de os gastos com pessoal e FSE's serem inferiores a 2015, o rácio é afetado pelo impacto da redução das receitas próprias.

No entanto, caso o valor da indemnização compensatória fosse incluído no volume de negócios, uma vez que resulta de um Contrato celebrado entre o Estado e a Lusa no âmbito da prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, em que está previsto um aumento da prestação de serviços, seria assegurada a redução do peso dos gastos no volume de negócios de 88,2% em 2015 para 84,9% em 2016, conforme quadro abaixo:

| PRC (milhares €) | Cumprimento Identificar [S/N] | 2016 | 2015 (reexpresso) | 2014 | 2010 | Variação 2016/2015 | | Variação 2016/2010 | |
|--|----------------------------------|--------|----------------------|--------|--------|--------------------|--------|--------------------|---------|
| | | | | | | Absoluta | % | Absoluta | % |
| (1) CMVMC | | 0 | 0 | 0 | 104 | 0 | n.c. | -104 | -100,0% |
| (2) FSE | | 3 817 | 3 853 | 3 868 | 4 790 | -35 | -0,9% | -973 | -20,3% |
| (3) Gastos com o pessoal | | 9 753 | 9 332 | 10 311 | 12 422 | 420 | 4,5% | -2 669 | -21,5% |
| (4) Indemnizações pagas por rescisão | | 226 | 0 | 2 | 153 | 226 | n.c. | 74 | 48,3% |
| (5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias | | 335 | 101 | 0 | 0 | 234 | n.c. | 335 | n.c. |
| (6) Gastos Operacionais ^(b) = (1)+(2)+(3)-(4)-(5) | S | 13.009 | 13.085 | 14.176 | 17.163 | -76 | -0,6% | -4.154 | -24,2% |
| (7) Volume de Negócios ^(a) (VN) | | 15 314 | 14 832 | 14 594 | 19 213 | 482 | 3,2% | 3 900 | 20,3% |
| (8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7) | S | 84,9% | 88,2% | 97,1% | 89,3% | -15,7% | -17,8% | 106,5% | 119,3% |

n.c. - não comparável

^(a) - Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as Indemnizações por rescisão nem o efeito das reduções remuneratórias (2015 - artigo 4.º da Lei n.º 975/2014, de 12 de setembro 2016 - artigo 2.º da Lei n.º 159/A, de 30 de dezembro)

^(b) - Com indemnização compensatória

Os gastos com comunicações, deslocações e estadas e ajudas de custo registaram, globalmente, um decréscimo na ordem de €87 mil (-8,0%) face a 2015. Contudo a rubrica de deslocações, estadas e transportes apresentou um desvio desfavorável, relativamente a 2015, o que decorreu do aumento da atividade editorial, nomeadamente a cobertura de eventos não recorrentes (como, por exemplo, o Euro 2016 e os Jogos Olímpicos), bem como o acompanhamento de visitas de membros do Governo e do Presidente da República, cujo número de deslocações foi substancialmente superior.

O Despacho n.º 790/16 – SEATF, de 1 de agosto de 2016, do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças, exceciona a Lusa do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, ao abrigo do n.º 4 do mesmo artigo.

A empresa procedeu à redução de gastos associados à frota automóvel, através da redução do número (3) de veículos do seu parque automóvel, de 24 para 21, comparativamente com 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o número de trabalhadores, sem cargos de dirigentes, é de 254, menos 4 (-1,6%) que em 31 de dezembro de 2015.

15. Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE e artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Por Despacho n.º 380/16– SEATF, de 20 de abril de 2016, do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e Finanças foi concedida à Lusa a exceção do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. Assim, a Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio acima mencionado.

| BANCOS | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Disponibilidades | | | | |
| Banco B.P.I. | 1.677.326 | 40.362 | 896.337 | 314.876 |
| Banco Nacional Ultramarino (Macau) | 109.720 | 56.645 | 43.264 | 37.039 |
| Banco Comercial Português | 12.241 | 26.075 | 23.869 | 19.055 |
| Banco Popular Portugal, S.A. | 52.522 | 20.036 | 89.239 | 175.833 |
| Banco Espírito Santo | 5.810 | 6.564 | 7.706 | 7.695 |
| Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. | 1.102.725 | 2.056.942 | 2.494.387 | 2.771.442 |
| Total Disponibilidades | 2.960.345 | 2.206.624 | 3.554.802 | 3.325.940 |
| Aplicações | | | | |
| Banco Nacional Ultramarino (Macau) | 2.282 | 2.282 | 2.282 | 2.380 |
| Banco Popular Portugal, S.A. | 300.001 | 0 | 0 | 0 |
| Aplicações Financeiras | 302.282 | 2.282 | 2.282 | 2.380 |
| Total Disponibilidades + Aplicações | 3.262.628 | 2.208.905 | 3.557.084 | 3.328.319 |
| Juros Auferidos | 9 | 9 | 9 | 13 |

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

17. Informação a constar no sítio da internet do Sector Empresarial do Estado (portal da DGTF)

| Informação a constar no Site do SEE | Divulgação | | Comentários |
|--|------------|------------------|---|
| | S/N/N.A. | Data Atualização | |
| Estatutos | S | 15-04-2016 | |
| Caracterização da Empresa | S | 15-04-2016 | |
| Função de tutela e accionista | S | 15-01-2016 | |
| Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais | S | | |
| Identificação dos Órgãos Sociais | S | 16-05-2016 | |
| Estatuto remuneratório fixado | S | 16-05-2016 | |
| Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais | S | 16-05-2016 | |
| Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração | S | 16-05-2016 | |
| Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais | S | 16-05-2016 | |
| Esforço Financeiro Público | S | 22-02-2016 | |
| Ficha Síntese | S | 15-04-2016 | |
| Informação Financeira histórica e atual | S | 15-04-2016 | |
| Princípios de Bom Governo | S | | |
| Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | S | 15-04-2016 | Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011 |
| Transações relevantes com entidades relacionadas | S | 15-04-2016 | |
| Outras transações | N.A | 15-04-2016 | |
| Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios | S | 15-04-2016 | |
| Económico | S | 15-04-2016 | |
| Social | S | 15-04-2016 | |
| Ambiental | S | 15-04-2016 | |
| Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo | S | 15-04-2016 | |
| Código de Ética | S | 15-04-2016 | |

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A - Não Aplicável

18. Quadro de cumprimento das orientações legais

| Cumprimento das Orientações legais | Cumprimento | | | Classificação / Identificação | Justificação / Referência ao plano da Relatório |
|--|-------------|---|-----|---|---|
| | S | N | N.A | | |
| Objetivos de Gestão | | | | | |
| Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público | X | | | 100% | Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou o novo Declaração de Conformidade para a cumprir a existência de Contrato em 2016 (ver n.º 11). |
| Alterações Operacionais Financeiras | X | | | Diminuição de €25 milhões nas receitas operacionais | Em 2016 a contabilidade da instabilidade económica do setor da comunicação telefónica não foi totalmente compensada pelo aumento de novos clientes no setor de serviços de atividade económica (ver n.º 11). |
| Metas e atingir constantes no P&G 2016 | | | | | |
| Finanças (Preço de aquisição de ativos) | X | | | | ver n.º 12 |
| Recursos Humanos (Custos com pessoal) | X | | | | ver n.º 12 |
| Síntese da execução do orçamento aprovado no S&G 2016 | | | | | |
| Situação de Risco Financeiro | X | | | Realização de financiamento em 2016 1,24% (em 2015 14,42%) nos termos do contrato de arrendamento operacional "Financiamento" | ver n.º 12 |
| Unidade de Crescimento do Endividamento | X | | | Redução de 25,9% do PMP a favor do crescimento em 2016 | ver n.º 12 |
| Evitação do PMP a fornecedores | X | | | | Em 2016 a Lusa não realizou a mais de 90 dias (€47.939) e referente a fornecedores a Lusa não realizou o mesmo (ver n.º 12). |
| Divulgação das Ações em Pagamento ("Ações") | X | | | Divulgação de ações em pagamento n.º 19 DL 65 A/2011: €47.893 | ver n.º 12 |
| Recomendações de acionistas na última aprovação de contas | | | | | |
| Sustentabilidade e análise constantes na Certificação Legal de Contas | X | | | 100% | |
| Dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro | X | | | 100% | |
| Proceder à elaboração de relatório nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 7 de março | X | | | 100% | |
| Assurar o cumprimento das normas de Contabilidade Pública | X | | | 100% | |
| Elaborar e divulgar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Coisas | X | | | 100% | |
| Remunerações | | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão | X | | | | ver n.º 12 |
| CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | X | | | 1.354 € | |
| Instalação (C/FRAC/2015) - reduções remuneratórias vigentes em 2016 | X | | | 2.816 € | |
| Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | X | | | 175.580 € | |
| Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | X | | | | |
| Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do art.º 38 da Lei n.º 82/2014, de 30 de março para 2016 (ver n.º 11) do artigo 18.º da Lei n.º 7/A/2016, de 30 de março | X | | | | |
| EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP | | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão | X | | | | ver n.º 12 |
| Não terem sido no mercado, no respectivo exercício | X | | | | |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações | X | | | | |
| Valor máximo das despesas de publicidade e comunicação | X | | | | |
| Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RUSPE e artigo 11.º do EGP | | | | | |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais | X | | | | Em 2016 a Lusa não incorreu na realização de despesas não documentadas (ver n.º 12). |
| Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 16/2014 | | | | | |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens | X | | | http://www.lusa.pt/financas/relatorio-igualdade-emulheres-e-homens-2015.pdf | Em 2016 a Lusa não realizou um relatório sobre a igualdade de remunerações por género (ver n.º 12). Em cumprimento do disposto no n.º 2 da RCM n.º 16/2014 (ver n.º 12). |
| Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção | X | | | http://www.lusa.pt/financas/relatorio-prevencao-de-riscos-de-corruptao-2016.pdf | Em 2016 foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Coisas (ver n.º 12). |
| Contratação Pública | | | | | |
| Aplicação das normas de contratação pública pela empresa | X | | | Em 2016 a Lusa não realizou concursos públicos de aquisição de bens e serviços, no valor de €1.711.585 e 15 auster (ver n.º 12). O valor total de bens e serviços, no valor de €365.123, num total de 21 subcontratos (ver n.º 12). | Em 2016 a Lusa não realizou concursos públicos de aquisição de bens e serviços que constam do S&G 2016 (ver n.º 12). O valor total de bens e serviços, no valor de €365.123, num total de 21 subcontratos (ver n.º 12). |
| Aplicação das normas de contratação pública pelas entidades contratadas | X | | | | ver n.º 12 |
| Arbitragem do Tribunal de Contas | | | | | |
| Parque Automóvel | | | | | |
| N.º de Veículos | X | | | 1 parque automóvel é composto por 21 veículos, meros 3 que em 2015 (ver n.º 12). 14 estão em regime de aluguer operacional (ver n.º 12) (preço médio de 15,6€ relativamente a 2015). | Em 2016 a Lusa não realizou a renovação de contratos de aluguer e alterações de valores (ver n.º 12). |
| Custódias Automóveis | X | | | | |
| Casas representativas das Empresas Públicas | X | | | | Em 2016 a Lusa não realizou a renovação de contratos de aluguer e alterações de valores, sem exceção (ver n.º 12). O valor total de bens e serviços, no valor de €365.123, num total de 21 subcontratos (ver n.º 12). |
| Princípios da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013) | | | | | |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no ICEP | X | | | 83,3% | Em 2016 a Lusa não realizou a renovação de contratos de aluguer e alterações de valores, sem exceção (ver n.º 12). O valor total de bens e serviços, no valor de €365.123, num total de 21 subcontratos (ver n.º 12). |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial | X | | | 870,877 | |
| Juros auferidos em cumprimento da UTE e enriquecimento da Lusa | X | | | | Em 2016 a Lusa não auferiu juros em cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria (ver n.º 12). |

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|--|---------------|--------|---|
| I. Síntese | | | |
| 1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2016 | ✓ | 2 | Estrutura orgânica; racionalização de custos e obtenção de receitas; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; antecipando 2017 |
| II. Missão, Objetivos e Políticas | | | |
| 1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa | | | |
| a) Indicação da missão e da forma como é prosseguida | ✓ | 6 | |
| b) Indicação da visão que orienta a empresa | ✓ | 6 | |
| c) Indicação dos valores que orientam a empresa | ✓ | 6 | |
| 2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente: | | | |
| a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros | ✓ | 8 | Vide também II.3 |
| b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar | ✓ | 8 | Vide também II.3 |
| 3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa | ✓ | 9 | |
| 4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa | ✓ | 16 | |
| III. Estrutura de Capital | | | |
| 1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa | ✓ | 17 | |
| 2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações | ✓ | 18 | |
| 3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições | ✓ | 18 | Vide também ANEXO 5 |
| IV. Participações Sociais e obrigações detidas | | | |
| 1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação | ✓ | 19 | |
| 2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional | ✓ | 19 | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|--|---------------|--------|---------------------|
| 3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização | ✓ | 19 | |
| 4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade | ✓ | 19 | |
| V. Órgãos Sociais e Comissões | | | |
| A. Mesa da Assembleia Geral | | | |
| 1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou) | ✓ | 21 | |
| 2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias | ✓ | 21 | n.a. |
| B. Administração e Supervisão | | | |
| 1. Identificação do modelo de governo adotado | ✓ | 21 | |
| 2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão | ✓ | 22 | |
| 3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou) | ✓ | 22 | |
| 4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão | ✓ | 22 | |
| 5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos | ✓ | 23 | |
| 6. Evidência da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse | ✓ | 25 | Vide também ANEXO 3 |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|---|---------------|--------|----------------------|
| 7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas | ✓ | 25 | |
| 8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade | ✓ | 25 | |
| 9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente: | | | |
| a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas | ✓ | 26 | |
| b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício | ✓ | 27 | |
| c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos | ✓ | 27 | Vide também Anexo 10 |
| d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências | ✓ | 27 | |
| C. Fiscalização | | | |
| 1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou) | ✓ | 28 | |
| 2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC | ✓ | 28 | |
| 3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos | ✓ | 28 | |
| 4. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável: | | | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|--|---------------|--------|--|
| a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro | ✓ | 30 | |
| b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício | ✓ | 30 | |
| c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo | ✓ | 30 | |
| d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras | ✓ | 30 | |
| D. Revisor Oficial de Contas | | | |
| 1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou) | ✓ | 30 | |
| 2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade | ✓ | 30 | |
| 3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório | ✓ | 31 | |
| 4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável | ✓ | 31 | |
| E. Auditor Externo | | | |
| 1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência | ✓ | 31 | n.a. No entanto, no final de 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2016", adjudicado à BDO |
| 2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita | ✓ | 31 | n.a. No entanto, no final de 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2016", adjudicado à BDO |
| 3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação | ✓ | 31 | n.a. No entanto, no final de 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2016", adjudicado à BDO |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|---|---------------|--------|--|
| 4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços constantes da tabela referente à instrução V.E.4 do modelo de Relatório de Governo Societário incluído nas Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016 | ✓ | 31 | n.a. No entanto, no final de 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2016", adjudicado à BDO |
| VI. Organização Interna | | | |
| A. Estatutos e Comunicações | | | |
| 1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade | ✓ | 33 | |
| 2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade | ✓ | 33 | |
| 3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional | ✓ | 33 | |
| B. Controlo interno e gestão de riscos | | | |
| 1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade) | ✓ | 34 | |
| 2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida | ✓ | 34 | |
| 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas | ✓ | 34 | |
| 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade | ✓ | 35 | Vide também organograma pág.26 |
| 5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos | ✓ | 35 | |
| 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade | ✓ | 35 | |
| 7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos | ✓ | 35 | |
| 8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira | ✓ | 36 | |
| C. Regulamentos e Códigos | | | |
| 1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta | ✓ | 36 | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|---|---------------|--------|-------------|
| 2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade | ✓ | 37 | |
| 3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório | ✓ | 37 | |
| D. Deveres especiais de informação | | | |
| 1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber: | | | |
| a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo | ✓ | 39 | |
| b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar | ✓ | 39 | |
| c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento | ✓ | 39 | |
| d) Orçamento anual e plurianual | ✓ | 39 | |
| e) Documentos anuais de prestação de contas | ✓ | 39 | |
| f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização | ✓ | 39 | |
| 2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo | ✓ | 39 | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|--|---------------|--------|-------------|
| E. Sítio da Internet | | | |
| 1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa | | | |
| a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC | ✓ | 40 | |
| b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões | ✓ | 40 | |
| c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios | ✓ | 40 | |
| d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais | ✓ | 40 | |
| e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público | ✓ | 40 | |
| f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios | ✓ | 40 | |
| F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável) | | | |
| 1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade | ✓ | 40 | |
| 2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos: | | | |
| a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis | ✓ | 41 | |
| b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento | ✓ | 42 | |
| c) Critérios de avaliação e revisão contratuais | ✓ | 42 | |
| d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes | ✓ | 42 | |
| e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício | ✓ | 42 | |
| f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes | ✓ | 43 | |
| VII. Remunerações | | | |
| A. Competência para a Determinação | | | |
| 1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade | ✓ | 44 | |
| 2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas | ✓ | 44 | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|---|---------------|--------|---------------------------|
| 3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas | ✓ | 44 | Vide também ANEXO 3 |
| B. Comissão de Fixação de Remunerações | | | |
| 1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio | ✓ | 44 | |
| C. Estrutura das Remunerações | | | |
| 1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização | ✓ | 45 | |
| 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade | ✓ | 45 | |
| 3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente | ✓ | 45 | |
| 4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento | ✓ | 46 | |
| 5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio | ✓ | 46 | |
| 6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais | ✓ | 48 | |
| D. Divulgação das Remunerações | | | |
| 1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação | ✓ | 48 | |
| 2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum | ✓ | 49 | n.a. |
| 3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos | ✓ | 49 | |
| 4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício | ✓ | 49 | |
| 5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade | ✓ | 49 | |
| 6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral | ✓ | 49 | Vide também Cap.V. - A. 1 |
| VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras | | | |
| 1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência | ✓ | 50 | |
| 2. Informação sobre outras Transações: | | | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|--|---------------|--------|-------------|
| a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços | ✓ | 51 | |
| b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado | ✓ | 53 | |
| c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros) | ✓ | 53 | |
| IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental | | | |
| 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas | ✓ | 54 | |
| 2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade | ✓ | 55 | |
| 3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial | | | |
| a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores | ✓ | 55 | |
| b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável | ✓ | 56 | |
| c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional | ✓ | 57 | |
| d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro | ✓ | 57 | |
| e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional | ✓ | 57 | |
| f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.) | ✓ | 58 | |
| X. Avaliação do Governo Societário | | | |
| 1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir: | | | |

| Relatório de Governo Societário | Identificação | Página | Observações |
|---|---------------|--------|-------------|
| a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página) | ✓ | 60 | |
| b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação | ✓ | 60 | |
| 2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas | ✓ | 60 | |
| Grelha de aferição do cumprimento | ✓ | 70 | |
| XI. Anexos | | 80 | |
| 1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2016 | ✓ | | |
| 2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro | ✓ | | |
| 3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro | ✓ | | |
| 4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro | ✓ | | |
| 5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o RGS) relativos ao exercício de 2015 por parte dos titulares da função acionista | ✓ | | |

n.a. - não aplicável

VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS
DO EXERCÍCIO DE 2016**

INTRODUÇÃO

No exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal nos termos dos Art.ºs 420.º e 422.º do Código das Sociedades Comerciais e com base no disposto no Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2016, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o Relatório do Governo Societário, elaborados pelo Conselho de Administração ao abrigo das Instruções sobre o processo de prestação de contas, comunicadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro, aprovados em 24 de fevereiro de 2017.

O Relatório e Contas de 2016, composto pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo e o Relatório do Governo Societário foram aprovados pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2017².

¹ Diploma que aprovou o regime jurídico do Setor Público Empresarial (onde se enquadra o Setor Empresarial do Estado), e que entrou em vigor em 3 de dezembro de 2013, entretanto alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro (segunda alteração à LOE 2014).

² De acordo com a Ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração de 24 de fevereiro.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

▪ Órgão Fiscalização

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

Considerando o modelo organizacional da Lusa, o Conselho Fiscal analisou todas as atas de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração, num total de vinte e duas, apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2016, os Relatórios de Execução Orçamental (trimestrais) e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

▪ Cumprimento das obrigações legais do Setor Público Empresarial

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com o disposto no Ofício-Circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, “*Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016*”.

1. **Objetivos de Gestão**

De acordo com informação prestada pelo Conselho de Administração da Lusa não foi efetuada análise do cumprimento dos objetivos de gestão e do contrato de gestão, uma vez que não existia Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2016.

Aquando da assinatura do Contrato de Gestão, a Presidente do Conselho de Administração da Lusa comprometeu-se no prazo de 30 dias da entrada em vigor do novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de

RE

Interesse Público a acordar com os acionistas da Lusa a fixação de objetivos para o período 2016-2017.

2. Gestão do risco financeiro

Verificou-se uma evolução positiva de 2015 para 2016 ao nível da taxa média de juro anual, conforme informação disponibilizada pela Lusa, sendo positiva a evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual nos últimos dois anos.

3. Limite de crescimento do endividamento

A Lusa cumpre o disposto no n.º 2 do Art.º 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, quanto ao limite do endividamento, considerando que o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado não ultrapassou os 3%, evidenciando uma redução face a 2015 de 63,2%.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores

O prazo médio de pagamentos a fornecedores a 31 de dezembro relatado pela Lusa é de 32 dias, o que permite observar uma redução do número de dias de prazo de pagamento a fornecedores face a dezembro de 2015.

A RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, definiu que as empresas com PMP inferiores a 45 dias deveriam pelo menos manter o PMP a fornecedores, inferior ou igual a 40 dias, o que se verifica na situação em análise.

5. Recomendações do acionista na aprovação de contas de 2015

Na Assembleia Geral anual de aprovação das contas de 2015, o Estado emitiu as seguintes recomendações:

R
L
9

- i) Prosseguir a adoção de medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público.

O aumento da indemnização compensatória e a redução da prestação de serviços relativa a receitas próprias, por um lado, bem como a execução de gastos operacionais, expurgados do efeito das reversões das reduções remuneratórias e das indemnizações por rescisões, que apresentam uma variação negativa de apenas 0,6%, face ao ano anterior, por outro, implica o não cumprimento desta orientação do acionista Estado por parte da Lusa.

- ii) Promover a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de modo a cumprir o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

A Lusa cumpriu a orientação conforme detalhe no Ponto 4.

- iii) Relatório sobre remunerações

Foi elaborado e disponibilizado, no portal da Lusa, em 2016, um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens que conforme disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

- iv) Contratação Pública

Em matéria de contratação, as empresas públicas regem-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de

janeiro³, tendo o Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, definido um conjunto de normas de contratação pública a respeitar pelas mesmas.

De acordo com informação prestada pela Lusa, a empresa adota os procedimentos instituídos pela legislação em vigor.

v) Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Foi elaborado e concluído no decurso de 2016 o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e enviado às tutelas setorial e financeira, bem como ao Conselho de Prevenção da Corrupção, tendo sido também carregado na plataforma SIRIEF.

vi) Suprimir as Reservas e Ênfases contantes da Certificação Legal das Contas de 2015

Em 2009 a Lusa procedeu a um programa de pré-reformas, de que resultou um conjunto de obrigações/pagamentos que se prologam até 2021. A Sociedade sempre registou os pagamentos de pré-reformas como custos de cada exercício, nunca tendo, pois, constituído a provisão inerente à assunção da responsabilidade.

Nas demonstrações financeiras apresentadas para o exercício de 2016 a mencionada responsabilidade foi reconhecida em resultados transitados. Assim, e nos termos das normas do Sistema de Normalização Contabilística, nos mapas das contas de 2016, as contas de 2015 foram reexpressas, na coluna de 2015, para efeitos de comparabilidade.

³ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

A Sociedade encontra-se abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, tal como mencionado na nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras.

6. Remunerações

A Lusa informa que não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, e que foram aplicadas as reduções e reversões remuneratórias de acordo com a legislação vigente em 2016.

7. Estatuto do Gestor Público artigos 32.º e 33.º

Não se verifica a utilização de cartão de crédito pelo Conselho de Administração, tendo sido ainda divulgado pela empresa que não ocorreu qualquer reembolso relacionado com despesas de representação pessoal.

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

A Lusa divulgou que, em 2016 não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre remunerações

A Lusa cumpriu esta orientação conforme detalhe no Ponto 5 iii).

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Lusa cumpriu esta orientação conforme detalhe no Ponto 5 v).

11. Contratação pública

A Lusa cumpriu esta orientação conforme detalhe no Ponto 5 iv).



RE

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa aderiu ao SNCP em 2011.

13. Frota automóvel

Verificou-se a redução de 3 viaturas no período compreendido entre 31 de dezembro de 2015 e 2016, tendo também sido apresentados menos gastos relacionados com a frota automóvel em 2016.

14. Medidas de redução de gastos operacionais

No que respeita aos gastos com comunicações, deslocações, com ajudas de custo, com alojamento, deveriam manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014 ou a 31 de dezembro de 2015, consoante o que apresentar o menor valor. De acordo com os dados disponibilizados pela Lusa a empresa cumpre a orientação prevista no Decreto-Lei de Execução Orçamental, com a exceção para os gastos com deslocações e estadas, para os quais foi obtido Despacho de autorização de exceção do cumprimento desta regra.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria

No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a empresa foi excecionada da obrigação de cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado pelo Despacho n.º 380/16-SEATF, de 20 de abril, do Senhor Secretário de Estado, Adjunto do Tesouro e das Finanças.

16. Sítio da Internet do SEE

Conforme informação divulgada pela Lusa toda a informação a constar no sítio da internet do SEE encontra-se devidamente divulgada.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES

Considerando o modelo de governo aplicado à Lusa, os membros não executivos do Conselho de Administração devem emitir relatório anual relativo à avaliação do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação sobre o cumprimento das boas práticas do governo societário.

Da análise ao documento elaborado pelos membros não executivos do Conselho de Administração da Lusa, salienta-se que pelo facto de não ter sido celebrado contrato de prestação de serviço público com referência a 2016 e que por esse facto a Presidente do Conselho de Administração não ter aceite a fixação de objetivos para o exercício de 2016, a avaliação efetuada foi baseada em critérios de avaliação qualitativa.

A mencionada avaliação é positiva face ao trabalho empenhado e de elevada qualidade que reconhecem ter sido levado a cabo pela Presidente do Conselho de Administração da Lusa, único membro executivo.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

As Prestações de Serviços apresentaram uma variação positiva face ao período homólogo, que representa um incremento de cerca de 3,2%, sendo, no entanto, de salientar que este incremento decorre do aumento da Indemnização Compensatória, em cerca de 7,1% e um decréscimo nas receitas próprias, em cerca de 6,6%.

O EBITDA ascendeu a cerca de 2 626 milhares de euros, o que representa uma variação favorável de 74% face ao período homólogo reexpresso⁴.

Pode observar-se que o resultado líquido do período foi positivo, no montante de 2 135 mil euros, tendo o resultado reexpresso do período homólogo sido de 1 006 milhares de

⁴ Para efeitos comparativos, as contas de 2015 foram reexpressas tendo em consideração a constituição, em 2016, da provisão para responsabilidades com pagamentos de pré-reformas, reconhecida em resultados transitados, no montante de cerca de 3 milhões de euros.

euros. O referido resultado registou uma variação positiva de 112%. O resultado do exercício de 2016 resulta, essencialmente, de factos não recorrentes ocorridos durante o exercício, nomeadamente a adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado, que permitiu um benefício de 1 043 021 euros e do excesso de estimativa para férias e subsídio de férias referente a pré-reformados, no valor de 148 252 euros.

O Balanço evidencia um total de 11 872 milhares de euros e um capital próprio de 2 570 milhares de euros.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

Na aprovação de contas de 2015, o acionista Estado efetuou recomendação, à Lusa, no sentido de prosseguir a adoção de medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público.

Considerando que:

- No caso das empresas do setor empresarial do Estado com EBITDA positivo, estas devem assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais, no volume de negócios expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias (IC), sendo de salientar que o peso dos gastos operacionais no volume de negócios expurgado de IC agrava-se em cerca de 20,5 p.p face aos montantes executados em 2015;

- Apesar de não ter sido celebrado contrato de Prestação de Serviço Público relativo ao exercício de 2016, foi considerado um aumento da IC líquida, no montante de cerca de 756 297 euros;

RE
M
S

- Apesar de ter sido assinada pela Lusa uma Declaração de Compromisso julga-se que o âmbito e modo de cálculo da prestação de serviço público relativamente ao período de 2016 não se encontra cabalmente definido.

Assim, e em face do exposto, julgamos que na eventualidade das Tutelas financeira e setorial definirem o âmbito e modo de cálculo da prestação de serviço público com critérios distintos aos mencionados, esta alteração poderá ter impacto, eventualmente, materialmente relevante, nas contas relativas a 2016 da Lusa.

Por último, julgamos que o grande desafio da Lusa será modernizar a atividade da empresa, de forma a que o aumento de recursos financeiros que agora se verifica, provenientes da IC, venha no futuro a criar receitas próprias que permitam um efetivo equilíbrio orçamental verificando-se, no futuro, uma menor dependência da IC.

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Da análise ao documento apresentado concluímos que o modelo do Relatório seguido corresponde ao recomendado no manual publicado na página eletrónica da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Entre outros elementos, o referido relatório presta informação sobre:

- a. Missão, Objetivos e Políticas
- b. Estrutura de capital
- c. Participações Sociais e Obrigações detidas
- d. Órgãos Sociais e Comissões
- e. Assembleia Geral
- f. Administração e Supervisão
- g. Fiscalização
- h. Revisor Oficial de Contas



- i. Auditor Externo
- j. Organização Interna
- k. Estatutos e Comunicações
- l. Deveres especiais de informação
- m. Sítio da Internet
- n. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral
- o. Remunerações
- p. Transações com partes relacionadas
- q. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental
- r. Avaliação do Governo Societário

Dos aspetos anteriormente assinalados julgamos importante apresentar detalhe quanto:

- a. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

A Lusa e o Estado português celebraram um Contrato de Prestação de Serviço para o período 2013-2015, tendo o Conselho Fiscal tomado conhecimento de que no passado dia 1 de janeiro de 2017 foi assinado pela tutela setorial e pela Lusa um novo contrato de prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2019, ficando por contratualizar a prestação do serviço público relativamente ao exercício de 2016.

Neste sentido, foi assinada uma Declaração de Compromisso pela Presidente do Conselho de Administração da Lusa, com o objetivo de colmatar o facto de não existir para o exercício de 2016 o mencionado contrato.

Considerando que os mencionados contratos têm como objeto definir o âmbito da prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público a prestar pela

RE
si

Lusa, fixando o modo de cálculo e o montante correspondente da compensação financeira, verifica-se que para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 os pressupostos acima enumerados não se encontram fixados, uma vez que não foi celebrado contrato para o referido período.

Foi, todavia, considerada, para efeitos de cálculo e adotado nas contas da Lusa durante todo o ano de 2016 e na informação prestada às Entidades Tutelares, a fórmula de cálculo do custo do serviço público que veio a ser contemplada no mencionado contrato assinado no dia 1 de janeiro de 2017.

Assim, e em face do exposto, julgamos, tal como referido no capítulo de Acompanhamento e Controlo que existe uma contingência, eventualmente, materialmente relevante, nas contas relativas a 2016 da Lusa, caso as tutelas venham a expressar opinião distinta quanto aos pressupostos considerados quanto ao cálculo do gasto de serviço público relativamente ao ano de 2016.

b. Remunerações órgãos sociais

De acordo com informação relatada no Relatório de Governo Societário as remunerações dos órgãos sociais decorrem de deliberação em Assembleia Geral (AG), realizada em 19 de janeiro de 2015, tendo sido deliberado nessa mesma AG a não eleição da Comissão de Fixação de Remunerações.

No Relatório foi ainda disponibilizada informação quanto às reduções e reversões remuneratórias aplicadas em 2016 aos órgãos sociais, tendo, também, sido divulgado que não foram atribuídos prémios de gestão conforme instituído na Lei do Orçamento de Estado para 2016.



PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2016 da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data, assinalando, no entanto as ressalvas relatadas no capítulo de Acompanhamento e Controlo do presente parecer.

O Conselho Fiscal emite o seguinte parecer condicionado à aceitação por parte das Tutelas financeira e setorial quanto aos pressupostos considerados pela Lusa relativamente ao âmbito e modo de cálculo da prestação de serviço público, para o exercício de 2016:

- Seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas emitidas, que aqui damos como produzidas, bem como do relatório (provisório) dos auditores externos;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 13 de março de 2017

RE
si

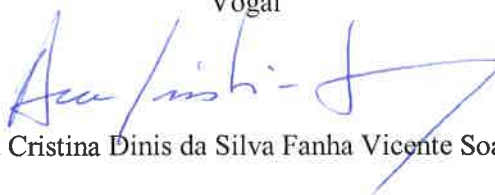
O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Paula Alexandra Caetano da Silva)

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

**ADITAMENTO AO PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO
EXERCÍCIO 2016**

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com o disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário do qual deve constar informação atual e completa sobre as matérias reguladas no capítulo II do referido regime jurídico, competindo ao órgão de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento do enunciado no RJSPE.

Em 13 de março foi emitido parecer pelo Conselho Fiscal no sentido de ser aprovado o Relatório e Contas de 2016 da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa), que inclui o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo, bem como o Relatório do Governo Societário relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Na sequência de análise efetuada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) foi emitido o Relatório de Análise n.º 69/2017, de 14 de março indicando que:

- Encontra-se em falta o reporte da informação relativa aos cargos exercidos, em simultâneo em outras empresas pelo Conselho de Administração;

PE

en H

- A empresa não se pronuncia sobre as regras aplicáveis à alteração dos seus estatutos;
- A empresa refere que é emitido anualmente relatório de avaliação do desempenho individual do Presidente do Conselho de Administração mas não refere quais os critérios pré-determinados seguidos;
- No tocante aos mecanismos adotados para prevenir conflitos de interesses, a empresa faz uma remissão para os estatutos, Ora, na medida em que o documento deve permitir uma leitura autónoma, deverá a empresa transcrever nesta seção do RGS a informação relevante dos estatutos;
- O relatório do órgão de fiscalização não afere o cumprimento do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos exatos termos definidos no n.º 2 do mesmo artigo, nomeadamente de que consta do RGS a informação atual e completa.

Assim, e em aditamento ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (CF) sobre o exercício de 2016, emitido em 13 de março pelo Conselho Fiscal, importa reforçar o parecer sobre o relatório de Governo Societário da Lusa com o objetivo de dirimir as lacunas apontadas pela UTAM.

2. ANÁLISE

Na sequência do Relatório de Análise da UTAM, o Relatório de Governo Societário foi revisto pelo Conselho de Administração da Lusa, tendo sido apresentada nova versão revista, com o objetivo de colmatar as falhas identificadas pela UTAM que julgamos, salvo melhor opinião, corrigidas.

RE

si
W

3. PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação constante do Relatório de Governo Societário referente ao exercício de 2016 da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, que lhe servem de suporte naquela data, designadamente de que do mencionado relatório consta a informação atual e completa em cumprimento do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Lisboa, 17 de março de 2017

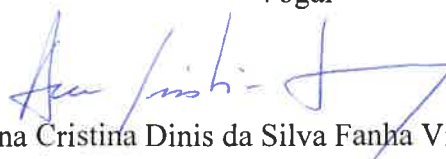
O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Paula Alexandra Caetano da Silva)

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus)

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (abreviadamente designada por Lusa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11 871 730 euros e um total de capital próprio de 2 569 921 euros, incluindo um resultado líquido de 2 134 544 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou

independente da Entidade nos termos da lei e cumpri os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Ênfases

Chamo a atenção para os seguintes factos:

1. No decurso do corrente exercício foi registado, em resultados transitados, uma provisão para responsabilidades futuras com trabalhadores em situação de pré-reforma, que tiveram por base os acordos celebrados no passado, no montante de 3 009 619 euros e o respetivo ativo por impostos diferidos, no montante de 480 382 euros, conforme descrito nas notas 1, 6 b) e 17.3 do Anexo, ficando assim resolvida a situação descrita na Reserva número 7 da minha Certificação Legal das Contas relativa a 2015, emitida em 16 de março de 2016. Assim, e nos termos das normas do Sistema de Normalização Contabilística, nos mapas das contas de 2016, as contas de 2015 foram reexpressas, na coluna de 2015, para efeitos de comparabilidade, conforme descrito na nota 2.3 do Anexo.
2. Na mencionada Certificação Legal das Contas com data de 16 de março de 2016, referente às demonstrações financeiras de Lusa, relativas ao exercício de 2015, estava integrada, no número 8, uma reserva correspondente a reexpressão de contas, situação que foi, naturalmente, sanada.
3. A Sociedade encontra-se abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, tal como mencionado na nota 12 do Anexo e no Relatório de Gestão.

-
4. Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso que contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado, como forma de ultrapassar o facto de não ter sido celebrado o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre a Lusa e o Estado Português para o ano de 2016, tendo o anterior contrato terminado em 31 de dezembro de 2015, conforme nota 1 do Anexo.

Dado que na mencionada declaração não se encontra definido o método de cálculo do custo do serviço público a aplicar no exercício de 2016, foi considerada, para efeitos de cálculo e adotado nas contas da Lusa durante todo o ano de 2016 e na informação prestada ao longo do ano às Entidades Tutelares, a fórmula de cálculo do custo do serviço público que veio a ser contemplada no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre a Lusa e o Estado Português assinado no dia 1 de janeiro de 2017 para o triénio 2017 a 2019, entendimento que deverá ser confirmado pelas Tutelas, conforme notas 16 e 20 do Anexo.

A minha opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

-
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
 - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio,

falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Sobre o cumprimento do Ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da Direção Geral do Tesouro e Finanças

Dando cumprimento ao Ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, relativo às Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016 e nos termos do número 15 do Anexo I daquele Ofício, informo que pelo Despacho n.º 380/16 – SEATF, de 20 de abril de 2016, do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e Finanças, foi concedida à Lusa a exceção do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Lisboa, 13 de março de 2017

Susana Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração

ATAS

Ata número quatrocentos e um (401)

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença da Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Maria Teresa Prata Macias Marques, do Vice-Presidente, Senhor Dr. João Manuel Pintado Silveira Lobo, e dos Vogais, Senhores Dr. José Carlos Barbosa Lourenço, Dr. Luís Paulo Mah Silva e Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto um: Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2017 – revisto. _

Ponto dois: Aprovação do Relatório e Contas de 2016. _____

Ponto três: Aprovação do Relatório de Governo Societário de 2016. _____

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 revisto, com os votos favoráveis da Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Teresa Marques, do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. João Silveira Lobo, e do Vogal Senhor Dr. Luís Mah. O Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço absteve-se e o Vogal Senhor Dr. Paulo de Saldanha votou contra. _____

O Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço manteve a sua posição e a declaração de voto proferida na reunião do Conselho de Administração de 29 de novembro de 2016, que a seguir se transcreve. _____

“- *Solidário com o CA no objetivo de desenvolver a missão e modernizar o desempenho da agência, com o que isso pode justificar de necessidade de acréscimo de recursos;* _____

- *A ausência de um plano de ação focado nesses objetivos, que nos seus aspetos essenciais deveriam não só constar do plano como estar alinhados com quem o vai implementar, incorre no risco de poder vir a direcionar o acréscimo de recursos apenas para atividades correntes por oposição a aproveitar esta oportunidade para se dar um salto em frente.” _____*

No ponto dois da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada a versão final do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016. _____

No ponto três da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada a versão final do Relatório de Governo Societário relativo a 2016. _____

Handwritten signatures and initials, including 'JSC' and 'A'.

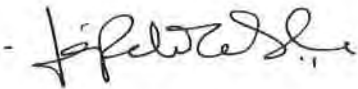
ATAS

Sobre a avaliação do desempenho da Presidente do Conselho de Administração pelos Membros não executivos, tendo em conta que, em 2016, não existiu contrato com o Estado nem Contrato de Gestão, foi decidido, pelos membros não executivos, para efeitos de emissão do relatório de avaliação individual do gestor executivo, avaliar o desempenho da Presidente do Conselho de Administração, no que concerne aos objetivos de gestão para aquele ano, com base em critérios de avaliação qualitativos. _____

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes. _____

- 

- 

- 

- 

- 